



Maria Nilza da Silva
Mariana Panta
Orgs.

As Ações Afirmativas e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros das Universidades do Estado do Paraná



Editora
UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR

Miguel Sanches Neto

VICE-REITOR

Ivo Mottin Demiate

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS CULTURAIS

Beatriz Gomes Nadal

EDITORA UEPG

Jeverson Machado do Nascimento

Maria Nilza da Silva
Mariana Panta
Organizadoras

As Ações Afirmativas e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros das Universidades do Estado do Paraná



Copyright © by Maria Nilza da Silva, Mariana Panta & Editora UEPG

EDITORA UEPG - EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Jeverson Machado do Nascimento

REVISÃO

Emilson Richard Werner

PROJETO DA CAPA

Beatriz Vieira de Oliveira

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Andressa Marcondes

S185 As Ações Afirmativas e os Núcleos de Estudos Afro Brasileiros das
Universidades do Estado do Paraná [Livro eletrônico] / Maria Nilza
da Silva, Mariana Panta (orgs.). Ponta Grossa: UEPG, 2025.
154p. Livro eletrônico. PDF.

ISBN: 978-65-86234-87-9

1. Negritude - Identidade racial. 2. Educação antirracista. 3. Racismo
institucional. 4. Programas de ação afirmativa. I. Silva, Maria Nilza da
(org.). II. Panta, Mariana (org.). VI. T.

CDD: 370.7

Elaborado por Rodrigo Pallú Martins – CRB 9/2034/O

Depósito legal na Biblioteca Nacional

Editora filiada à ABEU

EDITORA UEPG

Praça Marechal Floriano Peixoto, n. 129 - 84010-680

Ponta Grossa – Paraná - (42) 3220-3306

vendas.editora@uepg.br - www.editora.uepg.br

2025

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	7
--------------------------	----------

PARTE I.....	18
---------------------	-----------

AS AÇÕES AFIRMATIVAS E OS NEABS DAS UNIVERSIDADES DO ESTADO DO PARANÁ	19
---	----

Maria Nilza da Silva

Mariana Panta

AÇÕES AFIRMATIVAS: A EDUCAÇÃO COMO PODEROSO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO CONTRA O RACISMO	48
---	----

Maria Nilza da Silva

O NEAB COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E LUTA POLÍTICA: UM OLHAR SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UEL E NA UNESPAR	55
---	----

Alexsandro Eleotério Pereira de Souza

O NEABI BEATRIZ NASCIMENTO E AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UENP	61
---	----

Antônio Donizeti Fernandes

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UEPG: O NUREGS COMO ESPAÇO DE LUTA E RESISTÊNCIA.....	67
--	----

Ione da Silva Jovino

O NEIAB UEM E A LUTA PELAS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA.....	73
---	----

Marivânia Conceição Araújo

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UEL: AVANÇOS E DESAFIOS DE UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA	82
---	----

Maria Nilza da Silva

A PRÁTICA DOCENTE VOLTADA À DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: INICIATIVAS DE COMBATE AO RACISMO NA UNICENTRO	90
--	----

Raquel Terezinha Rodrigues

O GRUPO DE ESTUDOS ÉTNICO-CULTURAIS E A LUTA ANTIRRACISTA NA UNIOESTE	94
--	----

Sônia Maria dos Santos Marques

CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
----------------------------	----

PARTE II..... 100

A CAMPANHA “UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ NA LUTA CONTRA O RACISMO”	101
--	-----

Gabriel Gustavo dos Santos

MESA DE ABERTURA DA CAMPANHA “UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ NA LUTA CONTRA O RACISMO”	112
--	-----

Delton Aparecido Felipe

RODA DE CONVERSA - AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ NA LUTA CONTRA O RACISMO	121
--	-----

Maria Nilza da Silva

CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
----------------------------	-----



Apresentação

Este livro é fruto da potente contribuição de docentes-pesquisadores/as, negros e negras, representantes dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs) e de organizações congêneres¹ das sete universidades estaduais do Paraná². Esses professores se empenharam em construir e fortalecer uma rede de diálogo interinstitucional com o objetivo de discutir as diferentes formas como o racismo persiste na educação superior, bem como difundir estratégias de enfrentamento empreendidas no cenário estadual, com destaque para as ações afirmativas.

Considerando que as ações afirmativas se configuram como um poderoso instrumento de enfrentamento ao racismo e de transformação social, discutir a implementação e efetivação da política de

¹ Como grupos congêneres aos Neabs, referimo-nos: ao Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Africanos (Leafro), coordenado pela Profa. Dra. Maria Nilza da Silva (UEL); ao Núcleo de Relações Étnico-Raciais, Gênero e Sexualidade (Nuregs), coordenado pela Profa. Dra. Ione Jovino (UEPG); ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (Neiab), coordenado pela Profa. Dra. Marivânia Conceição Araújo (UEM); ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas Beatriz Nascimento (Neabi), coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Donizeti Fernandes (UENP); ao Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (Nera), coordenado pelo Prof. Dr. Alessandro Eleotério de Souza (Unespar); ao Grupo de Estudos Étnico-Culturais, coordenado pela Profa. Dra. Sonia Maria dos Santos Marques (Unioeste); e ao Grupo de Estudos Diálogos Literários, coordenado pela Profa. Dra. Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro) e pela Profa. Dra. Carla Alexandra Ferreira (UFSCar).

² Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

cotas para estudantes negros/as e provenientes de escolas públicas é imprescindível, especialmente nas universidades estaduais, que, em geral, possuem autonomia para formular suas próprias políticas acadêmicas, de acordo com a decisão de seus Conselhos Universitários. Isso as distingue das universidades federais, que estão sob a égide da Lei de Cotas³ (Lei 12.711/2012), alterada pela Lei 14.723/2023⁴.

Sob este prisma, não obstante o protagonismo das universidades estaduais na implementação das primeiras iniciativas de ações afirmativas na educação superior no Brasil, a política de cotas é adotada de maneira diversificada nessas instituições, o que produz disparidades na inclusão de grupos discriminados, como mostra o relatório “Cotas para a população negra nas universidades estaduais brasileiras: da precariedade dos dados aos novos desafios”⁵, elaborado pelos pesquisadores do Grupo de Estudos Sociedade, da Universidade e Ciência (SoU_Ciência)⁶, vinculado à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Dados do Censo da Educação Superior (CES) de 2022, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revelam que as universidades estaduais abarcam 30,5% das matrículas em universidades públicas brasileiras. Essas instituições, portanto, têm uma enorme contribuição na formação

³ Cf. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

⁴ Cf. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

⁵ Cf. SILVA, Maria Nilza; MINHOTO, Maria Angélica Pedra; SANTOS, Gabriel Gustavo; DIAS, André Luiz Vieira (Orgs.). **Cotas para a população negra nas universidades estaduais brasileiras: da precariedade dos dados aos novos desafios**. Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência. São Paulo: Sou_Ciência; Unifesp, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/104564cb-1ef4-4167-9a3c-8f5c1fde1537>. Acesso em: 02 jun. 2024.

⁶ O SoU_Ciência é um grupo de pesquisa multidisciplinar sediado na Unifesp e composto por uma equipe de pesquisadores de diversas universidades, com histórico de pesquisa, inovação e gestão em educação superior, ciência, tecnologia e inovação. Dentre as diversas vertentes de pesquisa desenvolvidas pelo Sou_Ciência, destacamos o painel **Cotas nas Instituições Públicas de Educação Superior**, cuja produção encontra-se disponível em: <https://souciencia.unifesp.br/painel-de-cotas>. Acesso em: 02 de jun. 2024.

de profissionais, pesquisadores e na produção científica do país, o que torna imprescindível compreender como essas universidades têm formulado suas políticas públicas, notadamente as ações afirmativas para a população negra.

No Paraná, a população é composta por 64,6% de brancos, 0,9% de amarelos, 0,2% de indígenas, 30,1% de pardos e 4,2% de pretos. Assim, o contingente negro (soma de pretos e pardos), representa 34,3% da população do Estado (Silva, Minhoto, Santos e Dias, 2024). No contexto paranaense, algumas universidades estaduais, ao optarem inicialmente apenas pelas cotas para estudantes provenientes de escola pública ou por critério de renda, eximindo-se da reserva de vagas específica para negros/as, fragilizaram amplamente o processo de inclusão de grupos historicamente discriminados, perpetuando o alarmante quadro de desigualdades raciais observadas no país.

Convém evidenciar que esta obra não segue aos padrões tradicionais de coletânea de pesquisa, uma vez que não dispõe de um conjunto de artigos científicos. Em vez disso, privilegia experiências práticas registradas em falas proferidas em eventos acadêmicos realizados em 2020 e 2021, que foram transcritas com o intuito de expandir iniciativas antirracistas na educação superior e refletir sobre os desafios a serem superados.

Participaram desses diálogos os/as coordenadores/as dos Neabs e grupos correlatos das sete universidades estaduais paranaenses: Alexsandro Eleotério de Souza, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Antônio Donizeti Fernandes, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Aparecida de Jesus Ferreira e Ione Jovino, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Maria Nilza da Silva, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Marivânia Conceição Araújo, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Raquel Terezinha Rodrigues, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), e Sônia Maria dos Santos Marques, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

A transcrição das falas, embora submetida a revisões, preserva a oralidade dos participantes, o que traz certa informalidade aos textos. Essas interlocuções, transformadas em textos – a passagem da oralidade à escrita –, materializam reflexões profícuas sobre experiências, avanços, dilemas e desafios acerca das ações afirmativas nas universidades estaduais do Paraná, em interface com a atuação decisiva dos Neabs e grupos correlatos na promoção do antirracismo nos diferentes níveis de ensino, especialmente na educação superior. O intercâmbio institucional permite refletir que a democratização do acesso à universidade e outras iniciativas inclusivas não ocorrem espontaneamente. Ao contrário, as pautas antirracistas muitas vezes causam incômodo e são objeto de questionamento. Cada conquista advém de muitos debates, embates, negociações e extensivos processos de luta.

A publicação desta coletânea ocorre num momento oportuno da história do Brasil, que acabou de celebrar, em 2023, duas décadas da implementação das primeiras políticas de ações afirmativas em instituições de ensino superior (IES) brasileiras, uma das conquistas mais importantes dos movimentos negros, que lutaram incansavelmente pelo direito da população negra à um dos espaços mais elitizados da sociedade brasileira, que é a universidade pública. A experiência vanguardista de universidades estaduais, especialmente daquelas que adotaram a política de cotas nos primeiros anos do século XXI, a exemplo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), entre outras, constitui o marco histórico inicial concernente à construção da trajetória das ações afirmativas no Brasil.

Apesar do pioneirismo das universidades estaduais na expansão das ações afirmativas na educação superior, diferentemente das instituições de ensino superior federais, que estão sob as diretrizes da Lei de Cotas 12.711/2012, alterada pela Lei 14.723/2023, as universidades estaduais - com exceção daquelas cujas ações afirmativas

são reguladas por lei estadual - não dispõem de uma legislação que normatize as ações afirmativas, situação que produz discrepâncias entre as instituições e regiões quanto à implementação e efetivação dessas políticas. Sob esse prisma, as universidades estaduais inseridas em contextos desfavoráveis às ações afirmativas, sobretudo para a população negra, se apoiam neste grau de autonomia dos conselhos universitários e cerceiam as oportunidades de negros/as, cujas trajetórias são permanentemente impactadas pelo racismo.

No que concerne às ações afirmativas curriculares, o ano de 2023 registrou também os vinte anos da promulgação da Lei Federal 10.639/2003⁷, que alterou a Lei 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o Brasil, mais uma conquista histórica dos movimentos negros. Em 2008, a LDB foi novamente alterada, passando a incluir também o ensino da História e Cultura dos Povos Indígenas, conforme estabelece a Lei 11.645/2008⁸. Nesse contexto, a educação básica passou a dispor de um conjunto de dispositivos legais para construção de uma educação antirracista. Todavia, o cumprimento dessas leis e de suas diretrizes permanece como desafio, uma vez que sua aplicação é marcada por tensões, descontinuidades e limites que precisam ser discutidos e enfrentados. É vasto, portanto, o caminho que se tem ainda de trilhar para que as políticas antirracistas se concretizem no chão da escola e demais instituições educacionais.

Diante desses desafios, a disseminação de debates e ações permanentes de combate ao racismo se fazem necessários, e é nessa perspectiva que este trabalho se insere. O livro está dividido em duas partes. A primeira é fruto da mesa de debate intitulada “As Ações Afirmativas e os Neabs das Universidades do Estado do Paraná”,

⁷ Cf. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

⁸ Cf. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

realizada em 4 de novembro de 2020, no âmbito do evento “Relações Raciais e a População Negra: Desafios Contemporâneos”, promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) e pelo Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros (Leafro), ambos da Universidade Estadual de Londrina (UEL). A programação, que ocorreu entre setembro e novembro de 2020, contou com o apoio do Núcleo Regional de Educação de Londrina (NRE), do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (CMPIR) de Londrina e do Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo do Ministério Público de Londrina.

O evento *online* abarcou uma série de *lives* realizadas no contexto da pandemia de Covid-19, crise sanitária e humanitária que impactou violentamente o planeta e produziu consequências ainda mais devastadoras sobre os grupos socialmente desfavorecidos e discriminados, como a população negra e moradores de territórios periféricos⁹. Foram seis encontros transmitidos ao vivo por meio do canal do Neab-UEL no *Youtube* com o objetivo de refletir sobre os seguintes temas: “Juvenicídio Brasileiro: o racismo como substrato para mortes de jovens negros”¹⁰; “O Desafio das Relações Étnico-Raciais na Atualidade”¹¹; “O Ministério Público no Combate ao Racismo”¹²; “As Ações Afirmativas e os Neabs das Universidades do Estado do Paraná”¹³; “Musicalidades Negras: Raça, Cultura e Resistência”¹⁴;

⁹ AMBROSIO, Leticia; ARAÚJO, Iberê. Por que as pessoas negras são as que morrem mais de COVID-19 no Brasil? Informa SUS UFScar - Saúde da População Negra, 18 de maio de 2021. Disponível em: <http://informasus.ufscar.br/por-que-as- pessoas-negras-sao-as-que-morrem-mais-de-covid-19-no-brasil/> Acesso em: 02 jun. 2024.

¹⁰ Palestrantes: Anderson Alexandre Ferreira e Paulo César Ramos, sob a mediação de Andrea Pires Rocha, 24 de setembro de 2020.

¹¹ Palestrantes: Edna Aparecida Coqueiro, Marleide da Silva Perrude, Rosiney Lopes do Vale, com participação especial Susana Broglia de Lacerda, 22 de outubro de 2020.

¹² Palestrantes: Amanda Ribeiro dos Santos, Paulo César Vieira Tavares, Renato dos Santos Sant’Anna e Susana Broglia de Lacerda, com a mediação de Maria Nilza da Silva, 28 de outubro de 2020.

¹³ Palestrantes: Alessandro Eleotério Souza, Antônio Donizeti Fernandes, Ione Jovino, Maria Nilza da Silva, Marivânia Conceição de Araújo, Raquel Terezinha Rodrigues e Sonia Maria dos Santos Marques, 4 de novembro de 2020.

¹⁴ Palestrantes: Carlos Benedito R. da Silva, Daniela Vieira e João Batista Félix, 18 de novembro de 2020.

“Relação Brasil e Angola: Lutas, Independência e Cultura, a figura de Agostinho Neto”¹⁵.

A segunda parte do livro decorre do evento de abertura da campanha “Universidades Estaduais do Paraná na Luta contra o Racismo”, realizado em 9 de setembro de 2021, sediado na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e transmitido ao vivo pelo canal oficial da UEPG no *Youtube*¹⁶. No intuito de fortalecer a parceria entre as IES paranaenses e ampliar os esforços para estimular debates e ações institucionalizadas de combate ao racismo, em 2021, as sete universidades estaduais do Paraná se uniram para apresentar um projeto coletivo ao edital de convocação para compor a “Iniciativa para a Erradicação do Racismo na Educação Superior”¹⁷, promovida pela Cátedra Unesco “Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina”, coordenada por Daniel Mato, da Universidad Nacional Tres Febrero (Untref), na Argentina. A proposta foi selecionada e as universidades paranaenses integraram a “2ª Campanha de Erradicação do Racismo na Educação Superior”¹⁸, juntamente com outras instituições da América Latina.

¹⁵ Palestrantes: Gilson Brandão de Oliveira Jr., Ivair Augusto Alves dos Santos e José Francisco dos Santos, 25 de novembro de 2020.

¹⁶ O evento de lançamento da campanha, foi composto por uma mesa de abertura com a participação de Miguel Sanches Neto - reitor da UEPG; Ione Jovino - pró-reitora de Assuntos Estudantis da UEPG, e Delton Felipe - diretor da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), e por uma roda de conversa com os representantes dos Neabs e correlatos das IES estaduais do Paraná: Alessandro Eleotério Souza (Unespar), Antonio Donizeti Fernandes (UENP), Aparecida de Jesus Ferreira (UEPG), Maria Nilza da Silva (UEL), Marivânia Conceição Araújo (UEM), Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro) e Sonia Marques (Unioeste).

¹⁷ A iniciativa é uma linha de trabalho que a Cátedra Unesco “Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina”, da Untref, iniciada em 2018 em colaboração com IES da América Latina, que visa contribuir para a erradicação da discriminação racial no ensino superior. Disponível em: <http://unesco.untref.edu.ar/campanas>. Acesso em: 02 jun. 2024.

¹⁸ Cf. Paraná, Governo do Estado. Universidades estaduais do Paraná lançam campanha que reforça luta contra o racismo. *Agência Estadual de Notícias*, 10 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Universidades-estaduais-do-Parana-lancam-campanha-que-reforca-luta-contra-o-racismo>. Acesso em: 02 jun. 2024.

O Neab-Uel participa da parceria com a Cátedra Unesco desde 2016, e já havia integrado a primeira edição da Campanha de Erradicação do Racismo na Educação Superior, em 2020¹⁹. A experiência em várias atividades, como eventos, vídeos e publicações, motivou a adesão de todas as universidades estaduais paranaenses ao projeto.

Dentre as ações desenvolvidas no âmbito da campanha “Universidades Estaduais do Paraná na Luta contra o Racismo”, realizada entre setembro e novembro de 2021, destacam-se a organização de seminários, mesas redondas, rodas de conversa, palestras, minicursos, oficinas e *webinário* envolvendo temas como: experiências de lutas e resistências negras e indígenas no Paraná; racismo estrutural e institucional no âmbito acadêmico; ações afirmativas e iniciativas de combate ao racismo no ensino superior; educação para as relações étnico-raciais; e, descolonização do conhecimento.

Os debates e as ações foram organizados em convergência com os propósitos da “Declaración da III Conferencia Regional de Educación Superior para América Latina y el Caribe” (CRES, 2018)²⁰, que tem como premissa o compromisso institucional em ampliar as possibilidades não somente de acesso, mas também de permanência e sucesso de grupos historicamente excluídos da universidade; a efetivação de políticas e estratégias para a erradicação do racismo na educação superior; a incorporação de saberes negros e indígenas que estiveram às margens dos cânones, dos debates e currículos acadêmicos; entre outras ações de valorização da diversidade e do direito à diferença.

Na parte II do livro, além dos/das representantes dos Neabs e correlatos, que participaram ativamente de diversos diálogos

¹⁹ Cf. Zanardi, Reinaldo. UEL tem proposta de combate ao racismo aprovada pela Unesco. *O Perobal - Agência de Notícias da UEL*, 19 de ago. de 2020. Disponível em: <https://operobal.uel.br/sociedade/2020/08/19/racismo/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

²⁰ Cf. *Declaración da III Conferencia Regional de Educación Superior para América Latina y el Caribe*. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/2018-07/doc_declaracaoCRES_2018.pdf. Acesso em: 02 jun. 2024.

interinstitucionais, contamos também com o registro das falas de autoridades, como Miguel Sanches Neto, reitor da UEPG, Ione Jovino, pró-reitora de Assuntos Estudantis da UEPG, e Delton Aparecido Felipe, então diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN).

O material empírico resultante dos dois eventos mencionados, evidencia diferentes frentes de enfrentamento ao racismo nas instituições de ensino superior do Paraná, bem como evidencia um problema alarmante a ser superado: a precariedade dos dados sobre as ações afirmativas e os seus beneficiários fornecidos pelas instituições de ensino superior. A inconsistência das informações apresentadas pelas universidades ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, órgão público vinculado ao Ministério da Educação (MEC), responsável por organizar os dados para a produção de estudos e avaliações do sistema educacional brasileiro, também constitui a crítica central do Painel Cotas, do Centro Sou_Ciência. Essa situação leva à produção de dados inconsistentes disponibilizados pelo Censo da Educação Superior (CES), e prejudica o desenvolvimento de pesquisas, diagnósticos e a formulação de políticas públicas compatíveis com a realidade.

A partir de diversas perspectivas, em convergência com a destacada produção teórica do campo das relações étnico-raciais e com a experiência do ativismo dos movimentos negros, os debates sinalizam a urgência da consolidação de estratégias efetivas para a concretização de práticas educacionais antirracistas e emancipatórias. Mais do que isso, indicam a urgência de impulsionar o incipiente processo de mudança do profundo quadro de injustiças e desigualdades raciais persistentes em todas as esferas da sociedade brasileira, sobretudo através da efetiva democratização do acesso à educação.

As organizadoras

REFERÊNCIAS

AMBROSIO, Leticia; ARAÚJO, Iberê. Por que as pessoas negras são as que morrem mais de COVID-19 no Brasil? **Informa SUS UFSCAR - Saúde da População Negra**, 18 de maio de 2021. Disponível em: <https://informasus.ufscar.br/por-que-as-pessoas-negras-sao-as-que-morrem-mais-de-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra; SILVA, Maria Nilza; MARTINS, Thaís Cavalcante (Coordenadoras). **Painel Cotas nas Instituições Públicas de Educação Superior**. Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência. São Paulo: Sou_Ciência, Unifesp, 2024. Disponível em: <https://souciencia.unifesp.br/painel-de-cotas>. Acesso em: 02 de jun. 2024.

SILVA, Maria Nilza; MINHOTO, Maria Angélica Pedra; SANTOS, Gabriel Gustavo; DIAS, André Luiz Vieira (Orgs.). **Cotas para a população negra nas universidades estaduais brasileiras**: da precariedade dos dados aos novos desafios. Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência. São Paulo: Sou_Ciência; Unifesp, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/104564cb-1ef4-4167-9a3c-8f5c1fde1537>. Acesso em: 02 jun. 2024.



PARTE I

AS AÇÕES AFIRMATIVAS E OS NEABS DAS UNIVERSIDADES DO ESTADO DO PARANÁ

AS AÇÕES AFIRMATIVAS E OS NEABS DAS UNIVERSIDADES DO ESTADO DO PARANÁ

Maria Nilza da Silva^{*}
Mariana Panta^{**}

A primeira parte do livro deriva da mesa de debate “As Ações Afirmativas e os Neabs das Universidades do Estado do Paraná”, realizada em 4 de novembro de 2020, promovida pelo Neab e Leafro da UEL, como mencionado na apresentação.

^{*} Professora titular de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com atuação no curso de graduação em Ciências Sociais e pós-graduação em Sociologia. Foi pesquisadora convidada e realizou pós-doutoramento no Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques, junto a École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris (2010-2011). De dezembro de 2004 a junho de 2006 e de agosto de 2013 a junho de 2022, coordenou o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab-UEL). Desde os anos 2000 coordena o Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Africanos (Leafro-UEL). É pesquisadora do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (SoU_Ciência), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

^{**} Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com estágio de doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Africanos (Leafro-UEL) e do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (SoU_Ciência), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Antes da exposição das falas proferidas no evento, faremos uma breve contextualização sobre a importância dos Neabs e congêneres na efetivação das ações afirmativas e do atual quadro das políticas de cotas para negros/as nas universidades estaduais do Paraná.

OS NEABS COMO LÓCUS DA LUTA ANTIRRACISTA E SUSTENTÁCULO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

A história dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros se inicia na década de 50, do século XX, com criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundado em 1959. Nessa conjuntura, a África buscava se libertar do colonialismo europeu e a organização foi criada como um canal de intercâmbio entre a universidade e a comunidade afro-brasileira e entre o Brasil e os países africanos e asiáticos¹, o que tornou a atuação da entidade peculiar, em conformidade com os problemas do contexto. Em 1973, registra-se a criação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes (CEAA), no Rio de Janeiro, dedicado a atividades de pesquisa e intercâmbio com países africanos, missões acadêmicas internacionais e a formação de acadêmicos em cursos de extensão de pós-graduação².

É nas décadas de 1980 e 1990, porém, que os Neabs e correlatos passam a emergir no cenário nacional de forma um pouco mais

¹ Segundo Sansone (2009), no século XXI, as atividades do CEAO estão direcionadas para o estudo, a pesquisa e a ação comunitária na área dos estudos afro-brasileiros e das ações afirmativas em favor das populações afrodescendentes. Cf. também o site do CEAO: <https://ceao.ufba.br/apresentacao>. Acesso em: 02 jun. 2024.

² Cf. CEAA. Disponível em: <https://www.iuperj.org/centro-de-estudos-afro-asiaticos/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

expressiva³. Nesse contexto, marcado pela democratização do Brasil e pela efervescência das lutas dos movimentos sociais, notadamente do Movimento Negro Unificado contra o racismo, jovens negros e negras provenientes do ativismo começam a adentrar e a se qualificar na universidade, ambiente no qual a presença negra era quase inexistente devido às barreiras impostas pelo racismo e a constituir uma intelectualidade negra disposta a conciliar trabalho intelectual e ação política. É nessa conjuntura de afirmação da presença negra no âmbito acadêmico que se delinea a organização coletiva de negros e negras nas instituições de ensino superior.

Como núcleos pioneiros, fundados na década de 1980, registram-se o Neab da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o Centro de Estudos África Brasil (CEAB-UCG) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), o Neab da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Neab da Universidade Estadual de Londrina (UEL), fundado com o nome de Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA), e o Núcleo de Estudos Negros da Universidade Federal de Santa Catarina (NEN-UFSC), (Ratts, 2011; Silva; Panta, 2019). Com o passar do tempo, diversos núcleos, incluindo o da UEL, assumiram novas características em convergência com o cenário das ações afirmativas, o que fez emergir novas demandas.

No início do século XXI - cenário de intensa mobilização dos movimentos negros contemporâneos, que culminou na adoção de políticas de ações afirmativas voltadas à população negra em diversas universidades brasileiras - os Neabs e congêneres passaram a se consolidar como locus privilegiado da luta antirracista e principal sustentáculo das ações afirmativas nas instituições de ensino superior. O comprometimento dos Neabs e correlatos com a agenda antirracista, todavia, muitas vezes causa incômodo a algumas administrações universitárias, desencadeando tensões, divergências e até conflitos, que são deflagrados principalmente pela persistência de barreiras institucionais relativas à implementação de ações afirmativas para

³ Cf. ABPN, Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. *História dos NEABs*. CONNEABS. Disponível em: <https://abpn.org.br/conneabs-2/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

a população negra e pela inobservância de gestões universitárias quanto ao acompanhamento efetivo da política e de seus beneficiários. Para que a democratização do ensino superior seja exitosa, é necessário que a adoção de ações afirmativas venha acompanhada de mecanismos de permanência que visem criar condições para que estudantes originários de grupos desfavorecidos e discriminados possam viver a experiência universitária em plenitude.

Os Neabs e correlatos têm se consolidado também como eminente espaço de formação, produção e difusão de conhecimentos acadêmicos no campo das relações étnico-raciais. Destaca-se, ainda, pela crítica contundente ao racismo epistêmico que, historicamente, relegou a planos inferiores todo e qualquer pensamento que não estivesse em consonância com o legado eurocêntrico, notadamente os saberes negros e indígenas.

Não obstante as especificidades de cada núcleo, entre as ações recorrentes face às exigências contemporâneas, destacam-se: a defesa das ações afirmativas destinadas à população negra, desde a implementação até a avaliação, aprimoramento e preservação dessa política responsável por promover expressiva mudança no perfil dos universitários brasileiros; o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão voltadas ao cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, focalizadas no ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e dos povos indígenas; a busca por recursos para pesquisa e apoio a permanência estudantil; a oferta de cursos de formação continuada em educação das relações étnico-raciais para professores/as e demais profissionais da educação básica e a produção de materiais didáticos com vistas a subsidiar a atuação de educadores/as na temática; a constituição de comissões de heteroidentificação / bancas de homologação para processos seletivos e concursos públicos; o acolhimento a estudantes negros/as.

Sumariamente, os Neabs e congêneres têm como característica fundamental a congregação de pesquisadores/as negros/as e parceiros/as na luta contra o racismo dentro e fora da universidade. Essa articulação entre a intelectualidade negra é potencializada

por meio da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)⁴, do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Conneabs) e dos Congressos Brasileiros de Pesquisadores/as Negros/as (Copenes)⁵, que regularmente reúnem e fortalecem os laços entre pesquisadores/as negros/as de todo o Brasil. Atualmente, encontram-se ligados ao Conneabs, da ABPN, cerca de 200 Neabs e grupos correlatos⁶, que sedimentam uma rede de cooperação entre os núcleos distribuídos em todas as regiões do país.

Apesar de todas as barreiras enfrentadas, os Neabs e correlatos têm, cada vez mais, se solidificado como territórios negros dentro das universidades, um espaço imprescindível de reflexões críticas, debates e proposições que têm como foco o combate ao racismo e a promoção de uma educação plural e emancipatória.

DUAS DÉCADAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL E OS DESAFIOS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

Do mesmo modo que o racismo se constitui como um dos fenômenos mais desafiadores que persiste profundamente arraigado às estruturas societárias contemporâneas, em todos os momentos

⁴ “Fundada em agosto do ano 2000, a ABPN é uma organização sem fins lucrativos e apartidária, que se destina à defesa da pesquisa acadêmico-científica e/ou espaços afins, realizada prioritariamente por pesquisadores/as negros/as, sobre temas de interesse direto das populações negras no Brasil e de todos os demais temas pertinentes à construção e à ampliação do conhecimento humano e, igualmente, ao desenvolvimento sociopolítico e cultural da sociedade” (ABPN, 2022).

⁵ Os Copenes nacionais ocorrem a cada dois anos. Desde a gestão de Anna Cannavaro Benite, passaram a ser organizados também os Copenes regionais, que ocorrem a cada dois anos de modo intercalado aos encontros nacionais. Cf. *Memórias COPENEs*. Disponível em: <https://abpn.org.br/memorias-copenes/>. Acesso em: 18 mai. 2023.

⁶ Cf. CONNEABS: <https://abpn.org.br/conneabs-2/>. Acesso em: 16 de jun. de 2023.

da história nacional e transnacional, registra-se a atuação de negros e negras na luta antirracista.

O início do século XXI foi marcado pela ebulição da mobilização de ativistas negros/as, que ganhou maior impulso após a participação do Brasil na “III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas”, promovida pela ONU, em Durban, na África do Sul, em 2001. A conferência, que se configura como marco histórico da luta antirracista no contexto internacional, deu origem a uma declaração e a um programa de ação que respaldaram a criação de ações afirmativas para a população negra em diversos campos, especialmente no educacional.

A luta dos movimentos negros nesse cenário resultou em conquistas fundamentais à educação, como a promulgação da Lei Federal 10.639/2003 e a criação de ações afirmativas voltadas à inclusão da população negra no ensino superior. A política de cotas para negros, implementada desde 2002 em algumas IES no Brasil através de legislação estadual ou por deliberação de conselhos universitários, em 2012 se tornou norma nas universidades e institutos federais por meio da Lei 12.711/2012. Essas conquistas configuram-se como marcos históricos na mobilização contra o racismo e no aprimoramento da política educacional no Brasil.

Passadas duas décadas da implementação das primeiras iniciativas de ações afirmativas em universidades brasileiras, é nítida a mudança acarretada por essa política, não somente no perfil dos/as estudantes universitários/as, hoje muito mais diversos, mas também referente à agenda de pesquisas e debates empreendidos no âmbito acadêmico. Apesar de todos os avanços e conquistas, a política de cotas para negros permanece como desafio, especialmente em universidades estaduais. Como mencionamos previamente, a Lei Federal de Cotas (12.711/2012, atualizada pela Lei 14.723/2023⁷) versa sobre o ingresso em universidades federais e institutos federais. Nas universidades estaduais, a forma como as ações afirmativas são

⁷ Em 2023, a Lei de Cotas foi ampliada. Ver: Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em 02 out. 2025.

adotadas depende do modo como cada IES constrói essas políticas em convergência com as legislações vigentes⁸, por isso a implementação pode ocorrer de forma diversificada, a partir de leis estaduais ou de acordo com a decisão de conselhos universitários.

No Paraná, causa perplexidade a discrepância entre as instituições no que concerne à implementação de ações afirmativas para o ingresso de estudantes negros/as nos cursos de graduação. No estado existem instituições que adotaram a reserva de vagas para estudantes negros/as nos primeiros anos do século XXI, enquanto em outras a implementação dessa política está em curso ou ainda não ocorreu. Entre a primeira (UEL-2004) e a última instituição (Unioeste-2022) a deliberar pela aprovação da política de cotas para negros no estado, existe um espaço de 18 anos, o que significa quase duas décadas de oportunidade de acesso ao ensino superior cerceada para a população negra em diversas regiões paranaenses.

Até o momento de realização dos eventos que deram origem a esta publicação - 2020 e 2021 -, a Unioeste e a Unicentro eram as únicas universidades estaduais paranaenses que ainda não possuíam ações afirmativas para a população negra. Apesar dos esforços de diferentes atores sociais na mobilização antirracista nas universidades, com destaque a atuação de docentes negros/as e de grupos estudantis, a Unioeste e a Unicentro somente aprovaram a reserva de vagas para candidatos/as negros/as em 2022⁹, após extensa tratativa extrajudicial do Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos

⁸ Convém mencionar o exemplo da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), que a partir da Lei Estadual nº 2.589/2002, dispõe, desde 2002, sobre a reserva de vagas para candidatos indígenas. Disponível em: http://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/uems_lei_2002_2589.pdf. Outro exemplo emblemático é o do estado do Rio de Janeiro, com a Lei Estadual nº 4.151/2003, que versa sistema de cota para negros no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/91491/lei-4151-03>. Acesso em: 02 jun. 2024.

⁹ Cf. Resolução 182/22 da Unioeste. Disponível em: https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-10/resolucao_unioeste.pdf. Acesso em: 02 jun. 2024.

(NUCIDH) da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) com a administração da instituição¹⁰.

Diante do explicitado, torna-se evidente que muitos são os obstáculos institucionais quanto à implementação das ações afirmativas em universidades estaduais. Entretanto, é de suma importância enfatizar que mesmo nas universidades em que a política de cotas para negros/as foi implementada, avaliada e aprimorada, o direito pleno à educação superior não está consolidado. Muitos são os desafios a serem superados, dentre os quais podemos ressaltar a imprescindibilidade do acompanhamento efetivo da política e dos beneficiários, bem como a disponibilização, por parte da administração das universidades, de uma base de dados sólida que permita a avaliação e aprimoramento da política não apenas no que diz respeito ao acesso, mas também e o êxito na trajetória acadêmica. Soma-se a isso, a necessidade de uma luta permanente contra todas as formas de racismo que permeiam o ensino superior, desde práticas discriminatórias explícitas contra pessoas negras, até as formas de racismo institucionalizadas, incluindo o racismo epistêmico¹¹, que ainda vigora nos currículos acadêmicos.

Para situar o leitor acerca das ações afirmativas para a população negra nas universidades estaduais paranaenses, faremos uma breve contextualização obedecendo a ordem cronológica de implementação da política pelas IES.

¹⁰Paraná, Defensoria Pública do Estado. *Após atuação extrajudicial da DPE-PR, Unioeste e Unicentro se comprometem a adotar cotas raciais em seus vestibulares*, 06/10/2022. Disponível em: <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/Apos-atuacao-extrajudicial-da-DPE-PR-Unioeste-e-Unicentro-se-comprometem-adotar-cotas>. Acesso em: 02 jun. 2024.

¹¹Quase ausência de conteúdos referentes e, principalmente produzidos pela população negra, indígena e outros povos considerados subalternizados.

UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ: AS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA NEGROS/AS NA ATUALIDADE

Todas as universidades estaduais paranaenses, a seu tempo, adotaram ações afirmativas em seus processos seletivos, mas nem todas adeririam à reserva de vagas destinadas à inclusão de estudantes negros/as de forma espontânea, o que fez perdurar em algumas regiões do estado a prática histórica de exclusão da população negra em universidades brasileiras.

A adoção de ações afirmativas limitadas às cotas para escola pública ou a critérios de renda, não é suficiente para promover a inclusão efetiva de pessoas negras na universidade, tampouco é exitosa no sentido de reduzir as desigualdades raciais profundamente enraizadas na sociedade brasileira. Por isso, a necessidade de ampliação e fortalecimento do diálogo entre as universidades parceiras, para que negros e negras de todas as regiões do Paraná, e, também, de outras regiões do Brasil, possam consolidar o sonho de estudar em uma instituição pública e de qualidade.

Ao longo do texto aparecem termos como “cotas sociais” para se referir à reserva de vagas para candidatos/as de escola pública ou com critérios de renda e “cotas raciais” para se referir à reserva de vagas para negros/as. Essas expressões derivam de textos de resoluções ou da fala dos representantes dos Neabs e correlatos. Todavia, conforme elucida o antropólogo Kabengele Munanga, as cotas para negros/as também são cotas sociais. Quando é feita a distinção de cotas sociais e cotas raciais reforça-se a ideia de que somente a população negra é racializada.

Considerando que cada universidade estadual possui uma política própria de reserva de vagas para o ingresso na educação superior, os diferentes modelos adotados pelas 39 instituições estaduais

distribuídas por todo o Brasil podem ser visualizados através do Mapa das Ações Afirmativas, elaborado no âmbito do Painel Cotas nas Instituições Públicas de Educação Superior, do Sou_Ciência¹².

O Quadro 1 mostra a configuração da política de cotas nas sete universidades estaduais do Paraná, tendo como base o ano de aprovação do sistema de cotas, o ano de adoção das cotas específicas para a população negra e a configuração atual da reserva de vagas.

QUADRO 1 - CONFIGURAÇÃO DAS COTAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ

Instituição	Ano de criação da Universidade	Ano de aprovação do sistema de cotas	Ano de aprovação de cotas para negros/as	Descrição do sistema de cotas vigente atualmente para cursos de graduação
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1970	2004 ¹³	2004	40% das vagas destinadas a cotas para candidatos que concluíram os últimos anos do Ensino Fundamental e Médio em escolas públicas, sendo 20% para escola pública, independente de cor ou raça, 20% para negros de escola pública e 5% para negros de quaisquer percursos escolares ¹⁴ . Além disso, são destinadas 5% de vagas para PCDs.
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	1969	2008 ¹⁵	2019 (Resolução n. 028/2019) ¹⁶	40% das vagas destinadas a cotas, sendo 20% para candidatos que tenham cursado todas as séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio em escolas públicas e provenientes de grupo familiar, cuja renda bruta mensal <i>per capita</i> não exceda o valor de até 1/2 salário-mínimo. Outros 20% são destinados a estudantes negros, distribuídos em 15% para aqueles oriundos de escolas públicas com a renda familiar mencionada anteriormente e 5% para estudantes negros sem restrições ¹⁷ . Além disso, 5% das vagas são destinadas a PCDs de forma irrestrita.
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	1969	2006 ¹⁸	2006	60% das vagas destinadas a cotas, sendo até 40% para candidatos que tenham cursado o Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano) e Médio em escola pública, independente de cor ou raça, 10% para negros de escola pública, 5%, de forma irrestrita, para candidatos com deficiência, e 5%, de forma irrestrita, para candidatos negros ¹⁹ .

continua

¹² Cf. MINHOTO, Maria Angélica; SILVA, Maria Nilza; MARTINS, Thais Cavalcante (coordenadoras). **Mapeamento das políticas de cotas nas universidades estaduais**. Painel Cotas nas Instituições Públicas de Educação Superior. Sou_Ciência, 2024. Disponível em: <https://souciencia.unifesp.br/mapa-cotas>. Acesso em: 14 jun. 2024.

¹³ Cf. Resolução n. 78/04 (UEL, 2004). Disponível em: https://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/resolucao_78_04.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

¹⁴ Cf. Resolução n. 008/17 (UEL, 2017). Disponível em: http://www.uel.br/prograd/documentos/resolucoes/2017/resolucao_08_17.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

¹⁵ Cf. Resolução n. 012/08 (UEM, 2008). Disponível em: <http://www.scs.uem.br/2008/cep/012cep2008.htm>. Acesso em: 14 jun. 2024.

¹⁶ Cf. Resolução n. 028/2019 (UEM, 2019). Disponível em: <http://www.daa.uem.br/estude-na-uem/pas-vestibular/28-2019-cep.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

¹⁷ Cf. Resolução n. 028/2019 (UEM, 2019). Disponível em: <http://www.daa.uem.br/estude-na-uem/pas-vestibular/28-2019-cep.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

¹⁸ Cf. Resolução n. 09/06 (UEPG, 2006). Disponível em: https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2020/11/3_Reserva-de-vagas-nos-Processos-Seletivos-da-UEPG.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

¹⁹ Cf. Resolução n. 28/22 (UEPG, 2022). Disponível em: <https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2022/08/Resolucao-UNIV-2022.28.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

conclusão

Instituição	Ano de criação da Universidade	Ano de aprovação do sistema de cotas	Ano de aprovação de cotas para negros/as	Descrição do sistema de cotas vigente atualmente para cursos de graduação
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)	1990	2010 ²⁰	2022 (Resolução n. 28/2022) ²¹	35% das vagas destinadas a cotas para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas ou tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Enem ou EJA, sendo 20% para estudantes de escola pública, independente de cor ou raça, 10% para estudantes negros de escola pública e 5% para PCDs ²²
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	2006	2017 ²³	2017	40% das vagas destinadas a cotas para candidatos que cursaram o Ensino Médio em escola pública, sendo 20% para candidatos de escolas públicas, independente de cor ou raça, e outros 20% para autodeclarados negros, também oriundos de escola pública. Além disso, destina 5% para PCDs ²⁴
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	1987	2009 ²⁵	2022 (Resolução n. 182/2022) ²⁶	50% para candidatos que concluíram o Ensino Médio em escolas públicas; 10% adicionais e exclusivas para pretos ou pardos que atendam ao critério anterior; 5% adicionais e exclusivas para pessoas com deficiência; e 5% para alunos de escolas públicas do Paraná ²⁷ .
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	2001	2019 ²⁸	2019	45% das vagas destinadas a cotas para candidatos que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, sendo 25% para candidatos independente de cor ou raça e 20% para autodeclarados negros. Além disso, são destinadas 5% para PCD, independentemente do percurso ²⁹ .

Fonte: Adaptado do relatório *Cotas para a população negra nas universidades estaduais brasileiras: da precariedade dos dados aos novos desafios* (Silva; Minhoto; Santos; Dias, 2024).

²⁰ Cf. ZANETTE, Kurchaidt e BRONOSKI (2013). Disponível em: <https://anais.unicentro.br/semat/2013/comunicacoes/c04.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

²¹ Cf. Reportagem sobre a reserva de vagas para negros na Unicentro (DPE, 2023). Disponível em: <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/Apos-atuacao-extrajudicial-da-DPE-PR-Unioeste-e-Unicentro-se-comprometem-adotar-cotas>. Acesso em: 14 jun. 2024.

²² Cf. Resolução n. 22/23 (Unicentro, 2023). Disponível em: <https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/D54697FA>. Acesso em: 12 jun. 2024.

²³ Cf. Resolução n. 001/17 (UENP, 2017). Disponível em: <https://uenp.edu.br/doc-conselhos-uenp/cepe-consuni/cepe-consuni-resolucoes/cepe-consuni-resolucoes-2017/9080-resolucao-conjunta-001-2017-cepe-consuni/file>. Acesso em: 14 jun. 2024.

²⁴ Cf. Resolução n. 001/17 (UENP, 2017). Disponível em: <https://uenp.edu.br/doc-conselhos-uenp/cepe-consuni/cepe-consuni-resolucoes/cepe-consuni-resolucoes-2017/9080-resolucao-conjunta-001-2017-cepe-consuni/file>. Acesso em: 14 jun. 2024.

²⁵ Cf. Relatório Final de Autoavaliação Institucional (Unioeste, 2011). Disponível em: https://projetos.unioeste.br/avaliacaoinstitucional/files/ANEXO_RESOLUCAO_094_2011_RELATORIO_FINAL_2009_2011.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

²⁶ Cf. reportagem sobre a reserva de vagas para negros na Unioeste (DPE, 2023). Disponível em: <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/Apos-atuacao-extrajudicial-da-DPE-PR-Unioeste-e-Unicentro-se-comprometem-adotar-cotas>. Acesso em: 14 jun. 2024.

²⁷ Cf. Resolução n. 100/23 (Unioeste, 2023). Disponível em: https://www.unioeste.br/portal/arq/files/ingresso/DCV/Vestibular/2024/Ingresso_2024-Regulamento.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

²⁸ Cf. Resolução n. 001/19 (Unespar, 2019). Disponível em: https://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cou-1/resolucoes/2019/resolucao-no-001-politica-de-cotas-copia-em-conflito-de-gabinete-reitoria-2019-05-31.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

²⁹ Cf. Resolução n. 001/19 (Unespar, 2019). Disponível em: https://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cou-1/resolucoes/2019/resolucao-no-001-politica-de-cotas-copia-em-conflito-de-gabinete-reitoria-2019-05-31.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

Universidade Estadual de Londrina - UEL

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) foi criada em 1970 a partir da agregação de cinco faculdades e está localizada na região norte do Paraná. O ensino gratuito³⁰ na universidade foi implantado em 1987.

A UEL foi a primeira universidade estadual paranaense, e uma das primeiras do Brasil, a adotar ações afirmativas para candidatos/as provenientes de escolas públicas e estudantes negros/as, também originários/as de instituição pública de ensino. No longo processo de implantação das ações afirmativas na UEL, destaca-se o protagonismo do Movimento Negro de Londrina, sob a liderança de Dona Vilma Santos de Oliveira, a Yá Mukumby³¹, em parceria com a Fundação Cultural Palmares, presidida por Zulu Araújo, que participou e acompanhou o processo na UEL. As cotas foram aprovadas³² em 23 de julho de 2004, com o primeiro ingresso em 2005. Inicialmente, houve a reserva de até³³ 40% das vagas de cada curso para estudantes procedentes de escola pública, das quais até 20% eram destinadas a candidatos/as negros/as, por um período de sete anos.

O Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA), atual Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab)³⁴, teve uma importante participação no processo de consolidação das cotas para a população negra na

³⁰ Cf. **Breve Histórico da UEL**. Disponível em: http://www.uel.br/proplan/plano_diretor_2010_2015/texto_numerado_Plano_Diretor.pdf. Acesso em: 02 jun. 2024.

³¹ Cf. SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana. **Casa Dona Vilma - Yá Mukumby**: memórias e lutas pelas ações afirmativas. Londrina: UEL, 2019. Disponível em: https://sites.uel.br/leafro/wp-content/uploads/2023/05/A-Casa-Dona-Vilma_SITE.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

³² Cf. Resolução CU n° 78/2004. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/resolucao_78_04.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

³³ “A palavra “até” significou a condição de proporcionalidade do sistema. O número de ingressantes dependia da proporção de candidatos inscritos e impactou fortemente o objetivo da política, reduzindo o número de negros nos cursos de maior concorrência, sobretudo nos cursos integrais e considerados de alto prestígio social” (Silva; Panta, 2019, p. 22).

³⁴ Entre dezembro de 2004 e junho de 2006, o NEAA foi coordenado por Maria Nilza da Silva. De julho 2006 a junho de 2010 foi coordenado por Elena Andrei. De junho de 2010 a abril de 2013 foi coordenado por Rosane Borges e de agosto de 2013 a junho de 2022, o Núcleo foi coordenado por Maria Nilza da Silva.

universidade, notadamente na elaboração e coordenação de projetos para garantir a permanência dos/as cotistas negros/as e, sobretudo, no melhoramento da política.

As ações afirmativas na UEL passaram pela primeira avaliação em 26 de agosto de 2011, o que marcou o primeiro avanço da política na instituição, resultante de mobilizações do Movimento Negro da cidade, de professores/as, do Movimento Estudantil Coletivo Pró-Cotas, funcionários e outros membros da comunidade universitária. Naquele contexto, o conselho universitário aprovou tanto a continuidade do sistema por mais cinco anos, quanto a supressão do critério de proporcionalidade³⁵, que comprometia a efetividade da política. A partir do vestibular de 2013, portanto, 40% das vagas passaram a ser efetivamente reservadas a candidatos/as provenientes de escolas públicas, das quais 20% destinavam-se a estudantes negros/as oriundos/as do mesmo tipo de instituição³⁶.

A segunda avaliação das ações afirmativas na UEL ocorreu em 17 de fevereiro de 2017 e culminou na ampliação do sistema, mais uma experiência de vanguarda³⁷. Nessa conjuntura, a atuação do Movimento Negro de Londrina novamente foi peça-chave para o aprimoramento da política, além da colaboração imprescindível de parceiros de outras instituições, como Kabengele Munanga (USP), Marcelo Tragtenberg (UFSC), André Lázaro (UERJ/FLACSO), José Jorge de Carvalho (UnB), Sávio Machado Cavancanti (Unicamp), Dora Lucia Bertulio (UFPR), entre outros. Na ocasião, o conselho universitário da UEL deliberou, por unanimidade, pela continuidade e ampliação da política de cotas na instituição. Nessa conjuntura, a universidade passou a reservar 45% das suas vagas, sendo 20% para estudantes provenientes de escolas públicas, 20% para negros/as originários/

³⁵ O número de ingressantes dependia da proporção de candidatos inscritos e impactou fortemente o objetivo da política, reduzindo o número de negros nos cursos de maior concorrência, sobretudo nos cursos integrais e considerados de alto prestígio social.

³⁶ Cf. Resolução n° 015/2012. Disponível em: https://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/2012/resolucao_15_12.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

³⁷ Cf. Resolução n° 008/2017. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/documentos/resolucoes/2017/resolucao_08_17.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

as de escolas públicas e 5% para negros/as independentemente do percurso escolar. Esse sistema foi aprovado para vigorar por vinte anos, com avaliação prevista após dez anos.

A reserva de 5% das vagas para candidatos negros, independentemente do percurso, teve como referência a experiência da Universidade de Brasília (UnB) e leva em consideração as desvantagens sistêmicas desencadeadas pelo racismo, que permeia a trajetória de pessoas negras, independentemente da condição econômica. Como afirma José Jorge de Carvalho (2022, p. 9-10), condicionar o ingresso de negros/as ao critério de egresso de escola pública ou de baixa renda, é o mesmo que dizer que negros/as provenientes de classe média não precisam ser apoiados, como se essa condição assegurasse a paridade de concorrência com candidatos brancos de classe média, média alta e ricos. Para o autor, não restringir a candidatura de nenhum segmento negro fundamenta um modelo pleno de cotas antirracistas.

Em 2021, finalmente as ações afirmativas avançaram para a pós-graduação³⁸. Em 1º de julho de 2021, o conselho universitário da UEL aprovou, por unanimidade, a reserva de vagas para os processos seletivos da pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados) como uma política institucional. Do total de vagas ofertadas por cada curso de pós-graduação, são reservadas: 30% para pessoas negras; 5% para pessoas indígenas; 5% para pessoas com deficiência. No que concerne à reserva de vagas para negros, o percentual se refere ao total de vagas ofertadas em cada curso de pós-graduação. No que tange as pessoas indígenas ou com deficiência, as vagas serão suplementares, isto é, vagas que são automaticamente criadas caso haja candidatos/as indígenas ou pessoas com deficiência aprovados/as.

³⁸ Cf. Resolução CEPE nº 034/2021. Disponível em: <http://www.uel.br/nac/pages/arquivos/DOCS/cotas%20p%C3%B3s.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

Desde os processos seletivos de 2022, em cumprimento à Lei Estadual 20.443/2020³⁹ - que dispõe sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas instituições estaduais de educação superior e instituições estaduais de ensino técnico - a UEL reserva também 5% das vagas da graduação para pessoas com deficiência⁴⁰.

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi criada em 1969, a partir de três faculdades da região noroeste do Estado e é multicampi. Além da sede, em Maringá, a UEM está presente em seis municípios, sendo estes Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Ivaiporã e Umuarama. Atualmente a UEM é considerada uma das mais importantes IES do Estado.

Desde 2008, a UEM realizou debates sobre ações afirmativas para a população negra, porém, a iniciativa foi rejeitada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que na ocasião aprovou apenas a reserva de vagas para estudantes oriundos/as de escolas públicas, com recorte de renda. Cabe destacar a intensa participação dos movimentos sociais nesse processo, especialmente do Movimento Negro, da comunidade universitária e, sobretudo, dos membros do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB), sob a coordenação de Marivânia Conceição Araújo. Em dezembro de 2010, a universidade aprovou novo regulamento do sistema de cotas sociais⁴¹.

³⁹ Cf. Lei 20.443 de 17 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://leiestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-20443-2020-parana-dispoe-sobre-o-ingresso-de-pessoas-portadoras-de-deficiencia-nas-instituicoes-estaduais-deeducacao-superior-e-instituicoes-estaduais-de-ensino-tecnico>. Acesso em: 14 jun. 2024.

⁴⁰ Cf. Resolução CEPE nº 044/2021. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/documentos/resolucoes/2021/resolucao_44_21.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

⁴¹ Resolução nº 012/2010-CEP. Disponível em: <http://www.scs.uem.br/2010/cep/012cep2010.htm>. Acesso em: 14 jun. 2024.

O debate para implementação das cotas para negros na UEM, que ocorreu em 2019, foi impulsionado pelo coletivo de estudantes negros/as Yalodê-Badá, que redigiu e apresentou a solicitação para à câmara dos coordenadores de curso. Uma vez iniciado o processo, o NEIAB se somou ao grupo e organizou uma ampla campanha em favor das cotas para negros/as na UEM, envolvendo professores/as de todos os centros da universidade, técnicos, estudantes, artistas e a comunidade não acadêmica. O processo teve um trâmite lento devido à resistência de setores conservadores da universidade, mas a luta teve êxito em 20 de novembro de 2019, quando, de forma simbólica e efetiva, as cotas para negros/as foram aprovadas pelo Conselho de Extensão e Pós-Graduação (Cepe).

Em 2019, portanto, a universidade aprovou a reserva de vagas de 20% para estudantes negros/as, sendo 15% para oriundos/as de escolas públicas e 5% para estudantes negros/as independentemente do percurso (Felipe e Carvalho, p. 22). Atualmente, a instituição dispõe de 60% de suas vagas à concorrência universal, 20% das vagas destinadas ao sistema de cotas sociais⁴² e 20% de cotas para negros/as⁴³.

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), fundada em 1969, está localizada na região centro-sul do Paraná e também foi resultado da incorporação de faculdades estaduais presentes na região, que funcionavam de forma isolada.

⁴² As chamadas “cotas sociais” da UEM referem-se à reserva de vagas a candidatos que tenham cursado as quatro últimas séries do ensino fundamental e o ensino médio em instituição pública de ensino ou que possuam registro no cadastro único de família de baixa renda. Convém evidenciar que, conforme elucida Kabengele Munanga, as cotas para negros também são cotas sociais. Cf. Resolução n.º 008/2020-CEP. Disponível em: <http://www.scs.uem.br/2020/cep/008cep2020.htm>. Acesso em: 14 jun. 2024.

⁴³ Cf. Resolução n.º 028/2019-CEP. Disponível em: <http://www.daa.uem.br/estude-na-uem/pas-vestibular/28-2019-cep.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

A UEPG foi a segunda universidade estadual do Paraná a adotar ações afirmativas. A mobilização para a implementação da política de cotas na instituição foi iniciada em 2005, com a criação de um grupo de trabalho para debater a democratização do acesso ao ensino superior público. O processo de discussão abarcou eventos com a participação da comunidade universitária e uma consulta pública envolvendo tanto a comunidade interna quanto a externa. A mobilização pelas ações afirmativas contou também com a participação ativa dos movimentos negros de Ponta Grossa e região (Felipe e Carvalho, 2021, p. 19).

Em 2006, o conselho universitário da UEPG deliberou pela aprovação da reserva de vagas para candidatos/as de escola pública e, dentre estas vagas, um percentual para negros/as⁴⁴. Na ocasião, ficou estabelecido que os percentuais de vagas ofertadas nos vestibulares para ingresso nos cursos de graduação da UEPG, seriam proporcionais a quantidade de inscritos por curso na condição de estudantes originários de escola pública ou de estudantes negros provenientes do mesmo tipo de instituição.

Desde a implantação das ações afirmativas na UEPG, as políticas passaram por duas avaliações⁴⁵, uma em 2013 e outra em 2022. Como afirmam Felipe e Carvalho (2021, p. 19), contrariamente às conquistas alcançadas no âmbito nacional, como a Lei Federal de Cotas 12.711/2012, o contexto da avaliação das ações afirmativas na UEPG, em 2013, foi marcada pela mobilização de grupos contrários à política de cotas para negros, que defendiam a supressão do sistema. Entretanto, devido à articulação da comunidade negra e estudantil, o conselho universitário da UEPG deliberou pela continuidade da

⁴⁴ Cf. Resolução n° 9 de 26 de abril de 2006. Disponível em: https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2020/11/3_Reserva-de-vagas-nos-Processos-Seletivos-da-UEPG.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

⁴⁵ Cf. UEPG, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Relatório Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação de Política de Cotas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)**. Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2022/04/Relatorio-final-da-Politica-de-Cotas-versao-18-04.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

política de cotas para estudantes provenientes de escola pública e candidatos/as negros/as, mas com algumas mudanças em relação à resolução anterior. Nessa conjuntura, a reserva de vagas ofertadas no vestibular da UEPG ficou distribuída da seguinte forma: 50% para candidatos provenientes de instituições públicas de ensino, sendo 40% das vagas para candidatos oriundos de escola pública e 10% para candidatos negros também originários de escola pública. Os 50% restante eram destinados a concorrência universal⁴⁶.

Na avaliação de 2022, considerando o vestibular e o Processo Seletivo Seriado (PSS) para ingresso nos cursos de graduação da UEPG, a distribuição passou a ter a seguinte composição: 5%, de forma irrestrita, para candidatos/as com deficiência, independente do percurso escolar, 5%, de forma irrestrita, para candidatos/as negros/as, independente do percurso escolar, 10% para candidatos/as negros/as provenientes de escola pública, de até 40% aos/as candidatos/as oriundos/as de escolas públicas e de até 40% destinadas à concorrência universal⁴⁷.

No decorrer desse processo, destaca-se a intensa atuação das professoras Aparecida de Jesus Ferreira e Ione Jovino, do Núcleo de Relações Étnico-Raciais, de Gênero e Sexualidade (Nuregs), entre outros membros.

Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro

A Universidade do Centro-Oeste (Unicentro) nasceu em 1990, a partir da fusão de duas faculdades. O processo de reconhecimento

⁴⁶ Cf. Resolução nº 17 de 9 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://pitangui.uepg.br/secrei/LegisInicial%20Arquivos/Resol%20Univ%2017%202013%20-%20Normas%20relativas%20a%20reserva%20de%20vagas%20nos%20Vestibulares%20dos%20Cursos%20de%20Graduacao%20presenciais%20para%20candidatos%20oriundos%20de%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20Publicas%20de%20Ensino%20e%20para%20negros.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

⁴⁷ Cf. Resolução Univ. nº 2022.28. Disponível em: <https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2022/08/Resolucao-UNIV-2022.28.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

foi concluído em 1997. Além da sede principal em Guarapuava, a instituição tem Campus em Irati, Chopinzinho, Coronel Vivida, Laranjeiras do Sul, Pitanga e Prudentópolis.

A Unicentro adotou seu sistema de cotas em 2010⁴⁸, porém foi a última universidade estadual paranaense a adotar política de cotas específicas para negros/as, após intensa pressão da Defensoria Pública do Paraná. Depois de uma longa tratativa extrajudicial do Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH) da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) junto à administração da Unicentro, em 2022, a instituição se comprometeu a implementar cotas para negros/as com o primeiro ingresso previsto para 2024. Entretanto, a proposta inicial apresentada pela Unicentro⁴⁹ foi de estabelecer a reserva mínima de 5% das vagas para negros do vestibular e SISU, percentual inferior à proporção de negros na região. Por esta razão, o NUCIDH da DPE-PR protocolou uma Ação Civil Pública⁵⁰ para exigir da universidade a reserva de vagas em consonância com a legislação brasileira de ações afirmativas na educação superior⁵¹.

No atual contexto, a Unicentro reserva 35% das vagas para candidatos que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escolas públicas ou tenham obtido certificado de conclusão com

48

⁴⁹ Resolução 28/2022 da Unicentro. Disponível em: https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-10/resolucao_unicentro.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

⁵⁰ PARANÁ, Defensoria Pública do Estado. **Defensoria do Paraná vai à Justiça para que vestibular da Unicentro reserve 20% de suas vagas para cotistas raciais**. Disponível em: <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/Defensoria-do-Parana-vai-Justica-para-que-vestibular-da-Unicentro-reserve-20-de-suas-vagas>. Acesso em: 14 jun. 2024.

⁵¹ Cf. Lei n. 13.409/2016, que altera a Lei 12.711/2012, ao versar sobre a quantidade de vagas reservadas a pretos e pardos define: “Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o Art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Cf. Lei n. 13.409/2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1. Acesso em: 14 jun. 2024.

base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ou da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo 20% para estudantes de escolas públicas, independentemente de cor ou raça, 10% para estudantes negros/as de escolas públicas e 5% para PCDs⁵².

Universidade Estadual do Paraná (UENP)

A Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) foi criada, por meio da Lei Estadual nº 15.300, em 28 de setembro de 2006, a partir da incorporação de cinco faculdades estaduais situadas em três municípios do Norte Pioneiro do Paraná: Jacarezinho, Cornélio Procopio e Bandeirantes.

A UENP foi a terceira universidade estadual paranaense a adotar ações afirmativas para negros/as no Estado. Em 2017, visando diminuir as desigualdades sociais e raciais perpetradas pelo racismo, impulsionada pela mobilização da comunidade interna e externa à UENP, sobretudo com a participação de membros da gestão, professores/as, estudantes e membros do Neab e do Leafro da UEL⁵³, entre outros apoiadores das ações afirmativas, a política de cotas foi aprovada pelo conselho universitário e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UENP (Cepe).

As cotas para escolas públicas e negros nos cursos de graduação são oferecidas pela UENP da seguinte forma: 40% das vagas são destinadas a estudantes originários/as de escolas públicas, sendo 20% para candidatos/as que frequentaram integralmente o ensino médio em instituições públicas de ensino, independentemente de cor ou raça, e 20% para candidatos/as negros/as, que também tenham

⁵² Cf. Resolução n. 22/23 (Unicentro, 2023). Disponível em: <https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/D54697FA>. Acesso em: 14 jun. 2024.

⁵³ Na ocasião, o Neab estava sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Nilza da Silva. O Leafro permanece sob a coordenação da referida professora.

realizado todas as séries do Ensino Médio em escola pública⁵⁴. Além disso, destina 5% das vagas à PCDs.

Cabe destacar o atual protagonismo do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas “Beatriz Nascimento” (Neabi-UENP), da UENP, coordenado pelo professor Antônio Donizeti Fernandes, no apoio à política de ações afirmativas e no engajamento no combate ao racismo no ensino superior.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste

A Unioeste foi criada em 1987, a partir da integração de faculdades municipais do Oeste do Paraná e obteve seu reconhecimento como universidade em dezembro de 1994⁵⁵. Possui cinco campi distribuídos nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo. Como outras IES do Estado, a Unioeste é o resultado da composição de algumas faculdades municipais da região.

A política de cotas na Unioeste foi aprovada pela Resolução n. 100/2009⁵⁶, no entanto, somente em 2022, por meio da Resolução n. 182/2022, a população negra passou a fazer parte de tal política. A adoção da política de cotas para negros/as ocorreu na Unioeste em 2022, com o primeiro ingresso em 2023, após a recomendação

⁵⁴ Cf. Resolução nº 001/2017. Disponível em: <https://uenp.edu.br/doc-conselhos-uenp/cepe-consuni/cepe-consuni-resolucoes/cepe-consuni-resolucoes-2017/9080-resolucao-conjunta-001-2017-cepe-consuni/file>. Acesso em: 14 jun. 2024.

⁵⁵ Cf. Portaria Ministerial n. 1784-A, de 23 de Dezembro de 1994. Disponível em: https://unioeste.br/portal/arq/files/PROPLAN/PORTAR_1.PDF e o Parecer do Conselho Estadual de Educação n. 137/94, Disponível em: https://unioeste.br/portal/arq/files/institucional/Parecer_137_94_compressed_compressed.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

⁵⁶ Cf. Relatório Final de Autoavaliação Institucional (Unioeste, 2011). Disponível em: https://projetos.unioeste.br/avaliacaoinstitucional/files/ANEXO_RESOLUCAO_094_2011_RELATORIO_FINAL_2009_2011.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

expedida pela Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR), por meio da atuação do Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH)⁵⁷.

Atualmente, a Unioeste reserva suas vagas da seguinte forma: 50% para candidatos que concluíram o ensino médio em escolas públicas; 10% adicionais e exclusivas para pretos ou pardos que atendam ao critério anterior; 5% adicionais e exclusivas para pessoas com deficiência; e 5% para alunos de escolas públicas do Paraná⁵⁸.

Universidade Estadual do Paraná - Unespar

A Universidade Estadual do Paraná (Unespar) foi criada em 2001, credenciada em 2013 e reconhecida em 2019. Trata-se de uma jovem universidade que é o resultado da junção de várias faculdades no Paraná. Hoje a universidade é formada por sete campi - Apucarana, Campo Mourão, Curitiba I, Curitiba II, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória - e, como as demais universidades paranaenses, é vinculada à Secretaria da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior - Seti.

Desde 2017, a Unespar passou a mobilizar a comunidade universitária em torno das ações afirmativas. A mobilização contou com a atuação da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), responsáveis pela organização de seminários sobre o tema, do Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (Nera), com a recém-coordenação de Alexsandro Eleotério Pereira de Souza, e também, com o engajamento de docentes e discentes de todos os campi. O processo de discussão contou com o apoio de universidades parceiras, como a UEL,

⁵⁷ Cf. Resolução nº 182/2022-CEP de 15 de setembro de 2022. Disponível em: https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-10/resolucao_unioeste.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

⁵⁸ Cf. Resolução nº 100/23 (Unioeste, 2023). Disponível em: https://www.unioeste.br/portal/arq/files/ingresso/DCV/Vestibular/2024/Ingresso_2024-Regulamento.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

sobretudo de membros do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Africanos (Leafro), mediante a participação em palestras sobre as ações afirmativas com destaque à experiência da UEL no processo de implantação das cotas e de representantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Após esse processo, em maio de 2019, a Unespar adotou a reserva de vagas para estudantes oriundos/as de escolas públicas e, destas vagas, reservou-se uma parte para estudantes negros (Felipe e Carvalho, 2021, p. 20-21). Hoje, a universidade reserva 50% de suas vagas para a política de cotas com a seguinte subdivisão: 25% das vagas para candidatos/as que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas independentemente de cor ou raça; 20% das vagas para candidatos/as pretos/as e pardos/as que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; 5% das vagas para candidatos/as com deficiência que concluíram o ensino médio, independentemente do percurso de formação, público ou privado⁵⁹.

Como elucidado previamente, a primeira parte do livro decorre da mesa “As Ações Afirmativas e os Neabs das Universidades do Estado do Paraná” (2020), dos quais participaram os representantes dos Neabs e grupos correlatos: Alexsandro Eleotério de Souza (Unespar), Antônio Donizeti Fernandes (UENP), Ione Jovino (UEPG), Maria Nilza da Silva (UEL), Marivânia Conceição Araújo (UEM), Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro) e Sônia Maria dos Santos Marques (Unioeste).

⁵⁹ Cf. Resolução n. 001/2019 - COU/Unespar. Disponível em: https://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cou-1/resolucoes/2019/resolucao-no-001-politica-de-cotas-copia-em-conflito-de-gabinete-reitoria-2019-05-31.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

O DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Alexsandro Eleotério de Souza, em sua comunicação, compartilha a experiência de ter vivenciado o processo de implementação das ações afirmativas voltadas à população negra em duas universidades paranaenses a partir das seguintes dimensões: a primeira na condição de estudante de graduação integrante de uma das primeiras turmas de cotistas negros da UEL; a segunda como professor da Unespar e coordenador do Núcleo de Educação para Relações Étnico-Raciais (Nera). Sob este prisma, Souza analisa o imprescindível papel dos Neabs, designando-os como um espaço de produção de conhecimento acadêmico e de luta política. A partir da experiência negra nesses processos de luta, o autor recorre ao pensamento de Alberto Guerreiro Ramos para distinguir o “negro tema” do “negro vida”, chamando atenção para o deslocamento da representação do negro como objeto de investigação, para o reconhecimento do negro como sujeito da própria história.

Antônio Donizeti Fernandes, discorre sobre os esforços empreendidos pelo Neabi Beatriz Nascimento, no sentido de buscar conhecer a realidade social dos estudantes negros/as que ingressaram na UENP por meio de ações afirmativas. Esta preocupação foi intensificada durante o período da pandemia de Covid-19, que impactou de modo ainda mais violento a população negra e periférica. Num cenário político⁶⁰ amplamente marcado pelo risco de desmantelamento de políticas públicas duramente conquistadas, Fernandes evidencia as fragilidades institucionais no que se refere ao acompanhamento de estudantes cotistas com vistas a assegurar a permanência em seus cursos, bem como a falta de uma base de

⁶⁰ De 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, o Brasil esteve sob o governo de Jair Bolsonaro.

dados que permita conhecer esta realidade. O acesso aos dados é fundamental para acompanhar, avaliar e intervir na realidade, sobretudo em espaços historicamente permeados pelo racismo, como é a universidade. É nesse cenário que o Neabi Beatriz Nascimento se empenhou, por meio de pesquisas, em conhecer e tornar mais conhecida a realidade social de cotistas negros e negras.

A exposição de Ione Jovino, contempla a abordagem das ações afirmativas tanto a partir da experiência individual, como beneficiária da política, quanto de uma perspectiva institucional, destacando os processos de luta e barreiras enfrentadas no âmbito universitário. Sua experiência como integrante da primeira turma de bolsistas de Pós-Graduação da Fundação Ford, mostra a importância de políticas públicas que possibilitem não apenas o acesso, mas também a permanência de negros/as na universidade, especialmente na pós-graduação, espaço tradicionalmente restrito a grupos privilegiados, notadamente brancos de classes médias e altas. Como professora da UEPG, pró-reitora de Assuntos Estudantis e integrante do Núcleo de Relações Étnico-raciais, Gênero e Sexualidade (Nuregs), Jovino destaca a importância de se desenvolver ações de combate ao racismo no ensino superior e na formação de professores. A narrativa de Jovino torna-se ainda mais potente em interlocução, na segunda parte do livro, com Aparecida de Jesus Ferreira, que apresenta as diversas estratégias de combate ao racismo, em perspectiva interseccional - raça, classe, gênero, sexualidade - promovidas pelo Nuregs, que, em mais de uma década de atuação, se consolida como espaço de construção de conhecimento, luta e resistência dentro e fora da UEPG.

Maria Nilza da Silva apresenta a trajetória vanguardista das ações afirmativas na UEL, fruto da extensiva luta do Movimento Negro da cidade - sintonizado com as mobilizações antirracistas nacionais e internacionais -, em articulação com gestores, professores, estudantes, funcionários e membros da comunidade externa à universidade. Elucida, assim, que em todas as etapas das ações afirmativas, isto é, implementação, avaliação, aprimoramento e preservação da

política, a luta sempre foi coletiva. Simultaneamente, Silva discorre sobre as diversas ações desempenhadas pelo Neab da UEL a intensa luta para que o núcleo continuasse a existir na instituição, processo que culminou na conquista de sua sede própria, a Casa Dona Vilma -Yá Mukumby, também fruto de ampla mobilização coletiva. Na segunda parte do livro, Silva contextualiza a origem da Campanha “Universidades Estaduais na Luta contra o Racismo”, ligada à Cátedra Unesco, bem como enfatiza a necessidade de mecanismos de controle e proteção das ações afirmativas, monitoramento e transparência no que tange aos dados institucionais referentes à política, com vistas a ampliar as chances de sucesso dos beneficiários.

Marivânia Conceição Araújo, apresenta as diversas iniciativas antirracistas desempenhadas pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (Neiab), bem como a extenuante luta e mobilização de diversos atores sociais para a implementação da política de cotas para negros na UEM. Desde 2008, a UEM dispõe do chamado “Sistema de Cotas Sociais” - destinado a candidatos provenientes de escolas públicas com critério de renda -, mas a proposta de cotas para negros foi rejeitada pela universidade naquele contexto, desconsiderando-se os indicadores sociais e violências provocadas pelo racismo. Com o passar dos anos, constatou-se que as cotas para escola pública e com critério de renda eram insuficientes para propiciar a inclusão de negros na Universidade, cuja presença permanecia ínfima. Em suma, desde 2008, as cotas para negros foram colocadas em discussão na UEM, mas foi somente em 20 de novembro de 2019 que essa política foi implementada na instituição, fruto da incansável mobilização de diversos grupos, com destaque ao Neiab, que se constitui como *lócus* da luta antirracista na universidade, e à atuação de jovens negros que formam o Coletivo de Yalodê-Badá.

Como analisa Felipe e Carvalho (2021, p. 22-23)⁶¹, a Unioeste e a Unicentro ficam situadas em regiões com a existência de várias

⁶¹ FELIPE, Delton Aparecido; CARVALHO, Lílían Amorim. Cotas para a população negra na Universidade Estadual de Maringá: mobilizações, implementação e desafios. **Revista da**

colônias de descendentes de alemães e italianos, nas quais o discurso sobre a não presença negra ainda predomina. Conforme mencionado previamente, até o momento da realização dos eventos grafados nesse livro, a Unicentro e a Unioeste eram as únicas universidades estaduais paranaenses que não possuíam ações afirmativas destinadas à população negra.

Em sua exposição, Raquel Terezinha Rodrigues menciona a tentativa de um grupo de docentes da Unicentro em reestabelecer o Neab, que não está em funcionamento na instituição. Embora diversos professores desenvolvam trabalhos relacionados ao campo das relações étnico-raciais, tais atividades acontecem isoladamente, sem um núcleo que possa mobilizar o debate e pautar a luta antirracista em parceria com a sociedade civil de forma institucionalizada. Rodrigues expõe ainda as dificuldades em avançar no debate sobre a política de cotas para negros, ainda entendida por muitos como demérito, incapacidade ou mesmo uma forma de injustiça, desconsiderando-se as desvantagens sistêmicas e violências desencadeadas pelo racismo. Na segunda parte do livro, Rodrigues explicita ainda as diferentes formas que o racismo se manifesta no cotidiano institucional. Dentre as ações desenvolvidas por Rodrigues, destaca-se a prática docente voltada à descolonização do conhecimento a partir do estudo de obras de mulheres negras, uma forma de valorização da intelectualidade negra e de enfrentamento ao racismo epistêmico.

Sônia Maria dos Santos Marques, discorre sobre as eminentes ações desempenhadas pelo Grupo de Estudos Étnico-Culturais, que coordena no âmbito da Unioeste e que funciona como um Neab. Marques sublinha que as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná caracterizam-se pela narrativa eurocentrada. Nota-se que o legado da ideologia do branqueamento persiste fortemente e se traduz na invisibilidade, a qual a população negra é submetida na região. A Unioeste, conforme elucida Marques, designa-se por ser uma

universidade predominantemente branca, na qual a presença negra é pouco expressiva. É nesse sentido que Marques enfatiza a necessidade do fortalecimento de diferentes bases do Movimento Negro regional, assim como a continuidade do intercâmbio entre as IES paranaenses, para que todas as universidades do estado tenham ações afirmativas e ampliem o direito à universidade para população negra, por tanto tempo negado.

Sabemos que muitas ações protagonizadas por negros/as são mantidas na penumbra e atravessadas pela invisibilidade e pelo silenciamento. É nesse sentido que registrar os percursos da luta contra o racismo trilhados pelos NEABS e congêneres, coordenados pelos poucos docentes negros das universidades estaduais do Paraná, é de grande relevância no sentido de ampliar o debate e difundir estratégias de enfrentamento ao racismo e violências correlatas. Nas palavras de Ione Jovino, coordenadora da *Coleção Reexistências*, da qual esta coletânea é parte, “reexistir é também resistir por meio da divulgação do conhecimento produzido”. É enfrentar o epistemicídio, conforme nos alertou a pensadora negra Sueli Carneiro (2005), que desqualifica, inferioriza e desconsidera o que fazemos. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

AMBROSIO, Leticia; ARAÚJO, Iberê. Por que as pessoas negras são as que morrem mais de COVID-19 no Brasil? **Informa SUS UFSCAR - Saúde da População Negra**, 18 de maio de 2021. Disponível em: <https://informasus.ufscar.br/por-que-as-pessoas-negras-sao-as-que-morrem-mais-de-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

CARVALHO, José Jorge de. Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora. **Mana**, v. 28, n. 28(3), 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/PSNMmnvKsFYcTkQBc4pNnHR/#>. Acesso em: 14 jun. 2024.

FELIPE, Delton Aparecido. A presença negra na história do Paraná: pelo direito à memória. In: RAGGIO, Ana; BLEY, Regina; TRAUZYNSKI, Silvia (Orgs.). **População Negra no Estado do Paraná: Coletânea de Artigos - Abordagem Histórica**. Curitiba: SEJU, 2018, p. 7-25.

PARANÁ, Governo do Estado. Universidades estaduais do Paraná lançam campanha que reforça luta contra o racismo. **Agência Estadual de Notícias**, 10 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Universidades-estaduais-do-Parana-lancam-campanha-que-reforca-luta-contra-o-racismo>. Acesso em: 14 jun. 2024.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo o percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Orgs.) **O Movimento Negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

SANSONE, Livio. Centro de estudos afro-orientais (CEAO). **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 22, n. 2, p. 181-188, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43934>. Acesso em: 14 jun. 2024.

SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana. **Casa Dona Vilma - Yá Mukumby: memórias e lutas pelas ações afirmativas**. Londrina: UEL, 2019. Disponível em: https://sites.uel.br/leafro/wp-content/uploads/2023/05/A-Casa-Dona-Vilma_SITE.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

ZANARDI, Reinaldo. UEL tem proposta de combate ao racismo aprovada pela UNESCO. **O Perobal - Agência de Notícias da UEL**, 19 de ago. de 2020. Disponível em: <https://operobal.uel.br/sociedade/2020/08/19/racismo/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

AÇÕES AFIRMATIVAS: A EDUCAÇÃO COMO PODEROSO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO CONTRA O RACISMO

Maria Nilza da Silva*

— Bom dia a todos e a todas. É com imensa alegria que iniciamos mais um evento realizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, o Neab, e pelo Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros e Africanos, o Leafro, da Universidade Estadual de Londrina, a UEL. Contamos com uma preciosa parceria, muito empenhada e frutífera, da coordenação das equipes multidisciplinares do Núcleo Regional

* Professora titular de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com atuação no curso de graduação em Ciências Sociais e pós-graduação em Sociologia. Foi pesquisadora convidada e realizou pós-doutoramento no *Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques*, junto a *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris (2010-2011). De dezembro de 2004 a junho de 2006 e de agosto de 2013 a junho de 2022, coordenou o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab-UEL). Desde os anos 2000 coordena o Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Africanos (Leafro-UEL). É pesquisadora do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (SoU_Ciência), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

de Educação de Londrina, representada pela professora Márcia Cacilda Ribeiro, e também, com a parceria do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, presidido pela senhora Maria Eugênia de Almeida. Neste evento, contamos com o apoio técnico da nossa jovem e querida Inaê da Costa, que comanda as *lives*, e das intérpretes de libras, a linguagem dos sinais, as professoras Daniela Mendes e Ketlyn Cavasini.

É com grande satisfação que este evento reúne companheiros e companheiras de luta que em algum momento estivemos juntos/as, ou em vários momentos, em várias atividades, em diferentes oportunidades. Sempre em luta pelas ações afirmativas e contra o racismo. Os meus colegas que aqui estão como representantes das sete universidades estaduais do estado do Paraná, são intelectuais, professores/as e também, militantes que acreditam e utilizam a educação como poderoso instrumento de transformação contra o racismo e contra todas as suas consequências. Então é um prazer imenso reunir cada um, cada uma de vocês, representantes dessas universidades estaduais do Paraná.

Gostaria de dar as boas-vindas ao Prof. Dr. Alexsandro Eleotério Pereira de Souza, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar); ao Prof. Dr. Antônio Donizeti Fernandes, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP); à Profa. Dra. Ione da Silva Jovino, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); à Profa. Dra. Marivânia Conceição Araújo, da Universidade Estadual de Maringá (UEM); minha companheira de longa data; à Profa. Dra. Raquel Terezinha Rodrigues, da Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro); e à Profa. Dra. Sônia Maria dos Santos Marques, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Sejam todos e todas bem-vindos/as, muito obrigada por estarmos reunidos, é um momento ímpar, realmente de muita alegria e, com certeza, poderemos sair daqui mais fortalecidos.

Bem, a luta contra o racismo é uma luta coletiva daqueles que nos antecederam para que hoje estivéssemos aqui nesse espaço. Nossa presença na universidade é fruto de uma trajetória baseada no esforço individual de cada um de nós, mas também de um esforço coletivo, com a participação de inúmeras pessoas, algumas das quais são muito próximas a nós, outras nem tanto, que nos antecederam, sobretudo no sentido mais coletivo, o próprio Movimento Negro. Então acredito que caminharemos no sentido da partilha de nossas experiências sobre as ações afirmativas nesse evento para a população negra, que também é resultado de uma luta coletiva que representa uma conquista em algumas instituições. Há algumas instituições que já implementaram as ações afirmativas para a população negra, mas em outras ainda há um caminho a ser percorrido.

Abordaremos, também, as diferentes experiências dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros ou Grupos de Pesquisas, de extensão e outros grupos que têm como objetivo a inclusão de novas epistemologias que considerem os conhecimentos que, até pouco tempo atrás, estavam praticamente ausentes do currículo escolar.

É nessa perspectiva que iniciamos a nossa partilha e o nosso evento chamando o Prof. Dr. Alessandro Eleotério, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Ele é doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília) e doutor em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Ele fez dois doutorados, concluiu um em 2018 e outro em 2019, com estágio de doutoramento na Howard University, em Washington-DC, em 2017. O professor Alessandro é mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina e atua principalmente nos temas de racismo, território, sociabilidade, identidade, justiça social, populações negras, políticas de ações afirmativas, Sociologia das Relações Raciais, hierarquias raciais e desigualdades duráveis. O professor Alessandro é

coordenador do Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais, o Nera, da Unespar. Seja bem-vindo, professor.

Em seguida chamamos o Prof. Dr. Antônio Donizeti Fernandes. O professor Donizeti possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), bacharelado e licenciatura (1991 e 1992); tem especialização em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP, 1994); mestrado em Ciências Sociais pela Unesp (2002); doutorado em Ciências Sociais pela Unesp (2012) e pós-doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2018). Atualmente é professor adjunto do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Norte do Paraná (UENP). Foi coordenador do Programa de Iniciação à Docência (PIBID - Pedagogia, 2015). Foi, entre 2014 e 2017, professor do Plano de Ação Nacional de Professor da Educação Básica, o conhecido Parfor e, também, é professor no curso de pós-graduação *lato sensu* em Ciências da Religião. Possui experiência nas áreas de conhecimento de Sociologia e Antropologia com ênfase em temas relacionados ao trabalho pedagógico, relações étnico-raciais, história da África, religiões de matriz africana e saúde do trabalhador. Atualmente é o coordenador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, o Neabi Beatriz Nascimento, da UENP. Professor seja bem-vindo.

A seguir passaremos a palavra à Profa. Dra. Ione Jovino. A professora Ione possui graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, 1997); mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, 2005); doutorado em Educação pela UFSCar (2010) e pós-doutorado em Educação pela mesma universidade (2017). A professora Ione é docente do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e do mestrado em Estudos de Linguagem. Atuou na coordenação do programa de agosto de 2013 a dezembro de 2016. Atualmente é pró-reitora de Assuntos Estudantis da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Além disso, a professora é integrante do Núcleo de Relações Étnico-raciais, Gênero e Sexualidade do Laboratório de Estudos do

Texto (Nuregs-UEPG), nos quais participa de ações de pesquisa e de extensão, bem como de cursos de formação de professores/as. A professora trabalha com os seguintes temas: criança, infância e raça; literatura infanto-juvenil e relações étnico-raciais; educação e diversidade étnico-racial e cultural; iconografia e representação das desigualdades no plano simbólico. Professora, seja bem-vinda, muito obrigada pela parceria e colaboração.

Bem, agora a professora Marivânia vai fazer a minha apresentação para que eu possa partilhar um pouco a realidade da Universidade Estadual de Londrina, muito obrigada Marivânia.

Marivânia Conceição Araújo:

— Bom dia a todos! É uma alegria estar aqui e uma grande alegria também poder apresentar a professora Maria Nilza da Silva. A professora Maria Nilza da Silva foi pesquisadora convidada e realizou pós-doutoramento no Centre d'Analyse et d' Intervention Sociologiques, junto a École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, entre maio de 2010 e abril de 2011. No período foi bolsista da Capes. Concluiu o doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2004. Foi bolsista produtividade de março de 2009 a fevereiro de 2015. Atualmente é professora titular de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, com atuação no curso de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais. Foi membro da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Estudos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros, Cadara, do Ministério da Educação, de 2005 a 2010. Coordena o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UEL desde agosto de 2013 e também, o Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Africanos (Leafro). Foi consultora da Unesco em 2016 e 2017, referente aos estudos africanos, afro-brasileiros e a imigração africana atual. Foi assessora acadêmica na Terceira Conferência Regional de Ensino Superior (Cres), em 2018, no eixo Educación superior, diversidad cultural e

interculturalidad en América Latina. Atua na área de Sociologia com ênfase em Relações Raciais, População Afro-Brasileira, Sociologia Urbana e Migração. Professora Maria Nilza, a palavra é sua.

Maria Nilza da Silva:

— Dando continuidade, apresento agora a colega que me apresentou, a professora Marivânia Conceição Araújo. A Profa. Dra. Marivânia possui mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, 1997) e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp, 2004). Atualmente é professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, atuando principalmente nos temas: Maringá, população negra, educação, cotas raciais e relações raciais. Leciona no Programa de Mestrado em Ciências Sociais da UEM e, também, no Mestrado Profissional em Políticas Públicas, também da UEM. É coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (Neiab) e é também associada à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Muito obrigada, professora.

Apresentamos agora a Profa. Dra. Raquel Terezinha Rodrigues. A professora Raquel Terezinha possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 1987) e graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 1995), ou seja, tem duas graduações. Mestrado em Literatura pela UFSC (1998) e doutorado em Literatura, Teoria Literária e Comparada pela Universidade de São Paulo (USP, 2009). Atualmente exerce o cargo de professora associada da Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro) e atua como professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Literatura da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tem experiência na área de Literatura, com ênfase em Teoria Literária, atuando principalmente nos seguintes

temas: recepção crítica, memórias, autobiografias, literaturas de expressão portuguesa. Muito obrigada, Raquel, pela sua presença e pela sua colaboração.

Apresento, por fim, a Profa. Dra. Sônia Maria dos Santos Marques. Tive a oportunidade de conhecê-la exatamente há 20 anos. Não sei se a Sônia se lembra, foi num curso na Cândido Mendes chamado Fábrica de Ideias no ano 2000. Desde então a gente, de vez em quando, se encontra, de vez em quando compartilha, enfim... Sônia, é um prazer muito grande contar com você neste evento. A professora Sônia possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 1987); mestrado em Educação pela Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2000) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2008). Atualmente é professora associada do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), no campus de Francisco Beltrão. É docente do curso de mestrado em Educação neste mesmo campus na linha de pesquisa: Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, história, identidade, comunidades quilombolas, memória e ensino de história, gênero e violência doméstica. A professora Sônia desenvolveu projetos de pesquisa e extensão sobre as temáticas e também fez a organização de vários livros, como: *o Sudoeste do Paraná diversidade e ocupação territorial*; *Conhecimentos (Re) construções e Práticas Pedagógicas*; *Educação, Cultura e Etnia: aportes teórico-metodológicos para a formação de professores*; *Memórias dos povos do campo do Paraná-Centro-Sul*. Atualmente a professora Sônia coordena o projeto de extensão chamado Núcleo Maria da Penha-Numape: apoio jurídico e educativo para as mulheres e o projeto *Tecendo a Cidadania: geração de renda e combate à exclusão social*. Atualmente a professora é diretora do Centro de Ciências Humanas da Unioeste, no Campus Francisco Beltrão. Professora Sônia é um prazer tê-la conosco, muito obrigada.

O NEAB COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E LUTA POLÍTICA: UM OLHAR SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UEL E NA UNESPAR

Alexsandro Eleotério Pereira de Souza*

— Olá, Maria Nilza, bom dia! Bom dia, Ketlyn!¹ Bom dia a todos os colegas que estão presentes e a todas as pessoas que estão participando desta *live*. Antes de mais nada, eu gostaria de dizer que eu estou muito feliz de participar desse diálogo, de participar dessa conversa, porque além desses títulos que a Nilza apresentou, o mais importante para mim é o título de cotista. Eu sou estudante cotista, ou seja, um beneficiário das políticas de ações afirmativas das quais nós vamos falar aqui hoje.

* Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Coordenador do Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (Nera), da Unespar. Doutor em Ciências Sociais pela Unesp-Marília (2019) e doutor em Política Social pela UEL (2018), com estágio doutoral na Howard University - Washington-DC (2017).

¹ Ketlyn Cavasini colaborou no evento como intérprete de Libras.

Eu sou da turma de 2006 do curso de Ciências Sociais da UEL, e o fato de eu estar aqui, podendo compartilhar um pouco das minhas experiências individuais e das experiências coletivas alçadas pelo Movimento Negro, sobretudo ao longo dos últimos anos, me deixa extremamente feliz. Eu vou falar um pouco sobre a questão das políticas de ações afirmativas em duas universidades. Nós estamos aqui representados por coordenadores dos Neabs das sete universidades paranaenses e, destas sete, eu tive o prazer de participar do processo de implementação em duas delas: a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual do Paraná.

No que diz respeito à Universidade Estadual de Londrina, a minha participação na política de ações afirmativas se deu, no primeiro momento, como estudante beneficiado por essas políticas. Como já falei, entrei na UEL em 2006, e as ações afirmativas foram implementadas nesta universidade em 2005. Nesse percurso, fiz parte do Neab, coordenado pela professora Maria Nilza e por outros coordenadores e, ao longo do tempo em que estive lá, tive a oportunidade de participar desses debates, pude acompanhar o processo de avaliação da política de cotas e, sobretudo, começar a entender as efetivas mudanças que essas políticas propiciaram não só na minha vida, mas na vida dos beneficiários, ou seja, dos colegas negros que começaram a adentrar a Universidade Estadual de Londrina.

Então falar do Neab é extremamente importante, porque o Neab, além de um espaço de teorização, além de um espaço de aprofundamento teórico sobre a questão étnico-racial no Brasil - que eu acho que essa tem sido uma das principais características - também pode ser entendido como um espaço político, um espaço de luta e foi nesse espaço, junto com a professora Maria Nilza e outros integrantes, que eu comecei o meu processo de entendimento sobre o que é ser negro no Brasil. É muito interessante falar que é na universidade que eu tenho a possibilidade de entender o que é ser negro, justamente por causa de um entendimento teórico, justamente por causa de uma compreensão sobre o modo como o racismo vai se desdobrando

nas nossas vidas enquanto sujeitos racializados. E acho que uma das características do Neab é esse aprofundamento teórico, num primeiro momento, e um espaço de acolhimento também, porque é um espaço onde nós podemos trocar, a gente começa a compreender que a história do Alex é muito semelhante a história do João, da Maria e de outros estudantes negros que ali estão.

O Neab é também um espaço extremamente assustador, assustador porque a gente começa a entender quais são os meandros do racismo e, ao entender isso, a gente entende qual o motivo e a necessidade de políticas de ações afirmativas. A meu ver, é um espaço também de descoberta, de libertação e de possibilidade de certa autonomia. É basicamente a partir desses pilares que a gente pode começar a entender o papel dos Neabs e, sobretudo, o modo como as políticas de ações afirmativas acabam impactando tanto coletivamente, nas universidades que adotaram essas políticas, como individualmente, na vida dos beneficiários das políticas de ações afirmativas, que, por vezes, não tem o entendimento de como essa política vem sendo estruturada. Talvez não tenha o entendimento de que as políticas de ações afirmativas foram implementadas efetivamente nos anos 2000, mas, desde a década de 1940, Abdias do Nascimento e outros intelectuais e militantes do Movimento Negro, já falavam sobre a necessidade dessas políticas para a efetiva inclusão de negros em determinados espaços historicamente elitizados, como no caso das universidades públicas brasileiras.

No que diz respeito à consolidação da política de cotas, acho que os meus colegas vão complementar o que eu vou colocar aqui, preliminarmente. É sempre um processo de luta, não é um processo que se dá de forma pacífica, muito pelo contrário, é um processo no qual os debates são quentes. Eu não participei do processo de implementação da política de cotas e dos debates ocorridos no ano de 2004 na Universidade Estadual de Londrina, mas eu pude participar em 2011 do primeiro processo de avaliação do sistema de cotas, um momento no qual a gente já tinha alguns dados quantitativos,

a gente já começava a compreender um pouco como estava sendo a dinâmica e quais estavam sendo os resultados na implementação dessa política. Então, em 2011, a gente tem um debate extremamente profícuo na Universidade Estadual de Londrina, um momento no qual estudantes, professores, comunidade externa, militantes do Movimento Negro estavam ali para apresentar a sua percepção e a sua leitura do que significou esse processo. Eu participei do processo de avaliação de 2011 e, no ano de 2017, a gente teve um novo processo de avaliação, no qual temos ali mais de dez anos da implementação das políticas de ações afirmativas na UEL, e o que se percebe é o engajamento de estudantes beneficiados pela política de cotas, de estudantes que não foram beneficiados, mas que foram, ao longo do tempo, sensibilizados sobre a necessidade dessas políticas e até o entendimento de pessoas que, no primeiro momento, se colocavam contrárias a essas políticas. Sobre as oportunidades de que as políticas de ações afirmativas trouxeram ao âmbito acadêmico, em todas as suas esferas, no âmbito do ensino, da pesquisa, enfim, até da sociabilidade mesmo, as políticas de ações afirmativas permitem a inclusão de um grupo historicamente marginalizado, que é o grupo negro, e o grupo advindo de regiões periféricas, ou seja, um grupo que a universidade pública não estava habituada a acolher.

Bom, isso posto, é muito interessante destacar que este conhecimento, essa experiência vivenciada na Universidade Estadual de Londrina, eu pude utilizar na Universidade Estadual do Paraná, uma universidade na qual sou professor colaborador desde o ano de 2018. É muito interessante, pelo menos para mim, o modo como essa história foi construída, porque em 2015, estávamos eu, a Maria Nilza, o professor Jairo e outros acadêmicos que foram convidados para ir até a Unespar para falar sobre o processo de implementação de políticas de ações afirmativas, ou seja, é um debate que começou na Unespar por volta de 2015/2016, e, em 2018, quando eu entro na Universidade Estadual do Paraná, além de docente, eu também passo a coordenar o Nera, que é o Núcleo de Educação para Relações

Étnico-Raciais, e é nesse momento que as políticas de ações afirmativas são implementadas na Unespar.

Tive a felicidade de estar à frente do final dessas discussões, que já haviam iniciado em 2015 e que vão alcançar o seu êxito, o resultado final em 2018. Então a partir do vestibular de 2019, a gente já têm políticas de ações afirmativas. Eu fico muito feliz, justamente por perceber que os Neabs têm um papel imprescindível no que diz respeito à conscientização no âmbito acadêmico sobre a necessidade do debate étnico-racial. São espaços nos quais normalmente os coordenadores têm, para além de conhecimentos teóricos, uma vivência empírica, como vocês vão poder ver ao longo da exposição desta manhã. Todos os coordenadores são negros, ou seja, além de pesquisadores, além de acadêmicos, são pessoas diretamente envolvidas com a temática étnico-racial. São espaços de troca, porque essa *live* não é somente de pesquisadores, não é apenas de teóricos, mas de sujeitos que vivenciam aquilo que o nosso amigo Alberto Guerreiro Ramos nos dizia lá na década de 1950, sobre o *negro vida* e o *negro tema*². O *negro tema* é aquele que historicamente tem sido estudado, é aquele que é objeto de pesquisa, é aquele que faz parte da academia, mas não como sujeito, mas como objeto. Já o *negro vida* somos nós, e entender o processo das políticas de ações afirmativas, no meu ponto de vista, é entender que este é um processo no qual a gente precisa se doar teoricamente, há necessidade de um aprofundamento teórico para o entendimento do campo das relações étnico-raciais no Brasil, que tem se mostrado extremamente complexo. É também um processo político, porque não há como a gente falar de políticas de ações afirmativas sem, contudo, entrar em conflito com alguns grupos sociais historicamente privilegiados, que querem manter esses privilégios e, às vezes, a gente não está pronto para esses debates... A gente precisa ter um equilíbrio emocional muito grande. Me recordo que em todas as avaliações do processo de Políticas de

² Cf. RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRG, 1995.

ações afirmativas, o desgaste emocional foi a parte que mais me pegou, porque é um momento de discussão, é um momento em que as pessoas realmente colocam ali o seu entendimento e, por vezes, o entendimento de que as populações negras não devem estar em determinados espaços, sobretudo no espaço acadêmico. É um momento no qual as pessoas verbalizam coisas que socialmente a gente já consegue compreender, sobretudo através das estatísticas, como as de homicídio de jovens negros, que são as que mais conseguem exemplificar o que estou tentando dizer aqui.

Bom, encerro a minha fala para não prolongar. Acredito que não tem como a gente entender as políticas de ações afirmativas sem pensar no papel dos Neabs e, sobretudo, não tem como a gente pensar na efetividade dessas políticas sem pensar num embasamento teórico, sem pensar no conhecimento que vai além desse conhecimento colonial. A gente pode pensar nas teorias decoloniais, pós-coloniais, enfim, há necessidade, então, de um entendimento de que tudo isso só é possível porque nós temos agora o negro vida, o negro que deixa de ser objeto e passa a ser realmente o sujeito da própria história.

O que a gente vai contar aqui hoje, as experiências dos Neabs e dos coordenadores, vão no sentido de demonstrar que o Neab, por si só, não existe. O Neab nada mais é do que a junção de experiências teóricas, experiências de vida, enfim, experiências dos coordenadores e de todo o grupo que sustenta os Neabs nas distintas universidades. Nós estamos falando aqui das universidades públicas do estado do Paraná, mas é importante o entendimento de que os Neabs existem em quase todas as universidades públicas brasileiras e têm um papel extremamente importante.

O NEABI BEATRIZ NASCIMENTO E AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UENP

Antônio Donizeti Fernandes*

— Agradeço muito, Maria Nilza, a oportunidade de estar aqui, junto aos colegas. Parabenizo você e a UEL por esta iniciativa, nunca vi uma iniciativa como esta, a de reunir os Neabs para pensar a possibilidade de construção de uma rede. Nesse primeiro momento, para que a gente possa pensar o que são as universidades dentro do Paraná, a experiência daquilo que nós trazemos enquanto discussão, aquilo que o Alex, que me antecedeu, colocou muito bem sobre o aspecto da política da implementação das ações afirmativas, a questão do equilíbrio emocional e o desgaste em nosso trabalho. Devo lembrar sobre a nossa condição de personagens da história e de entendedores desse momento pelo qual nós estamos passando - a Pandemia de Covid 19 - e o nosso papel diante dessa realidade.

* Docente adjunto no Centro de Ciências Humanas e da Educação (CJ/CCHE) da Universidade do Norte do Paraná (UENP). Docente do curso de pós-graduação *latu sensu* em Ciências da Religião. Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas Beatriz Nascimento (Neabi-UENP). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-FFC, 2012). Possui pós-doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2018).

Bom, sabendo que há muitas pessoas para falar, vou pedir a vocês licença para comunicar um breve momento do nosso relatório, que aborda a situação vivida pelos estudantes negros e negras cotistas dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), mais precisamente do Campus de Jacarezinho, durante a pandemia que nos assola. Foi um exercício do nosso Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. Ou seja, o Neabi “Beatriz do Nascimento” e a tentativa de entender a gravidade social, relativa ao momento que estamos passando, momento histórico do ponto de vista mundial que nos permite pensar aquilo que nos atravessa enquanto negros, negras, estudantes, professores, durante este momento. O relato será breve. Aproveito a oportunidade para convidá-los a participarem de nossa programação, de 12 a 20 de novembro de 2020, o “Manifesto Novembro Consciência Negra”. Quando então estaremos nos reunindo, dia 16 de novembro, com a Reitoria, Pró-Reitorias e o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Consepir) para fazermos a avaliação desse relatório.

Como disse, anteriormente, farei aqui uma breve fala destacando alguns trechos desse documento, os quais considero de maior pertinência e que se apresentam na introdução desta escrita, assim como também, algumas passagens contidas nas considerações finais deste relatório.

A UENP é uma universidade multicampi, nós estamos em Jacarezinho, Bandeirantes e Cornélio Procopio e cada uma dessas cidades traz situações e peculiaridades, permitindo entender como foi se dando a proposição dos seus cursos de graduação e pós-graduação, em face da história do exercício do poder das elites locais e da região.

Nesse estudo nós optamos por não cobrir todos os campi porque queríamos entregar a escrita do relato, interpretação e apresentação de proposta entre os meses de julho e final de outubro de 2020, como disse anteriormente, durante a programação do “Manifesto

Novembro Consciência Negra”. Daí optarmos por lidar com o perfil do estudante negro cotista do Campus Jacarezinho, sendo que a escrita da introdução está mais ou menos assim: “a UENP aprovou a sua política de ações afirmativas em 2017. A implementação das cotas sociais e raciais ocorreu a partir dos processos seletivos para o ingresso de estudantes por intermédio do vestibular e pelo Sistema de Seleção Unificada, que é o Sisu, em 2018. Ou seja, 20% das vagas do vestibular, desde então, passaram ser destinadas a estudantes de escolas públicas e outros 20% para estudantes autodeclarados pretos e pardos provindos, também, da escola pública e do mesmo modo de baixa renda familiar. Para 2020, somados os dois primeiros anos de existência da reserva de vagas na UENP, permitiu-se acesso a 1.400 estudantes, sendo que menos da metade, isto é, 500 desses, eram estudantes negros”. Esses são dados para a gente começar a pensar sobre o que aponta Maria Nilza, em sua fala sobre esse processo e desse se apresentar ainda desigual, mesmo que visualmente a presença negra na universidade possa causar outra impressão.

Em continuação à leitura do relatório assinalamos: “Passados três anos da adoção da política de ações afirmativas, a análise que se faz é de que o acompanhamento e a assistência aos estudantes negros foram poucos, acanhadas e, portanto, insuficientes para promover e atender a permanência destes discentes em seus cursos, assim como foi diminuto o aprofundamento das discussões quanto à promoção das ações afirmativas sob a perspectiva da justiça conectiva e da justiça distributiva”. Aquilo que o Sílvio Almeida, em seu texto sobre o racismo estrutural¹, aponta sabiamente. “Por outro lado, em face dos nossos dias, pautados pelo recrudescimento no cenário político em favor da destruição das políticas sociais, o que se pode verificar é que programas de ação afirmativa, como os destinados à reserva de vagas nas universidades públicas, correm sérios riscos em deixar de existir. Ainda que resguardados juridicamente e de terem demonstrado a sua importância para a inovação no campo

¹ Cf. ALMEIDA, Sílvio Luiz. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

do conhecimento. O programa de reserva de vagas para estudantes negros e negras nas universidades federais, em face da avaliação e revisão a ser realizada em 2022², pode mesmo vir a ser alvo de tais apetites governamentais, o que irá, por sua vez, influenciar todas as universidades públicas que tenham aderido e adotado a política de cotas raciais para estudantes negros e negras”.

Um outro aspecto que eu gostaria de apontar ainda nesta introdução, é que a perspectiva deste estudo, desde o início, foi a de buscar - com a técnica da entrevista semiestruturada - um modo de registrar o relato dos estudantes negros e negras, tendo em conta e risco: o que se pode entender como sendo o “otimismo da vontade” por conhecer esta realidade e fazer avançar as ações afirmativas. Otimismo da vontade, esse, de todos nós aqui que estamos à frente dos Neabs e Neabis, em fazer valer tudo aquilo que temos de avanço do ponto de vista legal, mas que boa parte das vezes é deixado de cumprir ou de ser implementado pelas instituições públicas e privadas.

De modo geral, esta ação se mostrou uma iniciativa inédita nesta instituição, ou seja, a gente não sabe quem são os estudantes negros, brancos, na nossa universidade. A gente também não tem entendimento do que seja isso do ponto de vista crítico-avaliativo. Como disse, a política de cotas na UENP tem apenas três anos, muito diferente da experiência da UEL que possui acúmulo de discussões e a memória de mais dezesseis anos sobre tal questão, por isso a importância de compor este fórum.

Então, esta possibilidade de a gente escutar os estudantes que ingressaram na UENP através do programa de reserva de vagas, permanecia mesmo como uma situação de desconhecimento, enquanto algo comum, porquanto mesmo, uma condição de igualdade e de

² Em 2023, em face das eleições para os poderes executivo e legislativo - ocorridas em 2022 - a Lei 14.723 iria alterar a Lei 12711/2012, não só tornando permanente a reserva de vagas para negros nas universidades e instituições de ensino técnico de nível médio, mas a estendendo também para indígenas, pessoas com deficiência, estudantes de escolas públicas e quilombolas. Bem como, a determinação quanto a prioridade dos cotistas receberem auxílio estudantil e extensão das políticas afirmativas para os cursos pós-graduação.

senso mais que incomum – uma concessão³. Em relação aos nossos questionamentos sobre a condição dos estudantes negros, dada a pandemia, comum era ouvir: “eu não conheço”, “deixa tudo como está”. Nós, à contrapartida, com estas questões propúnhamos a busca por conhecer, entender e interferir no modo como estava se construindo a realidade naquele momento e acho mesmo que esta seja a pauta de todos nós aqui dos Neabs e Neabis: ter o entendimento do que seja a realidade vivida do estudante negro, negra, indígena e o que é ser estudante não negro e não indígena na universidade pública, o que de imediato nos propõe em lidar com aquilo que insiste em se apresentar como lugar-comum do ponto de vista da hierarquização das relações sociais.

Nesse sentido, as entrevistas com os estudantes cotistas, assim como as tentativas de torná-las viáveis, se deram a partir do contato através de ligações telefônicas, assim como da busca por informação a partir do nosso Sistema Unificado de Administração Pública, que é o SUAP. Do mesmo modo, os esforços conjuntos a partir do uso das plataformas do *WhatsApp*, *Google Meet*, e outros métodos e tentativas durante esse período de fazer contato com os estudantes negros e negras. Entre junho e agosto de 2020, foram entrevistados 29 estudantes, quer dizer, 29 estudantes do Campus Jacarezinho, 49,2% dos estudantes negros e negras ingressantes. Nessa pesquisa, a despeito de ser uma primeira iniciativa em busca de compreender essa realidade, entretanto, não podemos contar com dados quantitativos dos vestibulares de 2018/2020.

Por isso vejo que é de fundamental importância termos uma base de dados, termos informações sobre os estudantes, termos informações sobre estudantes negros e indígenas. Quem são elas e eles? De onde vêm? Como vivem? De que modo? A gente não sabe, para fazermos avançar as ações afirmativas, nós temos que conhecer

³ Em nossos dias com o mandato e a gestão de uma nova reitoria, embora se tenha constituído um Núcleo de Assistência ao Estudante, NAE, tais estudos sobre esta realidade permanecem ofuscados, senão mesmo esquecidos.

essa realidade, assim como a situação dos professores do ponto de vista de se desenvolver esforços para contratação de professores negros, pois pouco ou quase nenhum há em nossas universidades.

Então, penso que esta seja uma das grandes tarefas dos Neabs e Neabis. Não quero me estender mais, vou aprestar aqui uma fala final, trazendo um pouquinho da escrita de nosso relatório, a partir de uma estudante do curso de Direito, em que ela faz o seguinte relato ao tratar das cotas:

“Eu confesso para você que, a princípio, eu não queria usar as cotas porque eu tinha um pouco de receio, até vergonha, eu não entendia muito bem, não entrava na minha cabeça, eu não conseguia digerir a ideia de cota. Eu acabei usando, porque eu namorava com um rapaz que é professor e ele acabou me incentivando a usar as cotas, porque eu não entendia. Depois eu fui digerindo tudo, acabei por entender, sabe? Acho que a gente, a maioria de nós, temos nossa negação de querer reafirmar, porque, na minha cabeça, eu estaria reafirmando algo que me faz mal, que é o preconceito. Eu sofri bastante preconceito quando eu era mais nova, o preconceito foi real na minha vida, eu não queria passar por isso de novo, quando alguém me perguntasse: ‘Ah, passou na faculdade? E aí, usou cotas?’”

Vejam só, vejam como as cotas continuam um mistério na cabeça de muitas pessoas e de boa parte dos estudantes negros/as. Nós, enquanto Neab e Neabis, precisamos ter entendimento desse processo e fazer avançar as discussões, também, no ensino médio. A gente não conhece essa realidade, temos muito a investigar e muito a contribuir.

Sabemos que nós causamos incômodo, mas esse é o novo na universidade. Os Neabs correspondem a esse novo que faz pulsar e tensionar a forma de combate ao que quer se manter como prática social histórica: o anonimato e a denegação, para entender e citar novamente Sílvia Almeida em relação à concepção do racismo estrutural e institucional.

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UEPG: O NUREGS COMO ESPAÇO DE LUTA E RESISTÊNCIA

Ione da Silva Jovino *

— Bom dia, Maria Nilza, pessoal da UEL e de todas as universidades que estão aqui. Gostaria, primeiramente, de agradecer o convite. Quero começar falando da minha relação pessoal com as ações afirmativas. Conheci as ações afirmativas no início das discussões aqui no Brasil, primeiro não no plano teórico, mas no plano da inserção de Políticas de ações afirmativas, porque fui bolsista de pós-graduação do Programa Internacional da Fundação Ford. Fui bolsista da primeira turma, que foi selecionada em 2002 no Brasil. O programa teve mais de 900 inscrições para 40 bolsas, então este foi o meu primeiro contato com as ações afirmativas.

*Docente do Departamento Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora do mestrado em Educação da mesma instituição. Possui doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, 2010) e pós-doutorado em Educação pela mesma Universidade (2017). Atualmente é pró-reitora de Assuntos Estudantis da UEPG. Integra o Núcleo de Relações Étnico-raciais, Gênero e Sexualidade do Laboratório de Estudos do Texto da UEPG.

Entrei na pós-graduação em 2003, já na condição de bolsista, após ter tido a oportunidade de me preparar para entrar na pós-graduação. Só para as pessoas que não conheceram o Programa terem uma noção de como é diferente ter recursos e preparação acadêmica para poder acessar a pós-graduação, eu morava em São Paulo, se eu quisesse fazer pós-graduação teria que ser em uma universidade pública, próxima de lá. Então, ser bolsista de pós-graduação antes de entrar na pós-graduação significou poder ter dinheiro para viajar para fazer prova, pagar as taxas de inscrições dos programas que cobravam, poder ter dinheiro para estudar língua estrangeira - porque em alguns programas a prova de língua faz parte do processo seletivo e é eliminatória -, ter dinheiro para viajar e prestar processo seletivo em outras cidades e poder ter perspectiva de se manter nessa cidade, caso passasse. Eu passei em alguns processos seletivos e acabei escolhendo estudar na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde fiz mestrado, doutorado e, também, o estágio de pós-doutorado. Então esse foi meu primeiro contato com as ações afirmativas.

O segundo contato foi como bolsista e como aluna de pós-graduação da UFSCar. Comecei a participar das atividades do Neab com a professora Petronilha Beatriz Gonçalves, com o professor Valter Silvério e comecei a participar de atividades de formação de professores, sobre a temática racial e, também, a participar dos eventos de discussão sobre as ações afirmativas, dentro e fora da universidade. Então a gente começou a estudar minimamente o tema, a escutar os argumentos que as pessoas traziam, a aprender a buscar argumentos para discutir, a tentar explicar para as pessoas que não dava para se basear apenas nos argumentos que a mídia trazia naquele momento e que a gente precisava se aprofundar. Então essa é minha relação pessoal com as ações afirmativas.

Depois, quando fiz o concurso em 2007 para professora, aqui na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), foi quando, pela primeira vez, me deparei com a questão da banca de verificação

de candidatos negros e também com algumas situações absurdas, como as pessoas entrarem na sala onde estava sendo feita a prova do concurso perguntando para as pessoas da banca - eu era a única candidata negra na sala - se eu tinha feito concurso por cotas, porque elas entendiam que fazer o concurso por cotas significava ter aprovação automática. Parece que elas não tinham noção de que por mais que eu tivesse me inscrito pelas cotas, eu teria que passar naquela prova escrita, passar na prova didática, para então ser aprovada por cotas ou não.

No que se refere ao papel do nosso Núcleo de Relações Étnico-Raciais, Gênero e Sexualidade, o Nuregs, que esse ano completa 10 anos de atuação, ele nasceu em 2010, quando a Professora Aparecida de Jesus Ferreira se transferiu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) para a UEPG. Foi ela quem colocou a mão na massa para pôr no papel a criação desse Núcleo. Então nós completamos 10 anos e eu gostaria de destacar a relação entre o Nuregs e as ações afirmativas aqui na UEPG.

Em 2013, o Nuregs, na UEPG, fez a discussão e a avaliação do sistema de cotas. Foi montado um grupo de trabalho que discutiu a continuidade ou não do sistema de cotas e, nesse grupo de trabalho, eu representava o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Nesse GT foi proposta a continuidade das cotas e algumas alterações diante do cenário possível, em um grupo bastante heterogêneo, com muita gente que era contra as cotas raciais, então a gente fez todas as negociações possíveis e uma proposta. Essa proposta foi encaminhada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e, quando a proposta chegou ao Cepe, o conselho entendeu que ela não era adequada e a mudou totalmente, encaminhou ao conselho universitário outra proposta na qual não existiam as cotas raciais, somente cotas sociais e com uma proposta de que elas acabassem em quatro anos. Ou seja, os conselhos entenderam que a UEPG já tinha cumprido a sua missão em relação à inclusão de estudantes de escolas públicas e de estudantes negros de escolas públicas dentro da universidade.

Por causa da pressão popular, dos movimentos sociais, do movimento negro e, principalmente, do movimento estudantil, o conselho universitário foi incitado, conclamado a voltar o projeto de ações afirmativas para a pauta, rediscutir e manter a proposição original do grupo de trabalho, com 50% de cotas, sendo 40% para estudantes de escola pública e 10% para estudantes negros também provenientes de escola pública.

Em 2013, uma das mudanças que ocorreu foi que a universidade tirou as bancas de constatação¹ como obrigação a ser feita antes do processo seletivo do vestibular ou durante o processo seletivo e deixou em aberto para que essa verificação pudesse ser feita a qualquer momento, por meio de denúncia. Um dos compromissos que a universidade assumiu, diante disso, foi o de informar à população sobre como funcionava o processo seletivo, então surgiu a ideia de criar uma cartilha informativa sobre o processo seletivo e outros materiais de divulgação. Foi montado novamente um grupo de trabalho que discutisse a elaboração dessa cartilha, tinha eu e mais duas ou três pessoas representando o Nuregs nesse Grupo de Trabalho. Num determinado momento desse trabalho, as pessoas do Nuregs, todas, misteriosamente, deixaram de receber os *e-mails* que chamavam para essas reuniões e, então, de repente, uma cartilha foi lançada, publicada, tinha o nome do Nuregs, mas a gente desconhecia o material.

Enfim, resumo da ópera, esse material era extremamente estereotipado e tinha problemas conceituais. Então o Nuregs foi atrás da reitoria pedindo para retirar o nome do Nuregs daquele material ou para refazer o material e nós fomos desafiadas pela gestão naquele momento, durante o final de semana, a preparar outro material e apresentar. E nós somos tinhasas, num grupo formado basicamente por mulheres, a gente passou o final de semana fazendo, um artista da cidade nos ajudou, fez desenhos, fez uma história em quadrinhos, em um final de semana.

¹ Bancas de heteroidentificação, complementar a autodeclaração racial de uma pessoa.

Resumindo, a gente fez outra cartilha e a universidade mandou essa cartilha para ser analisada por grupos de fora da UEPG, sem nos informar - para vocês verem como a nossa relação era tensa. Além disso, as gestões anteriores da nossa universidade tinham a prática de excluir o Nuregs das discussões, quando a gente começava a “incomodar” demais. Houve, por exemplo, situações em que o Nuregs representava a universidade em algum fórum, alguma discussão e, na calada da noite, se levou um ofício em mãos dizendo que a gente não representava mais. No outro dia, a gente chegou para uma atividade e aí fomos informadas: “não, a gente recebeu um ofício ontem à noite informando que você não representa mais”. Enfim, ficamos de fora de discussões importantes, como a discussão do Pacto Nacional de Direitos Humanos, que a gente sabe que está parado, não foi para frente. Naquela proposição inicial, o Nuregs ficou de fora, mesmo pedindo para representar, para fazer parte, por que como é que a gente vai discutir Direitos Humanos sem discutir como isso é atravessado e atravessa as questões raciais?

Para fechar, eu gostaria de falar sobre as cotas, agora do ponto de vista de participante da gestão, como estou agora. Concordando com o professor Donizeti, a gente precisa fazer o acompanhamento dos cotistas, a gente sentiu, nesse ano, a falta disso. A gente não conhece os cotistas da universidade, a gente conhece aqueles que são os nossos orientandos, que estão sempre nas atividades do Nuregs, mas, no geral, a gente não conhece os estudantes cotistas. Então estamos num planejamento para poder fazer esse acompanhamento do ponto de vista da Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade.

A gente tem uma questão aqui: o diálogo com as instituições que poderiam ser nossas parceiras também não é muito profícuo. Por exemplo, hoje, paralelo a este seminário, está acontecendo um evento que a gente pensou para discutir as questões das cotas, conversar, na verdade, um encontro com professores e estudantes de escolas públicas. A gente pediu parceria das instituições educacionais, do Núcleo Regional de Educação, a gente sabe que não foi

divulgado junto às escolas públicas, nós que divulgamos no “boca a boca” para os professores que a gente conhece. Então uma atividade que poderia estar cheia de estudantes de ensino médio - para não acontecer aquilo que o professor Donizeti falou - para a gente poder fazer o debate racial com esses estudantes, para eles saberem o que são as ações afirmativas, saberem que é um direito, que não é uma vergonha. A gente acaba cerceado na possibilidade de fazer isso porque as parcerias não têm funcionado e a gente precisa repensar isso.

Por fim, ontem a gente teve um encontro com o professor Marcelo Tragtenberg, ele fez a leitura dos dados sobre as cotas na UEPG no último ano e eu só queria apresentar alguns dos dados, na forma como ele leu, para vocês. É aquilo que a gente precisa repensar, repensar o nosso percentual de cotas, por exemplo, que os 50% que estão disponíveis são 2,5% na prática. Então o que a gente vai precisar fazer e qual vai ser o papel do Nuregs? Para poder cobrar, para que a gente possa rediscutir esse processo de ações afirmativas e o aumento da presença de negros e negras dentro ambiente universitário.

O NEIAB UEM E A LUTA PELAS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA

Marivânia Conceição Araújo *

— Bom dia a todos e a todas. Gostaria de falar um pouco sobre o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros, o Neiab, e sobre as cotas na Universidade Estadual de Maringá, a UEM. Nós, da UEM, tivemos as cotas aprovadas há um ano, ou seja, vivemos um momento simbólico no dia 20 de novembro de 2019, quando as cotas para estudantes negros foram aprovadas. Gostaria de apresentar um pouquinho dessa história para vocês.

O Neiab existe desde 2003. Se vocês quiserem entrar em contato, nós temos o *Facebook* do Neiab, temos o *Instagram* e o *e-mail*

* Professora titular da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Leciona no Programa de Mestrado em Ciências Sociais e no Mestrado Profissional em Políticas Públicas, ambos na UEM. Possui mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, 1997) e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp, 2004). É coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros (Neiab/UEM).

também¹. É uma satisfação estar com vocês e dizer que o Neiab é um núcleo de estudos acadêmicos, nós desenvolvemos pesquisas, debates e discutimos ações afirmativas, políticas, experiências, a questão do racismo no Brasil e estamos dentro da luta contra o racismo.

Assim como os outros Neabs que existem no Brasil, como já foi falado pelos meus colegas, nós reivindicamos políticas públicas voltadas para a população negra, incentivamos o cumprimento da Lei 10.639/03, inclusive publicamos um livro que foi produzido a partir do projeto Universidade Sem Fronteiras, financiado pela Seti, coordenado pelo professor Delton Felipe², que discute a importância da Lei 10.639/03, além de realizar uma formação com os professores da rede pública do Paraná no sentido de auxiliar na efetivação dessa lei.

Nós produzimos todos os anos a Semana Afro-Brasileira, essa vai ser a décima quarta e vai acontecer nos dias 25 e 26 de novembro de 2020, será um evento *on-line*³ por conta do momento que estamos vivendo - da pandemia de Covid-19 -, inclusive aproveito para convidar a todos para participarem da nossa Semana Afro-Brasileira.

Nós produzimos livros e os mais recentes são duas coletâneas⁴ de artigos que falam sobre a trajetória de estudantes e professores negros nas universidades. São artigos que vieram do Brasil inteiro contando um pouco dessa trajetória, há textos de alunos cotistas e outros de professores falando das especificidades da população negra dentro da universidade, um pouco no sentido do que nos falava o professor Alex

¹ Facebook: Neiab-UEM: <https://www.facebook.com/search/top?q=neiab%20-%20uem>; Instagram: @neiabuem; e-mail: uemneiab@gmail.com. Para mais informações, acessar a página do Neiab na Internet: <http://sites.uem.br/neiab>.

² FELIPE, Delton. **Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para ensino de história e cultura afro-brasileira**. Maringá: Mondrian Editora, 2019.

³ Cf. XIV Semana Afro-brasileira. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zx-PdagKY_g e <https://www.youtube.com/watch?v=chjBmmuusRo>. Acesso em: 26 jun. 2023.

⁴ Cf. Livro I: ARAÚJO, Marivânia; FELIPE, Delton; TORESAN, Liege (Orgs.). **Trajetórias negras na universidade: resistências, histórias e intelectualidades**. Maringá-PR: UNIEDUSUL, 2020; Livro II: FELIPE, Delton; CARVALHO, Lílian; ARAÚJO, Marivânia (Orgs.). **Trajetórias negras na universidade: o impacto das cotas raciais no ensino superior**. Belo Horizonte/MG: ENIEDUSUL, 2020.

Eleotério. Estes livros estão à disposição *on-line*, vocês podem encontrar na página do Neiab. Outra publicação do Neiab é o livro *Diálogos sobre diversidade, relações raciais e desigualdade no Brasil*⁵. Ao longo de mais de uma década de atuação, tivemos várias ações desenvolvidas pelo Neiab, pessoas que estiveram conosco, como juízes, promotores, professores, *influencers* e intelectuais como Maria Nilza da Silva, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Ana Paula Xongani e Joice Berth.

Também realizamos eventos sobre o feminismo negro, que acontecem em julho, para falar do “Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha”, e a gente sempre homenageia uma mulher negra. Já homenageamos Elza Soares, Ruth de Souza, sempre com o intuito de colocar em pauta a população negra e, em especial, a mulher negra.

Nós fazemos *lives* todos os sábados, às 18 horas, para discutir diversos assuntos com diferentes pessoas de áreas específicas. Já debatemos sobre o Frantz Fanon, já falamos sobre mercado de trabalho, sobre a questão racial no mundo empresarial, enfim, diferentes temas cujo objetivo é divulgar a produção do Neiab, mas, principalmente, estabelecer um contato com a população e mostrar a possibilidade de inserção de pessoas negras em diferentes áreas e em vários temas.

Agora quero falar especificamente sobre a nossa situação na Universidade Estadual de Maringá. A UEM tem 17.731 alunos, 89 cursos e foi fundada em 1969. Infelizmente até o ano passado, 2019, a UEM não tinha cotas raciais⁶. Nós tivemos várias discussões sobre cotas e, em 2004, a comunidade não acadêmica - os movimentos sociais, o movimento negro, grupos de estudantes, estudantes secundaristas - entraram com o pedido para que houvesse cotas raciais na universidade. Foram muitos debates, muitas discussões,

⁵ ALVES, A. P.; SILVA, Eronildo José; ARAÚJO, Marivânia (Orgs.). **Diálogos sobre diversidade, relações raciais e desigualdade no Brasil**. Maringá-PR: EDUEM, 2018. Esse livro tem distribuição gratuita e quem tiver interesse em recebê-lo, pode entrar em contato pelo e-mail: neiabuem@gmail.com.

⁶ Cotas para a população negra.

dentro e fora da universidade. Nós tivemos a presença de vários professores de universidades parceiras que vieram à UEM falar sobre a necessidade de cotas raciais. Maria Nilza chamou a atenção sobre a necessidade de pensar que essa é uma luta coletiva, uma luta com várias pessoas, isso aconteceu na UEL, isso aconteceu na UEM também. Inclusive alguns nomes que estiveram em Londrina, estiveram aqui em Maringá também, como o José Jorge de Carvalho, a Dra. Dora Lúcia Bertulio, a própria Maria Nilza também esteve aqui nos auxiliando, nos apoiando nesse momento de reivindicação das cotas.

Em 2004, foi feita a solicitação para a implantação de cotas. O pedido tramitou pela universidade, nos conselhos superiores, foi uma tramitação longa. Usando a palavra que a professora Ione Jovino utilizou, misteriosamente, foi uma tramitação longa, as tramitações não demoram tanto tempo, mas, no caso das cotas raciais, foi mais de um ano de espera até que essas cotas fossem analisadas e votadas.

As cotas foram votadas em 2007 na UEM, com uma universidade bastante conservadora e com conselheiros, na sua maioria, contrários não só à discussão das cotas, mas, principalmente, à sua aprovação. Em 2007, a partir dos movimentos sociais, das reivindicações de todo movimento coletivo em que o Neiab já estava presente, as cotas raciais foram colocadas em discussão, mas foram rejeitadas e tivemos a aprovação das cotas sociais com o argumento de que ao se aprovar essa política afirmativa as pessoas negras seriam beneficiadas, pois trata-se de uma política voltada para a população com menos recursos econômicos.

Desde 2008, nós temos nos vestibulares da UEM as cotas sociais com a reserva de 20% das vagas de todos os cursos da universidade. Essas cotas servem para atender alunos de baixa renda e que estudaram em escolas públicas durante todo o ensino médio. Nós percebemos, ao longo dos anos, que as cotas sociais favoreceram alunos pobres, mas que não houve uma mudança no que diz respeito aos alunos negros, ou seja, não houve um aumento de alunos negros dentro da universidade.

Nós, do Neiab, e a comunidade acadêmica tivemos condições de analisar as cotas sociais dentro da nossa universidade e perceber que só elas não são suficientes para o ingresso de alunos negros na universidade. Com as cotas sociais, houve um aumento pequeno de alunos negros na UEM, nós fizemos um estudo e percebemos o seguinte: antes das cotas sociais, os alunos negros na UEM perfaziam em torno de 2% apenas, um percentual bem baixo. Vale a pena chamar a atenção para o fato de que a população negra em Maringá perfaz 35%. Com as cotas sociais houve um aumento de 2% para 5%, ou seja, continuou muito baixo o número de alunos negros dentro da universidade.

A partir de 2017 nós retomamos o debate sobre as cotas, chamamos a Djamila Ribeiro e outras pessoas que vieram na nossa universidade para falar sobre cotas, para estabelecer o debate. Os estudantes fizeram a sua movimentação também, nós temos, na universidade, o Coletivo Yalodê-Badá, que protocolou uma solicitação oficial à instituição para que houvesse política de cotas na UEM. O coletivo fez um abaixo-assinado virtual em apoio às cotas, esse abaixo-assinado recolheu dezenas de assinaturas da população em geral, de personalidades, artistas e intelectuais. Em parceria com o Coletivo Yolodê-Badá, o Neiab e professores da universidade protocolaram o pedido de cotas para a Universidade Estadual de Maringá, um movimento coletivo também com a comunidade não acadêmica, estudantes e professores. Esse pedido tramitou dentro da universidade, agora de uma forma um pouco mais ampla. Nós fizemos um movimento chamado Professores Pró-Cotas Raciais, que envolveu professores de vários departamentos, diferentes centros, campus, a UEM também tem mais de um campus em cidades aqui do Paraná (Campus sede, em Maringá, e campus regionais instalados nos municípios de Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante de Norte, Goioerê, Ivaiporã e Umuarama). Nesse movimento, nós participamos de reuniões de departamento, de reuniões interdepartamentais, de coletivos, fizemos campanha pela *internet* e agora o momento era

outro, estávamos em 2018/2019 e a UEM era uma das únicas universidades do estado do Paraná que ainda não tinha cotas raciais⁷. Então havia um certo constrangimento do nosso corpo docente em estar entre as universidades que não tinham cotas, mas esse constrangimento não era suficiente para que as cotas fossem aprovadas como nós gostaríamos, com a reserva de 30% das vagas ou até um percentual maior. Houve, então, um grande debate, porque tinha resistência também acerca do percentual de reserva de vagas, ou seja, para a forma como as cotas seriam implementadas. Houve uma contraproposta de cotas raciais para que a reserva fosse de apenas 5% das vagas do vestibular, mas nós estabelecemos um debate amplo em toda a universidade e, no dia 20 de novembro de 2019, as cotas raciais foram aprovadas na UEM.

Quero mostrar essas fotos⁸ partindo da ideia de que uma imagem vale mais que cem palavras. Esta é a imagem do dia da votação, no auditório em que as cotas foram votadas, com os coordenadores de todos os cursos, nossa universidade tem mais de cem coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação, a maioria deles reunidos para votar as cotas, uma plateia com alunos, com movimentos sociais, com professores. Nós tivemos também a presença do reitor da UEL, professor Sérgio Carvalho, ele esteve na reunião do Cepe - Conselho Superior de Extensão e Pesquisa⁹ - para a discussão e votação das cotas raciais, fez uma fala bastante contundente chamando atenção ao fato da UEL já ter cotas há alguns anos e a nossa universidade ainda não. O professor Marcelo Tragtenberg da UFSC, entre outros, também esteve aqui, apresentando dados e experiências positivas sobre as cotas raciais e, felizmente, nós agora temos as cotas.

⁷ Aqui, as denominadas cotas raciais referem-se às cotas para a população negra. Nesse caso, os demais grupos raciais são excluídos da “raça”. A racialização, nesse caso, é somente para as pessoas negras. Contudo, há pesquisadores/as que preferem racializar todos os grupos de cor e raça.

⁸ Acervo de fotos da Profa. Marivânia Araújo e da Assessoria de Comunicação da UEM. Link: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1h6f7AXfUgVPGYbrsXApTDU2vXVSoibsW>

⁹ O Conselho Superior de Extensão e Pesquisa reúne todos os conselheiros dos cursos de graduação e pós-graduação da universidade.

**Grupo Professores/as Pró-cotas reuniu estudantes e professores
que agiram ativamente na luta por cotas raciais na UEM.**



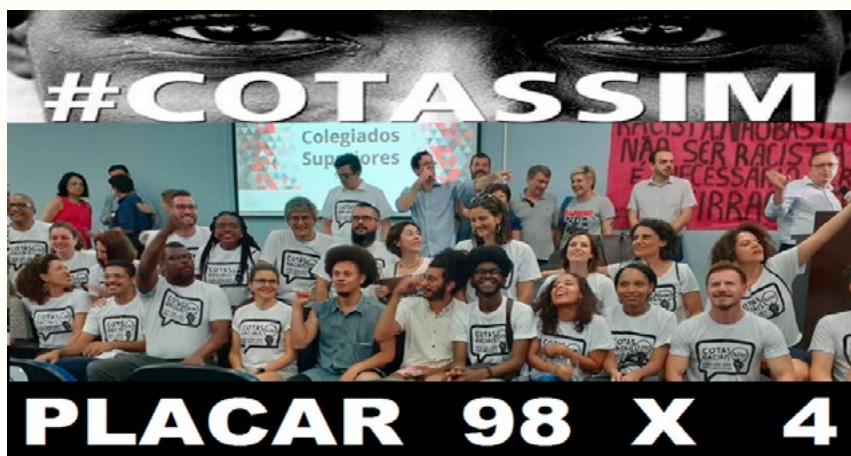
Fonte: Acervo da Profa. Dra. Marivânia Conceição Araújo.

**A plenária do Cepe comemora a aprovação das cotas para
negros/as na UEM, 20/11/2019.**



Fonte: G1 PR e RPC Maringá.

**Integrantes do grupo Professores Pró-cotas comemoram a vitória
da política de inclusão na Universidade Estadual de Maringá,
20/11/2019.**



Fonte: Acervo da Profa. Dra. Marivânia Conceição Araújo.

As cotas foram aprovadas na Universidade Estadual de Maringá no dia 20 de novembro de 2019, e agora a nossa luta é para que as cotas sejam efetivadas, para que tenhamos bancas de heteroidentificação, para que os alunos, uma vez na universidade, tenham condições de permanecer na universidade, para que eles sejam acolhidos, para que permaneçam e concluam os seus cursos. Nós temos a consciência de que não basta entrar no curso, é preciso ter condições de permanecer na universidade e nós estamos agora nessa luta, na continuidade da reivindicação, do trabalho e também continuamos com uma proposta coletiva, não só de professores, técnicos e alunos da universidade, mas da comunidade também, para a continuidade das cotas e a possibilidade de que mais estudantes venham para a

UEM, tenham condições de boa permanência e desenvolvimento acadêmico na nossa universidade.

Eu quis trazer um pouquinho da experiência do Neiab da UEM para compartilhar com vocês, falar da nossa alegria em termos avançado na criação dessa política pública - apesar de tardiamente -, felizmente nós temos cotas raciais. Também gostaria de dizer que nós continuamos na luta, na luta pela qualidade de ensino, pela universidade pública gratuita e pela permanência dos nossos alunos negros e negras na universidade. Agradeço o convite, à professora Maria Nilza Silva e fico à disposição para conversar com vocês, junto com os meus colegas das outras universidades. Muito obrigada.

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UEL: AVANÇOS E DESAFIOS DE UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA

Maria Nilza da Silva *

— Bem, meu tema é “As Ações Afirmativas e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Universidade Estadual de Londrina (UEL)”. Abordar a trajetória das ações afirmativas na Universidade Estadual de Londrina é falar da participação e da contribuição de inúmeras instituições e pessoas que resultaram na adoção da reserva de vagas para estudantes oriundos de instituições públicas e para negros com a mesma origem.

As cotas na UEL foram implantadas em 2004, como resultado da mobilização do Movimento Negro e de uma gestão da universidade

* Professora titular de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com atuação no curso de graduação em Ciências Sociais e pós-graduação em Sociologia. Foi pesquisadora convidada e realizou pós-doutoramento no *Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques*, junto a *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris (2010-2011). De dezembro de 2004 a junho de 2006 e de agosto de 2013 a junho de 2022, coordenou o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab-UEL). Desde os anos 2000 coordena o Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Africanos (Leafro-UEL). É pesquisadora do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (SoU_Ciência), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

que, naquele momento, estava em sintonia com a realidade social de Londrina. Também havia uma parceria que ultrapassava os limites da universidade e da cidade de Londrina, uma vez que a atuação do Movimento Negro de Londrina sempre esteve sintonizada com as demandas nacionais.

No início do século XXI, o contexto político, fruto de uma caminhada de luta, apresentou alguma abertura para as demandas da população negra. Foi nesse contexto e influenciada pela Conferência de Durban, na África do Sul, que as demandas pelas ações afirmativas ganharam força. O Movimento Negro de Londrina fez uma parceria com a Fundação Palmares, presidida pelo arquiteto Dr. Zulu de Araújo, que, naquele momento, teve um lugar de protagonismo na luta pelas ações afirmativas nas universidades.

A Fundação Palmares preparou um seminário chamado “O Negro na Universidade” e, posteriormente, nós publicamos um livro de mesmo título¹. Participaram desse seminário vários intelectuais de diferentes áreas. O Seminário foi um evento organizado pela Fundação Palmares para levar o debate sobre a necessidade das ações afirmativas em universidades pelo país inteiro. Com a liderança negra de Vilma Santos de Oliveira, a Dona Vilma, a saudosa Yá-Mukumby, esse evento foi realizado aqui em Londrina, porque Dona Vilma, naquela ocasião, conhecia o Dr. Zulu, presidente da Fundação Palmares, que havia estado em Londrina para um evento promovido pela Secretaria de Cultura. A partir daí eles se tornaram conhecidos e o Dr. Zulu trouxe o evento chamado “O Negro na Universidade” aqui para Londrina.

Então, algumas pessoas que participaram daquele evento para discutir as ações afirmativas continuam presentes colaborando com a UEL, com o Neab e, sobretudo, com ações afirmativas

¹ Cf. PACHECO, Jairo Queiroz; Silva, Maria Nilza da (Orgs.). **O Negro na Universidade: o direito à inclusão**. Brasília/DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. Disponível em: <https://sites.uel.br/leafro/wp-content/uploads/2023/04/O-negro-na-universidade-o-direito-a-inclusao.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2024.

em diferentes momentos da caminhada dessa política aqui na UEL. Vale a pena destacar a participação da Dra. Dora Lucia Bertulio, da Universidade Federal do Paraná, o próprio Dr. Zulu Araújo, que trabalha em Salvador, o Dr. Marcelo Tragtenberg, da Universidade Federal de Santa Catarina, que também esteve naquele evento, enfim, a partir do seminário que foi realizado em meados de 2004, as ações afirmativas foram adotadas na UEL.

Naquele contexto, havia o Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA), que foi fundado em 1985, coordenado pelo saudoso professor Eduardo Judas Barros. Mas até aquele momento o núcleo atuava prioritariamente na promoção da cultura asiática, notadamente, da cultura indiana. Contudo, naquele contexto, a administração da UEL necessitava que o núcleo estivesse em sintonia com o novo cenário, voltado para o fortalecimento das ações afirmativas e para a preparação de projetos para obter recursos voltados à permanência dos estudantes negros e negras na universidade, porque já se imaginava que haveria um número maior de pessoas carentes e pobres que entrariam na universidade. Havia a preocupação com a necessidade de contribuir com a permanência.

Em dezembro de 2004 eu estava chegando do doutorado, era recém Doutora e fui convidada a assumir o NEAA, que depois se tornou o Neab. Então, os desafios eram imensos, estávamos aprendendo a fazer projetos para captação de recursos e, naquele momento, havia poucos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros. Os mais conhecidos eram o Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao), da Universidade Federal da Bahia, o núcleo da Universidade Federal de Alagoas, que tem uma tradição bastante grande, o núcleo da Universidade Federal do Maranhão, o núcleo da Universidade Estadual da Bahia e o Neab aqui da UEL, então NEAA, que também era conhecido nacionalmente. Com a nossa participação nos Congressos de Pesquisadores Negros e Negras (Copenes), promovidos pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras

(ABPN), percebemos que os Neabs, que antes eram muito poucos, foram aumentando e se consolidando.

Lembro que, em 2005, quando participei do Copene, no Maranhão, éramos um pouco mais que uma dezena, não chegávamos a 20 Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros pelo país e hoje nós somos mais de 200 núcleos de estudos. Foi nesse ínterim que fui convidada para participar, em 2005, da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (Cadara). A participação na Cadara foi fundamental para o intercâmbio com outros professores, pesquisadores e intelectuais das relações raciais. Minha participação na Cadara se deu de 2005 até 2010, quando saí para realizar o estágio de pós-doutorado, na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, em Paris, França, de 2010 a 2011.

A vivência na Cadara, propiciou a elaboração dos primeiros subsídios para os editais e, também, os primeiros livros para aplicação da Lei 10.639/03. Os estudos das relações étnico-raciais, sobretudo da população afro-brasileira, foi se consolidando e, simultaneamente, consolidou-se também uma parceria nacional de intelectuais e militantes presentes no Brasil inteiro. Foi nesse contexto que os Neabs foram surgindo, pois a Cadara, no âmbito da Secad, vinculou a concorrência dos editais aos Neabs, isso motivou o surgimento de muitos núcleos nas IES, de uma dezena que estava presente no Congresso de Pesquisadores Negros e Negras no Maranhão, em 2005, rapidamente chegamos a uma centena e hoje, como já mencionei, somos mais de 200 núcleos. Então houve uma consolidação desses núcleos, sobretudo com a criação do Consórcio Nacional de Neabs, o Conneabs, que é parte da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, assim como o Congresso de Pesquisadores Negros e Negras faz parte da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras.

Na UEL, as cotas foram adotadas em 2004, fruto da luta protagonista do Movimento Negro em parceria com instituições como a

Fundação Palmares. Como o professor Alexandro Eleotério já mencionou, houve uma avaliação da política de cotas em 2011 e outra avaliação em 2017. Então essa caminhada esteve muito sintonizada e contou para o aprimoramento do sistema de cotas com a parceria de intelectuais que estavam presentes na Cadara, na Fundação Cultural Palmares e, também, em Neabs. Por isso que afirmo que a luta pelas cotas na UEL é fruto dessa parceria coletiva, nesse sentido, vale a pena citar alguns nomes. Nós contamos sempre, em todos os momentos - na primeira avaliação, em 2011, e na segunda avaliação, em 2017, durante a construção da Casa Yá-Mukumby², que é a sede do Neab - com parcerias como a do Kabengele Munanga (USP); do André Lázaro (UERJ), que foi o diretor da Cadara no Ministério da Educação; do Prof. José Jorge de Carvalho (UnB); do Prof. Marcelo Tragtenberg (UFSC); da Dora Lucia Bertulio (UFPR), entre outros intelectuais. Eles sempre estiveram presentes, trouxeram dados, ajudaram e reforçaram a luta local.

O Neab se destacou e foi se fortalecendo, especialmente com alguns projetos voltados para a população negra, vale a pena mencionar, por exemplo, que nós tivemos várias edições do Uniafro, que incentivava a implementação da Lei 10.639/03. Naquele momento e até hoje contamos com uma parceria muito frutífera do Núcleo Regional de Educação de Londrina. Os professores da rede básica de ensino sempre estiveram presentes no Neab/UEL para participar de cursos de formação continuada. Mesmo quando houve mudanças de chefias no Núcleo Regional de Educação, contamos, desde 2005, conta com a parceria³.

Através do Uniafro, nós publicamos vários materiais que estão presentes no Neab, com a própria equipe do núcleo, como os próprios cotistas bolsistas de iniciação científica ou iniciação de extensão e os professores colaboradores. Nós publicamos uma coleção que se chama

² Cf. SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana. **Casa Dona Vilma - Yá Mukumby**: memórias e lutas pelas ações afirmativas. Londrina: UEL, 2019.

³ Durante a nossa gestão como coordenadora do NEAB até junho de 2022.

*Presença Negra em Londrina*⁴ em que mostramos a presença negra em Londrina e, sobretudo, o protagonismo negro que contribuiu para construção da cidade, mas que na história oficial é invisibilizado.

Participamos de um programa pioneiro para a permanência dos/as estudantes, o Brasil AfroAtitude. O programa, em sua primeira edição, concedeu 500 bolsas para 10 universidades no Brasil. A UEL foi uma das contempladas com 50 bolsas. Naquele momento, eu participava da Cadara, conheci o Prof. Dr. Ivair Augusto Alves dos Santos, do Ministério de Direitos Humanos, que me solicitou uma indicação de alguém da UEL para contribuir com a formatação do Programa Brasil AfroAtitude, indiquei o professor Jairo Queiroz Pacheco, então pró-reitor de Graduação e um dos responsáveis pela implantação das ações afirmativas. Ele foi a Brasília e contribuiu com a formatação do programa que foi importantíssimo para a permanência dos/as bolsistas. Foi o primeiro programa voltado à permanência dos estudantes cotistas no Brasil.

Tivemos outros projetos desenvolvidos pelo Neab, como três edições do Programa Universidade Sem Fronteiras, financiado pela Fundação Araucária, do Paraná e, por último, em 2018, fomos contemplados pelo Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (PROEXT/MEC). Os projetos foram extremamente importantes, pois possibilitaram o acolhimento de cotistas negros/as junto ao Neab, além de ser fundamental para o fortalecimento das ações afirmativas.

Em 2016, enfrentamos uma grande luta para manter a existência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros na UEL. Naquele momento, o núcleo não tinha sede, não tinha nenhum funcionário, nós tínhamos apenas nós mesmos, os alunos e os professores que faziam parte do Neab, mas não tinha sede física, pois o Neab perdeu a sua sede em 2006 com uma mudança da gestão da UEL e depois ficou, durante 10 anos, mudando de lugar, ocupando salas provisórias em vários centros

⁴ Os livros encontram-se disponíveis na página do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO/UEL). Disponível em: <https://sites.uel.br/leafro/livros/>. Acesso em: 16 mai. 2023.

de estudos. O Neab mudou nove vezes. Por fim, houve a mobilização da comunidade interna e externa, com muitas parcerias para que o Neab tivesse a sua sede, a Casa Dona Vilma - Yá Mukumby⁵.

Para que o Neab continuasse a existir, contamos com a parceria de vários Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, localizados em diferentes estados, que mandaram mensagens e cartas apoiando o Neab. Naquela ocasião, não havia apoio da administração da UEL para a manutenção do núcleo e nem para a efetiva construção de sua sede. Por isso, reafirmamos que a luta foi coletiva e fundamental para que o Neab continuasse a existir a fim de cumprir sua missão de realizar pesquisas e atividades extensão como os inúmeros cursos para professores e para a comunidade local. Para tanto o Neab teve a parceria o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Consepir) e o grupo de trabalho de Combate ao Racismo do Ministério Público, que foi importantíssimo, sobretudo entre os anos 2012 e 2019, encampando e participando das atividades voltadas ao estudo da população negra e na luta pelas ações afirmativas, sobretudo no momento de avaliação e renovação das cotas, como em 2017.

Vale a pena dizer também que em todos os momentos que o Neab esteve sobre ataque, contou-se com a participação e o apoio da comunidade interna e externa à UEL, notadamente, do Movimento Negro. O movimento tem as suas fraturas, contudo, quando existe uma ameaça ao núcleo, o Movimento Negro se uniu para fortalecer o Neab e isso foi e é muito importante. A gente conta também com a parceria do Núcleo Regional de Educação (NRE). Então mais uma vez eu reafirmo que as cotas são frutos dessa luta coletiva.

Encaminhando para a finalização, depois de ouvir os colegas professores falarem sobre a surpresa relacionada a muita gente não saber o que são as cotas, uma das experiências muito exitosas que nós tivemos foi a parceria que fizemos com o Núcleo Regional de Educação, que vem desde 2005, os nossos estudantes cotistas vão

⁵ Ver mais em: <https://sites.uel.br/leafro/livros/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

até as escolas para apresentarem as ações afirmativas, vão falar que é possível entrar na UEL, numa universidade pública de qualidade, gratuita, que tem cotas. E, embora não haja bolsas para todos/as, alguns estudantes poderão ser contemplados por bolsas para contribuir com a permanência no curso e o êxito com a formatura.

Em 2013 foi criado o Programa de Apoio à Permanência (Prope/Uel), o qual tive a honra de coordená-lo no início, posteriormente o programa passou por várias coordenações e ainda hoje continua o trabalho, sobretudo de divulgação das ações afirmativas, pois ainda não existem bolsas para todos os estudantes que necessitam. Para garantir a permanência dos cotistas, será necessário conceder bolsas a todos e todas que necessitam de apoio.

Gostaria de falar também que outra luta que nós temos é para que haja a disponibilização de dados sobre a realidade dos nossos cotistas. Até esse momento, a gente tem tido a oportunidade de contar com a parceria da administração da UEL para disponibilizar alguns dados dos estudantes, contudo, temos tido dificuldades para termos acesso a determinados dados, sobretudo sobre a permanência de negros e negras na UEL.

A PRÁTICA DOCENTE VOLTADA À DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: INICIATIVAS DE COMBATE AO RACISMO NA UNICENTRO

Raquel Terezinha Rodrigues*

— Quero agradecer à Profa. Dra. Maria Nilza, pelo convite, quero cumprimentar a todos e a todas que estão nos assistindo. Maria Nilza e eu nos conhecemos há muitos anos e nos reencontramos agora, neste momento tão importante. Então é sempre uma alegria a gente se reencontrar e trazer esse tema tão necessário: políticas de ações afirmativas e não somente em relação às políticas afirmativas, mas também em relação ao racismo que vem, tristemente, nos massacrando o longo dos anos.

* Docente associada da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Literatura da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 1987); Graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 1995); mestrado em Literatura pela UFSC (1998) e doutorado em Literatura, Teoria Literária e Comparada pela Universidade de São Paulo (USP, 2009).

A Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)¹, Campus Santa Cruz, localizada em Guarapuava, teve, no período de tempo em que o professor Jefferson Olivatto da Silva esteve aqui conosco, um Neab, mas agora ele foi para a UEL. Então ele, juntamente com os seus alunos do mestrado em Educação, desenvolveu um trabalho muito importante. Com a partida do professor Jefferson, ficamos sem Neab e agora, nesse momento de pandemia, um grupo de professores de várias áreas resolveu conversar novamente sobre o assunto, ou seja, repensar o papel do Neab e como poderíamos, de modo mais efetivo, fazer com que o núcleo fosse atuante em nossa instituição.

Embora a Unicentro tenha alunos que entram pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), nós não temos até esse momento a implementação de cotas raciais² e esta é uma questão que nos incomoda bastante, muito embora vários professores, em vários departamentos, acabam trabalhando um pouco isoladamente as questões raciais, mas sem ter um núcleo que nos reúna, que tenha força e representatividade, como vemos em outras universidades públicas.

Em relação à pós-graduação em educação, existe uma conversa já bastante adiantada sobre as cotas. E como eu também participo na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Literatura (PPGLit), lá, felizmente, as cotas raciais foram implementadas. E para a nossa alegria, não só para negros, mas também para indígenas e trans, é uma felicidade muito grande ter incluído nesse momento as pessoas trans.

Em relação ao trabalho, eu, particularmente, sou professora de Literatura, no curso de Letras, e percebo que a invisibilidade dos nossos alunos negros é tão grande que as pessoas não entendem que esse assunto passou do momento de ser discutido. As pessoas ainda entendem que as cotas raciais trazem um demérito para o

¹ A Unicentro, além da sede principal em Guarapuava, tem Campus em Irati, Chopinzinho, Coronel Vivida, Laranjeiras do Sul, Pitanga e Prudentópolis.

² Implantação das cotas para a população negra ocorreu em 2022. Disponível em: <https://souciencia.unifesp.br/mapa-cotas>. Acesso em: 03 jul. 2024.

momento intelectual do negro, que o negro vai ser visto como menos capacitado, são crenças, fruto de uma sociedade escravocrata e que não são verdadeiras. Também associam as cotas à injustiça, eles não percebem que elas são uma questão de justiça e reparação social.

Como fruto desse trabalho no Neab, que o professor Jefferson desenvolveu, nós temos um trabalho que, particularmente, gostaria de citar, que é da Mestra Tauana Aparecida Oliveira³, em que ela faz o mapeamento de todos esses movimentos de enfrentamento e resistência aqui em Guarapuava. O trabalho dela traz questões como: “Quantos negros entraram na Unicentro?”, “Quantos permaneceram?” e, também, sobre os movimentos sociais ao longo dos anos. Ela faz um trabalho bem interessante mostrando como é que se constituiu o Paiol de Telhas, população quilombola que nós temos aqui no município. Dessa forma, eu também comecei, de certa forma, a mudar um pouco a minha prática docente, porque entendia que se eu habilitasse tecnicamente o nosso aluno negro, ele poderia sobreviver ao que ele encontra lá fora. Mas junto com essa capacitação técnica, ele também precisa ter essa educação racial, ele precisa se entender negro e precisa saber todo esse histórico dos movimentos que lutam, dos movimentos que estão aí, resistindo firmemente.

E só a partir daí que ele vai entender como é que nós chegamos a esses enfrentamentos, a morte de George Floyd⁴, como fato mais recente, e tantos outros em nosso país. Então ele vai se reestruturar, digamos assim, tendo uma base forte. Pensando nisso, a minha prática foi sendo, digamos assim, direcionada para um projeto - que ainda é um projeto-piloto - de leitura de mulheres negras. Então comecei a entender e a refletir nesse sentido, sobre a leitura de mulheres negras, claro, ainda muito presa à minha área de

³ OLIVEIRA, Tauana Aparecida. População Negra discente ingressa na UNICENTRO: dificuldades de reconhecimento e pertencimento. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná, 2019.

⁴ Em 25 de maio de 2020, em Minneapolis, um balconista acusou George Floyd de tentar pagar um maço de tabaco com uma cédula falsa. Detido por policiais, ele acabou sendo morto em plena rua.

especialização, que é a memória e os textos memorialísticos. Então comecei a trazer essas mulheres para serem lidas por esse grupo, é um grupo de pessoas de todas as áreas, nós não temos restrição de área, temos mulheres, temos homens e nele nós discutimos esses textos que elencamos para leitura.

A partir disso, vejo que a educação racial, a educação étnica, a preparação e o envolvimento com questões étnico-raciais são de vital importância, justamente para que as pessoas possam entender que a luta é de todos e todas, fazer a diferença, não só o Neab. Nós temos vários momentos de discussão e esse grupo acaba fornecendo, então, elementos para que eu possa mapear toda essa estrutura educacional.

Refletindo sobre a questão da entrada do nosso aluno negro na universidade, nós temos vários dados em que é possível observar que alguns alunos de periferia nem sequer sabem que a Unicentro é uma universidade pública e gratuita, eles não têm essa informação. Nós entendemos que, paralelo a essa discussão de trazer o nosso aluno e mantê-lo dentro da universidade, que também é um desafio, também temos que trabalhar com alguns elementos desse ensino médio. Os nossos alunos negros precisam terminar o ensino médio para que eles possam ter uma chance de entrada na universidade.

Eu gostaria de deixar claro que essa luta está sendo levada adiante por várias pessoas e é realmente uma questão muito difícil, mas que nós estamos enfrentando. Nos enfrentamentos diários, os nossos alunos, além das questões de ensino referentes à capacitação técnica, têm as questões raciais. E a grata surpresa é que há uma certa receptividade por parte dos nossos colegas.

Mais uma vez, eu gostaria de deixar aqui o meu agradecimento a todo esse povo que tem lutado nessas universidades - nas nossas aqui do Paraná, em particular, nas nossas universidades estaduais - e dizer que eu me sinto muito feliz por ter sido contemplada com esse convite e poder participar com vocês dessas discussões, para que a gente possa, então, avançar nessa luta. Mais uma vez, obrigada, Maria Nilza.

O GRUPO DE ESTUDOS ÉTNICO-CULTURAIS E A LUTA ANTIRRACISTA NA UNIOESTE

Sônia Maria dos Santos Marques*

— Bom dia, Maria Nilza, bom dia, colegas, bom dia a quem está nos assistindo nesse momento. Acho que é um momento importante, esse diálogo entre professores das universidades estaduais do Paraná, para conversarmos sobre essa temática que é tão fundamental. Tal como os demais colegas referiram, penso que viver a experiência de ser negro na sociedade brasileira é um processo muito profundo, é exigente, exige várias questões para que façamos a afirmação da nossa identidade, da nossa negritude. Exige também uma ação política no sentido de reconhecer a ação daqueles que nos antecederam.

* Professora associada do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), no Campus de Francisco Beltrão. Docente do curso de mestrado em Educação no mesmo campus. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 1987); mestrado em Educação pela Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2000) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2008). Atualmente é diretora do Centro de Ciências Humanas da Unioeste, no Campus Francisco Beltrão.

Acho importante que nós, que estamos na universidade, assumamos esse compromisso com aqueles que nos antecederam, de também continuar com o movimento, para que mais jovens negros, meninos e meninas, estejam na universidade, e que esta seja realmente um espaço de acolhimento para esses jovens negros.

Eu começo, então, falando um pouquinho do grupo de estudos que coordeno, que é o Grupo de Estudos Étnico-Culturais. Ele funciona como Neab e está cadastrado no CNPq desde 2004. Nesse período, já realizamos várias atividades, eventos anuais, tivemos um curso de Especialização - Educação para as Relações Étnico-Raciais, junto com o Leafro, tivemos projetos aprovados para o Programa Universidade Sem Fronteiras para a formação de professores, produzimos materiais didático-pedagógicos discutindo a questão étnico-racial, organizamos publicações e orientações de mestrado.

A produção do grupo neste período se caracterizou pela procura do diálogo com a comunidade e com os demais núcleos, mas, ao mesmo tempo, tentamos estabelecer diálogos dentro da instituição. A Unioeste é uma instituição que não tem políticas¹ de ação afirmativa para o ingresso de alunas e alunos negros. Em 2008, foi aprovada, na Unioeste, uma resolução (Resolução 169/2008) que regulamentou o processo seletivo destinando 40% de vagas nos cursos de graduação para os alunos oriundos das escolas públicas.

Em 2013, a instituição aderiu ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e a distribuição percentual da reserva de vagas das cotas sociais passou a constituir 50% para alunos oriundos de escolas públicas. Então essa é uma luta constante no grupo dos docentes e discentes que fazem parte das atividades, em grande parte porque a região Oeste e Sudoeste do Paraná - eu estou no Sudoeste - tem uma narrativa eurodescendente. Com isso, a população negra fica obliterada e não vê a universidade como um espaço de inserção.

¹ A Unioeste aprovou as cotas para a população negra em 2022, através da Resolução n. 182/2022.

Nós temos ainda, na Unioeste, a característica de ser uma instituição branca. Se nós considerarmos os alunos matriculados de 2014 a 2016 nos cinco campi da universidade - porque a Unioeste é uma universidade multicampi² -, 80,43% dos estudantes se autodeclararam brancos e 2,40% dos estudantes se autodeclararam pretos. Então vejam, nós teríamos hoje aproximadamente 2,40% de estudantes negros na universidade, é um percentual bastante baixo. Isso reflete também uma situação, que é a de temos um movimento social negro bastante frágil aqui na região. Fizemos tentativas de identificar esse movimento negro, principalmente aqui na região Sudoeste, na região Oeste o movimento é um pouco mais fortalecido, mas na região Sudoeste ele ainda é frágil. Estivemos dialogando também com docentes e grupos de estudantes de outras universidades públicas da região Sudoeste, mas a gente tem essa dificuldade de articulação, o movimento social negro não é tão intenso aqui na região Sudoeste.

Para finalizar, acho que tem algumas questões importantes, que são desafios que temos para pensar. O primeiro está relacionado a esse contingente de alunos negros que está na universidade obtendo as experiências dos demais colegas, a importância de que nos articulemos para conseguir implantar cotas raciais aqui Unioeste, o que ainda não conseguimos. O outro desafio é manter essa interação entre as instituições de ensino superior do Paraná para ver se conseguimos que todas as instituições tenham cotas para negros.

Recentemente, no Programa de Pós-Graduação de Educação, no novo PPP (Projeto Político Pedagógico) que será levantado, já colocamos cotas raciais para negros com o percentual de 10% da reserva de vagas. Então esse é um movimento, ao contrário de outras instituições, estamos iniciando pela pós-graduação, que se mostrou mais aberta. De qualquer forma, esse é um dos desafios para nós do grupo de estudos e para os demais professores negros. Existe um diálogo entre esses professores que estão em diferentes campi e em

² A Unioeste é formada por cinco campi localizados nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo.

diferentes grupos de pesquisa. Então esse é o nosso desafio, conseguirmos nos unir como instituição para fazermos a proposição de cotas raciais e implementarmos também na graduação essa política.

Vou finalizar, até pelo adiantado da hora, mas quero agradecer muito a Maria Nilza, como ela mencionou, nos conhecemos há um bom tempo de percurso, estamos em diferentes regiões do Paraná, mas nós acompanhamos a experiência da UEL, da UEM e das demais instituições. Acho que temos que pensar formas de mantermos essa parceria, para que, proximamente, todas as instituições estaduais do Paraná possam ter políticas de ações afirmativas para negros na graduação e na pós-graduação.

Então muito obrigada pelo convite, Maria Nilza. É muito bom conversar com os colegas, é interessante que possamos compor um grupo para mantermos esse diálogo. Para algumas universidades o desafio é a permanência dos alunos negros no ensino superior, para nós o desafio é o ingresso. Então precisamos que a Unioeste deixe de ser essa instituição com poucos alunos negros. É importante demarcar que o ingresso desse grupo de alunos é fundamental para a instituição, para que nós tenhamos também uma universidade mais democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das experiências compartilhadas no evento sobre as experiências dos Neabs em relação às ações afirmativas para a população negra, ressalta a diversidade de experiência nas universidades estaduais do Paraná. Embora a UEL tenha um caminho mais consolidado no que tange aos anos de experiência com as cotas que visam o acesso de estudantes oriundos de escolas públicas e negros, a instituição ainda não possui uma política efetiva que garanta a permanência e o êxito do estudante cotista na UEL, como em muitas IES.

O papel desempenhado pelos Neabs, ou grupos correlatos, demonstrou a sua efetividade para o desenvolvimento de estudos, mas, sobretudo, para o questionamento referente ao número de negros na educação superior e na atuação do acolhimento dos/as estudantes

Não é tranquilo para as administrações da IES, mesmo quando têm uma postura considerada progressista, lidar com a demanda e a presença de estudantes oriundos das populações negras e indígenas, pois assim como o racismo perpassa toda a sociedade brasileira, também está nas universidades e em seus grupos de gestão. O racismo se manifesta de diferentes formas e estratégias, que se refletem não somente no baixíssimo número desses estudantes nas IES, mas nas

múltiplas formas de exclusão, como em discriminações raciais por parte de servidores como professores, técnicos e de toda comunidade acadêmica. Essa comunidade não está isenta dessa realidade, participa em disputas por espaços e posições e muitas vezes expressa sua discriminação racial cotidiana como na sociedade em geral.

As políticas de acesso devem estar em profunda sintonia com as políticas de permanência, a exemplo do acolhimento, as bolsas, as iniciativas para equalização dos conteúdos necessários ao êxito de determinadas matérias, apoio em vários aspectos... nesse sentido, não existem ações afirmativas de fato se a ênfase está apenas no acesso e não na trajetória e êxito do/a estudante. Após resolver as questões relativas à permanência e ao êxito do/a estudante, é necessário o acompanhamento dos egressos, a fim de realizar uma avaliação ampla e profunda do sistema de cotas tendo em vista o seu aperfeiçoamento enquanto perdurar a desigualdade de oportunidade. Para isso é necessária uma efetiva política de transparência, considerando dados de cor/raça entre outros fatores, não é possível atingir plenamente os objetivos das políticas de ações afirmativas, sem transparência dos dados e das informações referentes à política.



PARTE II

A CAMPANHA “UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ NA LUTA CONTRA O RACISMO”

A CAMPANHA “UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ NA LUTA CONTRA O RACISMO”¹

Gabriel Gustavo dos Santos*

A segunda parte do livro decorre do evento de abertura da campanha “Universidades Estaduais do Paraná na Luta contra o Racismo”, realizado em 9 de setembro de 2021, sediado na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e transmitido ao vivo pelo canal oficial da UEPG no *Youtube*². Para tornar compreensível o objetivo do evento,

*Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), mesma instituição onde concluiu o Mestrado, sendo bolsista da Capes no período de 2021 a 2023. Graduado em Letras Português e Espanhol pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), com participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Fundação Araucária de 2016 a 2019. Integrante Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Africanos (Leafro) da UEL. Atuou como membro da comissão organizadora da campanha Universidades Estaduais do Paraná na Luta Contra o Racismo (2021), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Membro colaborador do Sou Ciência (Centro de Estudos, Sociedade, Universidade e Ciência) da Unifesp.

¹ SILVA, Maria Nilza; SANTOS, Gabriel Gustavo; FELIPE, Delton Aparecido; PANTA, Mariana; PORTO FILHO, Clodoaldo. O combate ao racismo na educação superior: a experiência dos NEAB's das universidades estaduais do Paraná. *Tellus*, 24 (52), 105-131.

² O evento de lançamento da Campanha, foi composto por uma mesa de abertura com a participação de Miguel Sanches Neto - reitor da UEPG, Ione Jovino - pró-reitora de Assuntos

discorreremos a seguir sobre o contexto de realização da referida campanha.

Desde 2016, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Londrina (Neab-UEL) participa da parceria com a Cátedra Unesco “Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en America Latina”, coordenada por Daniel Mato, da Universidad Nacional Tres Febrero (Untref), na Argentina. A experiência do Neab-UEL em atuar em várias iniciativas, como em eventos e em publicações junto à Cátedra, fez com que fosse mais fácil a adesão das seis outras universidades estaduais paranaenses à campanha.

Os Neabs e grupos correlatos dessas instituições tinham uma longa experiência de parceria, em especial na luta pelas ações afirmativas para a população negra, com a participação conjunta em vários momentos da história nas lutas antirracistas e dos estudos das questões raciais nas universidades do Paraná. Essa experiência propiciou a adesão de todos/as coordenadores/as dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e seus congêneres das seguintes universidades: Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Paraná (Unespar); Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro); e, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Dessa união resultou o projeto intitulado “Universidades Estaduais do Paraná na Luta Contra o Racismo”, que contou, inicialmente, com uma equipe proponente composta por diversos professores, pesquisadores e discentes das universidades envolvidas: Ione da

Estudantis da UEPG, e Delton Felipe - Diretor da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), e por uma roda de conversa com os representantes dos Neabs e correlatos das IES estaduais do Paraná: Alexsandro Eleotério Souza (Unespar), Antonio Donizeti Fernandes (UENP), Aparecida de Jesus Ferreira (UEPG), Maria Nilza da Silva (UEL), Marivânia Conceição Araújo (UEM), Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro) e Sonia Marques (Unioeste).

Silva Jovino (UEPG); Cristiane Gonçalves de Souza (UEPG); Maria Nilza da Silva (UEL); Nikolas Gustavo Pallisser Silva (UEL); Amadeo Casemiro de Andrade (UEL); Gabriel Gustavo dos Santos (UEL); Mariana Panta (UEL); Alexsandro Eleotério de Souza (Unespar); Marivânia Conceição Araújo (UEM); Antonio Donizeti Fernandes (UENP); Sônia Maria dos Santos Marques (Unioeste); Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro); Carolina Pinheiro Silva de Almeida Prado (Unicentro); Fernanda Sabei de Souza (Unicentro); Leonardo Henrique Melo Silva (Unicentro); Mariana Luzes Molina (Unicentro); Alana Kopczynski (Unicentro); Ana Carolina Keil (Unicentro); Eduarda Lima Cordiaka (Unicentro); Isadora Coelho de Souza Ferreira (Unicentro), que trabalharam de maneira colaborativa para a materialização da proposta. Além dos mencionados, ao longo do percurso outros colaboradores se juntaram para contribuir com o desenvolvimento das atividades, tanto os estudantes na organização, como professores e pesquisadores de outras instituições que ofereceram palestras, oficinas e minicursos.

A campanha foi desenvolvida com a participação de todas essas universidades por meio de intensa mobilização, com várias reuniões para a organização, a fim de pensar na preparação dos eventos, que contaram com palestras, conferências, mesas redondas, oficinas, entre outras atividades, que ocorreram ao longo dos meses de setembro a novembro de 2021. A campanha contou com a participação ativa na organização e realização de professores e estudantes que se empenharam para que todas as atividades tivessem êxito, tanto na organização quanto na participação durante a realização das atividades.

Cabe destacar a presença ativa dos estudantes, notadamente na elaboração do material de divulgação como os cartazes, *cards*, inserção de informações da campanha nas redes sociais e, especialmente, durante a realização dos eventos. Eles também foram responsáveis pela transmissão dos *webinários*, da *lives*, pois o período era de plena pandemia da Covid-19. Além dessa participação de todos/as, houve a ampla divulgação sobre a campanha da Unesco em cada

universidade participante. Foi um momento privilegiado de união de forças para o combate ao racismo no interior das instituições de ensino superior do estado do Paraná.

Além da participação e parceria dessas universidades, a campanha proporcionou o conhecimento e a partilha de diferentes experiências com universidades brasileiras e da América Latina. De fato, foi um momento rico de trocas de conhecimentos e de estratégias na luta contra o racismo no ensino superior para todas/os que participaram da experiência. O projeto deu origem a várias iniciativas que ocorreram entre os meses de setembro, outubro e novembro de 2021 no ambiente virtual, de forma totalmente remota, dentre as quais destacam-se: a produção de seminário sobre ações afirmativas; *webinário* sobre história e resistência da população negra e indígena no Paraná; oficinas, rodas de conversa com professores, estudantes negros cotistas, quilombolas e indígenas; produção de material audiovisual e microvídeos.

Desse modo, o projeto resultou em três eventos colaborativos coordenados por instituições específicas, mas cujo processo de estruturação e organização envolveu o diálogo permanente entre as sete universidades participantes. Os eventos foram: 1) Roda de conversa sobre o lançamento da campanha de combate ao racismo nas universidades estaduais do Paraná, coordenado pela UEPG, objeto da parte II do presente livro; 2) O II Seminário sobre racismo estrutural e institucional em instituições de ensino superior, conduzido pela UENP; e 3) O encerramento da campanha “Universidades Estaduais do Paraná na Luta contra o Racismo”, promovido pela UEL.

O primeiro evento ocorreu no dia 9 de setembro de 2021 e foi transmitido pela plataforma *Youtube*, no canal Oficial UEPG. Participaram da atividade diversas autoridades, como o reitor da UEPG, Miguel Sanches Neto; Ione Jovino, pró-reitora de Assuntos Estudantis da UEPG; e, Delton Aparecido Felipe, membro e diretor da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN).

Outrossim, o evento contou com a participação de professores representantes das sete universidades estaduais: Alessandro Eleotério (Unespar); Antonio Donizeti Fernandes (UENP); Aparecida de Jesus Ferreira (UEPG); Maria Nilza da Silva (UEL); Marivânia Conceição Araújo (UEM); Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro); Sônia Marques (Unioeste), que realizaram uma roda de conversa compartilhando experiências institucionais sobre o tema e enfatizando a importância de se pensar em estratégias de enfrentamento para reduzir os impactos do racismo no contexto universitário.

O segundo evento, que integrou a sequência de iniciativas do projeto, foi o II Seminário sobre racismo estrutural e institucional em instituições de ensino superior, coordenado pela UENP. As atividades do evento foram divididas em dois dias, 28 e 29 de outubro, também foram transmitidas pelo *Youtube*, por meio do canal Neabi Beatriz Nascimento. A cerimônia de abertura contou com a apresentação cultural de Vanessa Machado, uma mulher negra, professora de canto e graduanda em Pedagogia pela UENP, que deu voz à canção *Negra*, de autoria de Iara Ferreira e Luís Barcelos, sobre os dilemas em ser negra/o na América Latina. Após, foi apresentada a mesa de autoridades, composta por Fabiano Costa, vice-reitor da UENP e a representante da Cátedra Unesco da Untref, a pesquisadora Any Ocoró Loango, que falaram sobre a importância de iniciativas dessa natureza. Por fim, foi iniciada uma mesa redonda intitulada “Base Comum Curricular (BNCC) e o ensino das relações étnico-raciais”, com a participação dos professores Leandro Bulhões (UFC) e Ivan Siqueira (USP), mediada pelo docente Antônio Donizeti Fernandes (UENP), na qual os pesquisadores discutiram sobre os avanços e desafios da integração da temática racial no contexto da educação básica brasileira a partir dos parâmetros contidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre o assunto.

No dia seguinte, 29, foram ministrados, simultaneamente, quatro minicursos durante o período matutino. “Escritoras negras na literatura e a contribuição das obras para a formação antirracista

do leitor”, oferecido pela docente Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro), teve como objetivo discutir e refletir sobre as produções de mulheres negras, bem como problematizar o seu deliberado apagamento, compartilhando com os participantes autoras e obras ainda pouco conhecidas devido à hegemonia branca no meio literário. “Como a educação pode contribuir para a desconstrução do racismo”, apresentado pelos professores Antônio Ferreira (IFPR) e Isabel Cristina Correia Roesch (Unioeste), cujo foco foi socializar aportes teóricos que contribuem para a desconstrução do racismo no ambiente escolar, bem como analisar como a temática está posta na matriz curricular dos cursos de Pedagogia das universidades estaduais. “Letramento racial crítico e estudos da linguagem”, ministrado pela professora Aparecida de Jesus Ferreira (UEPG) e sua orientanda de mestrado Luara Real (UEPG), apresentou reflexões importantes sobre como o racismo está entremeado na linguagem cotidiana, sendo expresso em determinadas nomenclaturas que muitas vezes passam despercebidas aos olhos e ouvidos de muitos, salientando o seu impacto negativo na subjetividade dos indivíduos. E “Presença indígena na universidade: racismo e preconceito”, ofertado pelo docente Isael da Silva Pinheiro (UFRGS), que discutiu sobre as experiências de estudantes indígenas na universidade, focalizando seus principais desafios envolvendo temas como: cotas, racismo e preconceito.

Durante o evento foram realizadas também mesas temáticas que abordaram diferentes tópicos nos períodos matutino, vespertino e noturno. A primeira mesa, intitulada “Narrativas de vida e políticas de (re)existência”, contou com a participação dos pesquisadores Megg Rayara de Oliveira (UFPR), Sonia Marques (Unioeste), Clodoaldo Porto Filho (UEL), e foi mediada pela professora Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro). O grupo discutiu sobre as diversas formas de violência enfrentadas por grupos socialmente marginalizados, como os negros e comunidade LGBTQIA+, além da necessidade de eles desenvolverem estratégias de resistência nos ambientes em que

estão inseridos. A segunda mesa, “Educação Básica: currículo e as desigualdades - entre a intervenção e a omissão”, foi composta pelas pesquisadoras Aparecida de Jesus (UEPG), Alessandra Guimarães dos Santos Medina (UEM) e mediada pelas professoras Rosiney Aparecida Lopes do Vale (UENP) e Marivânia Conceição Araújo (UEM), discutiu sobre as dificuldades na aplicabilidade da Lei 10.639/03 e da efetivação de uma educação antirracista na educação básica. A terceira, nomeada como “Ações afirmativas: uma análise das experiências e perspectivas futuras”, composta por Maria Nilza da Silva (UEL), Antonio Donizeti Fernandes (UENP), Ione Jovino (UEPG) e mediada pelo pesquisador Alexsandro Eleotério (Unespar), debateu sobre os principais avanços no que tange às ações afirmativas a partir das experiências institucionais de cada universidade, enfatizando também problemáticas que precisam ser repensadas e melhoradas para uma maior efetividade dessas políticas públicas. Por fim, a professora Cecília Gusson (UEL) ministrou a mesa de encerramento, nomeada “Experiências de ensino das relações étnico-raciais e a BNCC”, mediada pela professora Aparecida de Jesus Ferreira (UEPG), na qual foi debatida a invisibilidade da temática racial dentro da BNCC.

O terceiro e último evento, responsável por encerrar a campanha, ocorreu no dia 18 de novembro e contou com diversas atividades ao longo do dia todo, que foram registradas no canal do Youtube Neab UEL. Ele teve início às 9 horas, com a abertura pelo *webinário* intitulado “Práticas de resistência no Paraná: Experiências de luta das comunidades negra, indígena e quilombola”, composto pelas lideranças: Arlete Ferreira da Silva – representante quilombola (Unioeste); Géssica Nunes – professora e estudante – etnia Guarani Nhandewa (UEM); Dalzira Yá Gunan – representante do movimento negro e das religiões de matriz africana (UFPR), no qual compartilharam suas vivências de resistência e luta contra a discriminação e preconceito racial.

Na parte da tarde houve uma série de oficinas, oferecida por docentes da Unicentro, sendo elas: “Descolonizando costumes” (15 às

16 horas), que foi ministrada por Ana Paula Wagner (Unicentro) e Celso Japoty Alves Yvyrupa (Unicentro) e buscou desmistificar costumes, artefatos, religiões, festividades e pensamentos da cultura indígena e afro-brasileira, que são comercializados e rotulados a partir de uma visão eurocêntrica. “Negritude e Universidade” (16 às 17 horas), proposta pela docente Paula Marques (Unicentro) e mediada por Alexsandro Eleotério (Unespar), que abordou as dificuldades da população negra no acesso ao ensino superior, além do racismo institucional presente neste espaço, que tendem a acarretar prejuízos à saúde e permanência de estudantes negros(os). “Literatura antirracista: Diálogos Literários” (17h30 às 18h30), produzido pelos professores Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro) e Edson Santos Silva (Unicentro), com mediação de Orlando Luiz de Araújo (UFC), que discutiu sobre a questão da representatividade dos diferentes setores da sociedade, com o objetivo dar visibilidade à autoria de mulheres negras, LGBTQI+ e indígenas, a fim de combater a desigualdade de gênero de vozes que foram silenciadas. Convém destacar que, por terem sido transmitidas pela plataforma *Google Meet*, não foi possível registrá-las em vídeo como as demais atividades.

A mesa de encerramento foi iniciada, novamente, com a apresentação artística da cantora Vanessa Machado, que cantou a música *Baobá*, de Toninho Breves e Luiz Carlos Seixas, retratando o processo de luta e resistência dos povos africanos escravizados. Em sequência, foi formada a mesa de autoridades, dentre as quais destaca-se a presença do reitor da UEL, Sérgio Carvalho, a pró-reitora de assuntos estudantis da UEPG Ione Jovino e a pró-reitora de extensão da Unioeste Fabiana Veloso. Por fim, a conferência final, intitulada “As Ações Afirmativas e o combate ao racismo na Universidade”, foi realizada pela Dra. Dora Lúcia Bertúlio (procuradora de Justiça Federal – UFPR) e mediada pela docente Maria Nilza da Silva (UEL), que discorreu profundamente sobre toda conjuntura social, histórica e jurídica desfavorável que tornou necessária a existência de

políticas públicas focais para a redução de desigualdades na vida da população negra, como as cotas.

Após a conferência, cada representante das sete universidades tiveram um momento para falar sobre como foi a experiência de ter participado do projeto, bem como os desafios futuros com relação ao combate ao racismo no contexto universitário.

AÇÕES EMPREENDIDAS: NÚMEROS E REPERCUSSÕES

Com relação aos dados obtidos referentes às ações realizadas em conjunto pelas sete universidades, convém mencionar que o “II Seminário sobre Racismo Estrutural e Institucional em Instituições de Ensino Superior” contou com mais de 400 inscritos, enquanto o encerramento da campanha certificou mais de 200 participantes. As atividades do projeto, incluindo as disponibilizadas no *Youtube*, obtiveram mais de 3.600 visualizações. As oficinas, que não foram gravadas, contaram com mais de 100 participantes simultâneos em cada uma delas. Além disso, o projeto teve uma grande presença nas redes sociais, com mais de 600 interações, incluindo curtidas, compartilhamentos e comentários no *Facebook* e outras plataformas. Vale ressaltar que o projeto teve uma adesão significativa de professores do ensino básico da rede pública, graças à parceria com o Núcleo Regional de Ensino de Londrina, que divulgou as ações do projeto para os docentes, visando oferecer conhecimentos para o enfrentamento ao racismo também no ambiente escolar.

A campanha também teve repercussão midiática. Além da divulgação nas páginas institucionais das universidades envolvidas, o projeto foi veiculado em jornais de maior circulação, como: *Agência Estadual de Notícias do Governo do Paraná*; *CNB Ponta Grossa*; *RSN Rádio*;

Bem Paraná e Universidades Hoy. Também foi realizada uma entrevista com Ione Jovino, representante da UEPG, para o jornal CBN sobre a campanha.

Os dados apresentados sobre as ações realizadas pelas sete universidades, demonstram a relevância do projeto no combate ao racismo estrutural e institucional nas instituições de ensino superior. O número de participantes reflete o engajamento do público e a importância do tema abordado. Além disso, a adesão significativa de professores do ensino básico da rede pública indica a capacidade de o projeto contribuir para a conscientização e ampliação do enfrentamento do racismo, também, no ambiente escolar. A repercussão midiática alcançada pela campanha, com divulgação em jornais locais e nacionais, incluindo um jornal internacional, evidenciam a relevância do projeto e a importância da conscientização sobre o tema do racismo estrutural e institucional em todo território brasileiro.

O contato e a troca de experiências entre as universidades representaram uma oportunidade de fortalecimento da luta contra o racismo estrutural e institucional, possibilitando a criação de redes de apoio e colaboração entre as instituições envolvidas. Essa troca de experiências também permitiu que as universidades pudessem compartilhar boas práticas e estratégias efetivas na promoção da igualdade racial, contribuindo para a construção de alternativas mais inclusivas e equitativas referentes aos problemas e desafios que ainda enfrentamos na universidade. Em resumo, os impactos do projeto foram significativos tanto no âmbito acadêmico quanto na sociedade em geral, ao contribuir para a conscientização e combate ao racismo estrutural e institucional. Além disso, ao propiciar o estreitamento de laços entre docentes, pesquisadores e estudantes das IES participantes, a campanha fomentou um vínculo de solidariedade que transcende o campo das ações realizadas e que, certamente, perdurará em outras oportunidades e parcerias.

A abertura da campanha “Universidades Estaduais na Luta contra o Racismo”, objeto da parte II deste livro, iniciou-se com a mesa de autoridades composta por Miguel Sanches Neto, reitor da UEPG; Ione Jovino, pró-reitora de Assuntos Estudantis da UEPG; e, Delton Aparecido Felipe, Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). A importância do registro dessas falas incide nos esforços de institucionalização da luta antirracista. Após a mesa de abertura, participaram da roda de conversa os/as representantes dos Neabs e correlatos: Maria Nilza da Silva (UEL); Antônio Donizeti Fernandes (UENP); Marivânia Conceição Araújo (UEM); Aparecida de Jesus Ferreira (UEPG); Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro); Sonia Maria dos Santos Marques (Unioeste); Alexsandro Eleotério de Souza (Unespar), cujos relatos apresentaremos a seguir.

MESA DE ABERTURA DA CAMPANHA “UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ NA LUTA CONTRA O RACISMO”

Delton Aparecido Felipe *

— É uma honra estar aqui para o lançamento da campanha “Universidades Estaduais na Luta contra o Racismo”. Cumprimento ao professor Miguel Sanches, o reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, assim como a professora Ione Jovino. Fico muito feliz de a UEPG estar como parceira desse projeto e, também, por ter aceitado fazer o lançamento dessa campanha. Como um dos diretores da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/

* Foi diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (2020-2022). Atualmente é secretário executivo da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN-2022-2024). Investigador do Núcleo de Estudo Interdisciplinares Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Maringá-Paraná (Neiab-UEM). Professor do Departamento de História e do Mestrado Profissional em Ensino de História da UEM. Doutor em Educação com estágio de doutoramento junto ao Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores da Universidade de Aveiro, Portugal. Pós-Doutor em História. Pesquisador visitante da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas e coordenador do Programa de Apoio e Diversidade (PAD) da Escola de Direito da FGV.

as, venho aqui para, além de saudar a iniciativa das Universidades Estaduais do Paraná - inclusive atuo em uma delas, sendo professor da Universidade Estadual de Maringá - dizer da importância de se construir estratégias de combate ao racismo.

A universidade é um espaço de produção de conhecimento e, também, um espaço de construção de representatividade. Nesse sentido, nós, da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - que temos diversos membros pelo Brasil e, também, aqui no Paraná -, temos mobilizado, por meio de nossas ações, parcerias com os núcleos de estudos afro, para sensibilizar as universidades a adotarem cotas para a população negra no ingresso à universidade. Fico muito feliz em saber que boa parte das universidades paranaenses já conta com cotas para a população negra no ingresso aos cursos superiores, e muitas delas também possuem cotas na pós-graduação, como parte de políticas de cada programa. Contudo, destaco aqui a UEL, que adotou a política de cotas raciais como uma política institucional.

É fundamental lembrar que estabelecer estratégias para que a população negra esteja em maior número na universidade, além de aumentar a representatividade dessa população na universidade e ela se tornar mais colorida, mais aberta à diversidade e mais próxima do que é a sociedade, também permite a produção de um conhecimento diversificado.

Para além de construir políticas de acesso, é fundamental que a universidade pense também em políticas de permanência e aquilo que a gente chama de políticas de sucesso. Dentro das políticas de permanência, é fundamental construir estratégias para que os nossos alunos e as nossas alunas se reconheçam nos conteúdos escolares, então a gente precisa pensar as mudanças curriculares.

Nós precisamos pensar que a universidade precisa ser mais diversa não só entre o seu corpo discente, é fundamental que ela seja mais diversa no seu corpo docente. Nós estamos lutando para que as universidades adotem cotas para o ingresso de professores/

as negros/as para o seu corpo docente, tanto nos concursos, quanto nos testes seletivos. É fundamental que os alunos/as que adentrem a essas universidades se vejam representados nesses espaços.

Muitas das universidades que estão aqui nessa campanha estão dispostas a promover esse debate e têm se preparado para fazê-lo. Pouco a pouco, aquelas universidades que ainda não estão tão engajadas, estão se conscientizando, a partir de movimentos que vêm sendo elaborados dentro delas. Então, devo destacar a importância dos núcleos afros e dos grupos correlatos na luta contra o racismo nas universidades, além de sua colaboração na formação de professores e professoras da educação básica, assim como de outros agentes.

Dessa forma, percebo a universidade como um espaço fundamental para a construção de uma sociedade igualitária, uma sociedade em que a população negra possa não só resistir, mas que ela possa existir, contribuindo, dessa forma, para que o seu conhecimento também habite os espaços universitários e, dessa forma, que a gente fortaleça a nossa democracia.

Existe um lema que tem rodado pelo Brasil, a partir de associações como a Coalizão Negra por Direitos, que é “Com racismo não há democracia”. E a universidade é um espaço fundamental para a gente aprofundar a nossa democracia. Sendo assim, a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, em nome de toda a sua diretoria, parabeniza a todas as universidades do Paraná envolvidas nessa campanha e nesse projeto. Muito obrigado! Agradeço por me deixarem fazer parte desse momento. Gratidão a todos e, mais uma vez, muito obrigado, professora Ione, e muito obrigado, professor Miguel, por aceitar fazer o lançamento dessa campanha que envolve as sete universidades do estado do Paraná.

Ione Jovino*

— Boa tarde a todas, a todos e a todes que estão nos acompanhando. Eu agradeço a nossa diretora de Ações Afirmativas e Diversidade, a professora Cristiane Souza. Em nome dela eu agradeço a toda equipe da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, que está presente nos bastidores nos auxiliando e participando. Agradeço ao professor Miguel Sanches Neto, o nosso reitor, e a todos os participantes das universidades paranaenses que estão conosco neste projeto de enfrentamento ao racismo.

Peço licença para fazer uma fala bem breve. Peço licença para, ao invés de fazer uma fala institucional, fazer uma fala mais subjetiva e pessoal. Fiquei tentando pensar, para iniciar esse nosso evento, quando é que me dei conta de que eu era negra e quando é que eu passei a ser militante das causas raciais e negras. E eu não consegui determinar o momento, como algumas pessoas conseguem com clareza, então eu estou definindo que eu sou negra desde sempre. Talvez com seis anos de idade eu já tivesse uma consciência racial estabelecida e certamente isso se deu a partir do ambiente escolar, ao perceber que as diferenças raciais eram utilizadas para inferiorização, tanto minha quanto de outros colegas e parentes. Também acredito que sou militante desde o ambiente escolar, desde o momento em que levantei pela primeira vez a voz na escola para dizer: “Isso está errado! Você está fazendo isso comigo porque sou negra. Por que você não faz isso com outros alunos que são brancos? Por que não faz isso com os meninos e faz comigo que sou menina e negra?” Então, acho que desde sempre eu sou militante.

* Docente do Departamento Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Professora do Mestrado em Educação da mesma instituição. Possui doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, 2010) e pós-doutorado em Educação pela mesma universidade (2017). Atualmente é pró-reitora de Assuntos Estudantis da UEPG. Integra o Núcleo de Relações Étnico-Raciais, Gênero e Sexualidade do Laboratório de Estudos do Texto da UEPG.

E por que isso é importante? Isso é importante porque hoje eu respondo por uma Pró-Reitoria na Universidade Estadual de Ponta Grossa e em vários eventos que fui, eu disse que o professor Miguel é muito corajoso, corajoso duplamente, por criar uma instância na universidade que se preocupa exclusivamente com os alunos e não com os alunos como números, não só com os recursos que vão ser utilizados em prol dos alunos, mas com os alunos como pessoas, como seres humanos que precisam entrar, permanecer e sair da universidade com o mínimo de sucesso possível. Corajoso também porque a primeira diretoria criada nessa Pró-Reitoria foi justamente a Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade, no sentido de institucionalizar essa pauta e essa temática como prioridade dessa gestão. E terceiro, porque depois de idas e vindas, eu acabei sendo a pró-reitora de Assuntos Estudantis e eu acredito mesmo que é preciso coragem para colocar uma pesquisadora, ativista-militante num cargo desse.

Então eu me sinto feliz hoje nessa parceria com as universidades, retomando a criança e adolescente que fui, reclamando com as professoras quando me sentia diminuída. E poder desenvolver ações para combater o racismo no ensino superior, na formação de professores, é uma honra sem tamanho.

Finalizo agradecendo a todas as universidades com as quais nós temos essa parceria. Espero que a gente tenha um ótimo evento e que esse seja só o primeiro projeto dos muitos que nós faremos juntas e juntos.

Miguel Sanches Neto *

— Boa tarde a todas e a todos. É um prazer muito grande estar na abertura dessa campanha. Quero começar cumprimentando a professora Ione. Professora Ione, você me emocionou com o seu depoimento. Depoimento muito bonito, depoimento de quem passou por muitas dificuldades e que hoje se coloca como uma referência para nossa universidade e acredito que para outras universidades também, ocupando de maneira legítima e de maneira extremamente capacitada esse cargo tão importante e tão simbólico dentro das nossas universidades, que é uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e uma Pró-Reitoria que tem uma Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade.

Quero cumprimentar também a professora Cristiane, que é a coordenadora e a diretora dessa diretoria, o professor Delton, que já falou, e as demais pessoas que falarão aqui na sequência e dizer da importância desse evento. Erradicar o racismo em todas as instâncias é uma tarefa de cidadania, é uma tarefa de democracia, é uma tarefa de todo ser humano que é, de fato, ser humano. É criar condições de igualdade para o desenvolvimento de todos os grupos sociais, principalmente aqueles que sofrem maior preconceito dentro da nossa sociedade.

Nossa dívida enquanto país é uma dívida histórica. A nossa dívida enquanto sociedade e enquanto cultura é uma dívida muito grande e temos que fazer muito para poder corrigir tudo o que já ocorreu no passado e que ainda continua, infelizmente, ocorrendo. Erradicar o racismo no ensino superior tem um simbolismo muito grande, porque estamos formando novas gerações com uma outra compreensão dessa diversidade.

*Reitor da UEPG. Doutor em Letras pela Unicamp. Professor associado de Literatura Brasileira na UEPG.

Mas não basta falarmos em erradicar o racismo e manter as nossas universidades ainda muito pouco inclusivas. A melhor maneira de se fazer uma campanha de se erradicar o racismo, é a gente abrindo as nossas universidades para a diversidade, tornando as nossas universidades mais coloridas, mais plurais, mais inclusivas. É pela pedagogia do exemplo, é pela pedagogia da inclusão, é pela pedagogia de criação de instâncias de apoio aos nossos alunos, aos nossos funcionários e professores que entram por cotas, que nós efetivaremos essa campanha que se inicia agora.

A UEPG tem uma larga tradição como universidade cotista. Já estamos na segunda avaliação das nossas políticas de cotas e queremos avançar, e temos certeza de que vamos avançar, porque temos uma equipe na PRAE e em outras instâncias da nossa universidade, nos nossos departamentos, que estão fazendo a discussão para que possamos ampliar o ingresso, mas ampliar também a permanência. O professor Delton usou uma expressão muito interessante, que eu desconhecia, que é a política de sucesso. A gente fala muito em política de permanência, mas permanência me parece passiva. Política de sucesso me parece muito mais ativa, é uma expressão, professor Delton, que eu peço permissão para usar a partir de agora.

Quero dar os parabéns às nossas universidades estaduais. Cada uma das nossas universidades tem a sua trajetória, tem as suas qualidades que são inquestionáveis. E eu tenho certeza de que esse evento marca uma união, um trabalho em rede que frutificará, que permitirá que outras universidades, não apenas as estaduais aqui do Paraná, possam entrar nessa rede e ampliar essa discussão tão importante a partir desse convênio com a Cátedra “Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina”, que é a Cátedra da Unesco.

Para a UEPG é uma honra muito grande sediar e a abertura dessa campanha. Temos convicção de que eventos dessa natureza transformam as pessoas. Temos que ser vigilantes, o preconceito se

instala sorrateiramente, ele se infiltra sem, muitas vezes, as pessoas perceberem e é nosso papel desconstruir esses preconceitos. Por isso, contem com o apoio da UEPG, contem com o apoio da Assessoria de Comunicação da UEPG para que possamos continuar ampliando as campanhas de erradicação do racismo no ensino superior.

Assim como a professora Ione, não vou fazer um depoimento institucional, mas sim um depoimento como professor de literatura. Sou professor de Literatura Brasileira e quando as pessoas me perguntam “qual é o escritor mais importante da literatura brasileira?” - geralmente, quando se pergunta a um professor de literatura qual é o escritor ou a escritora mais importante de Literatura Brasileira, as pessoas indicam Guimarães Rosa, que é ótimo, Clarice Lispector, que é ótima, o Machado de Assis, que é ótimo - eu indico sempre dois escritores. A escritora Carolina Maria de Jesus, com o seu livro *Quarto de Despejo*¹, que é um livro belíssimo, de uma dor muito grande e que reflete muito do que nós vivemos no Brasil, nessa sociedade em que existe um preconceito de raça que é estrutural. E como uma grande escritora, a Carolina de Jesus, por escancarar tudo o que é vivido por uma mulher negra que mora numa favela, que tem filhos sem estar casada, que sobrevive catando lixo na periferia da cidade de São Paulo e que, no entanto, se constrói como uma das maiores vozes da literatura brasileira e, tenho certeza, uma das maiores vozes da literatura mundial. Então esse é um grande exemplo de uma grande escritora que hoje, felizmente, já faz parte do cânone da literatura brasileira, mas que lá atrás, quando começávamos a dar aula de literatura brasileira, era ignorada nos programas de graduação e de pós-graduação.

O outro escritor que considero o grande escritor brasileiro é o Lima Barreto. O Lima Barreto, no seu livro *Recordações do escrivo*

¹ Cf. JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

*Isaías Caminha*², um livro também de uma pungência muito grande que narra a trajetória de um menino que é de origem negra, um menino negro que é extremamente capaz e extremamente preparado para se tornar um grande intelectual, que busca um curso universitário e que não consegue chegar a esse curso universitário. É um livro transformador da literatura brasileira. No começo desse romance, o narrador se pergunta “por que tão tristes fins para tão belos começos?” Então ele vai contar como é que foi esse fim triste que ele sofreu tentando entrar numa universidade e fazer o curso de Direito no Rio de Janeiro. E no final desse romance, ele diz que foi a má vontade generalizada que levou a esses tristes fins.

Então, essa campanha de erradicação do racismo tem como alvo a má vontade generalizada em relação aos grupos que sofrem preconceito em nossa sociedade. Agradeço a cada uma das universidades, a cada uma e a cada um dos pesquisadores e das pesquisadoras que compõem esta campanha. Tem um compromisso assumido aqui publicamente. Eu queria falar em nome das sete universidades, se vocês me permitirem. O compromisso de atuar pela maior inclusão, de atuar pela erradicação dos preconceitos, de atuar para que as nossas universidades sejam cada vez mais humanas. Para que sejamos uma universidade mais humana, temos que trazer os grupos minoritários para dentro das salas de aula, para dentro dos cursos de pós-graduação, para dentro dos cargos de gestão. Professora Ione, a senhora é um exemplo para todos nós. Muito obrigado pela atenção.

² Cf. LIMA BARRETO, A. H. Recordações do escrivão Isaías Caminha. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

RODA DE CONVERSA - AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ NA LUTA CONTRA O RACISMO

Maria Nilza da Silva*

— Eu gostaria de saudar, em primeiro lugar, o reitor Miguel Sanches Neto. É com muita honra que estou conhecendo e, também, fiquei profundamente tocada pelo seu compromisso em relação às questões étnico-raciais e pela luta para diminuir as desigualdades. Então, eu gostaria de parabenizar a Universidade Estadual de Ponta Grossa por acolher esse evento e por essa parceria tão importante e tão necessária.

*Professora titular de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com atuação no curso de graduação em Ciências Sociais e pós-graduação em Sociologia. Foi pesquisadora convidada e realizou pós-doutoramento no *Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques*, junto a *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris (2010-2011). De dezembro de 2004 a junho de 2006 e de agosto de 2013 a junho de 2022, coordenou o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab-UEL). Desde os anos 2000 coordena o Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Africanos (Leafro-UEL). É pesquisadora do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (SoU_Ciência), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Gostaria de cumprimentar também a minha amiga, lutadora, já nos encontramos em vários eventos, a professora Ione, que hoje é uma das poucas pró-reitoras negras que nós temos no Brasil. Então sua fala é muito emocionante, sobretudo porque demonstra a realidade do dia a dia da nossa população negra.

Gostaria de cumprimentar o professor Delton, também amigo de luta da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, que é diretor da ABPN.

Aproveito para dizer da minha imensa alegria em compartilhar essa mesa com o professor Alexsandro Eleotério, da Unespar; o professor Antônio Donizeti Fernandes, da UENP; a professora Aparecida de Jesus Ferreira, da UEPG; a professora Marivânia Conceição Araújo, da UEM; a professora Raquel Teresinha Rodrigues, da Unicentro; e, também, a professora Sônia Marques, da Unioeste.

É um prazer muito grande, porque todos esses que fazem parte dessa mesa são companheiros de muita luta. Já participamos juntos em vários eventos, em vários momentos de luta, de partilhamento e, sobretudo, são amigos e amigas que fazem parte dessa luta antirracista no ensino superior. Gostaria de agradecer, então, intensamente por essa oportunidade e pelo acolhimento da UEPG, que sedia esse evento nessa data, e a todas as universidades que fazem parte dessa iniciativa.

Gostaria, então, conforme a equipe organizadora me solicitou, de falar um pouco sobre a Cátedra Unesco e como é que nós viemos fazer parte dessa campanha. A Cátedra Unesco, chamada “Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina”, faz parte de um conjunto de cátedras da Unesco que constitui uma modalidade de trabalho que é instituída pela Unesco para contribuir e criar estratégias, nos estabelecimentos de ensino superior e, também, de investigação, para o intercâmbio de conhecimentos, refletindo um espírito de solidariedade internacional.

Então, desde 2012, existe o Programa Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina (Esial) e ele faz parte de uma rede maior de universidades da América Latina chamada Rede Esial. Desde 2016, várias universidades participam da Cátedra Unesco e, também, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UEL. Sei que no Brasil nós temos mais de 20 universidades que participam dessa cátedra e inúmeras outras na América Latina e no Caribe.

Então, desde 2017, nós participamos da preparação para a “Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe”, que foi aquela conferência chamada Cres-2018. Essa foi a terceira conferência, a primeira Cres aconteceu em Havana, em Cuba, em 1996; e a segunda aconteceu em Cartagena, na Colômbia, em 2008. E o princípio básico dessas conferências - na verdade, essas conferências seguem o princípio básico da Reforma Universitária de Córdoba, que aconteceu no ensino superior em 1918 - é exatamente a defesa do ensino superior e de qualidade como um direito universal para todos e todas da América Latina e do mundo inteiro. Em 2022, ocorrerá a conferência mundial, que antes estava prevista para ocorrer em Paris, mas agora vai acontecer no próximo ano em Barcelona.

Nessa terceira conferência, que aconteceu em 2018, pela primeira vez houve um eixo dedicado à questão da interculturalidade e ao combate ao racismo. Na verdade, houve uma intensa produção de conhecimento de pesquisadores que participam dessa rede e, também, dessa cátedra - pesquisadores indígenas e afrodescendentes - e pela primeira vez existiu esse eixo chamado interculturalidade para os povos afrodescendentes e indígenas. E nós pudemos fazer parte da produção de documentos oficiais dessa conferência. Essa conferência fez parte desse conjunto de ações, também da cátedra, e ela foi coordenada pelo professor Doutor Daniel Mato, da Universidade Três de Fevereiro, na Argentina. O professor Daniel Mato tem promovido e coordenado colóquios para discutir a realidade da população negra

e indígena na América Latina e a cada ano, desde 2016, é publicado um livro sobre essa produção.

Entretanto, a partir de 2020, com a pandemia, com essa urgência sanitária, não foi possível realizar nem em 2020, nem neste ano de 2021, o colóquio. Então, uma das estratégias, para que se pudesse dar continuidade a essa luta de combate ao racismo no âmbito do ensino superior, foi criar uma campanha para que o Brasil, e todos os países da América Latina que fazem parte dessa cátedra, pudessem participar de campanhas por meio de plataformas *online* e multimídia.

Essa é uma iniciativa para erradicação do racismo no ensino superior. Esta é a segunda campanha. A primeira aconteceu o ano passado e foi no âmbito dessa campanha que várias instituições apresentaram propostas para realizar atividades e essa luta de combate ao racismo. Então, por isso, é que nós juntamos todas as universidades estaduais do Paraná para apresentarmos a proposta que é denominada “Universidades Estaduais do Paraná na Luta contra o Racismo”.

Essa união já faz parte do sonho de cada um de nós que atuamos nas universidades e, sobretudo, atuamos nos Neabs. Nós já fizemos vários eventos juntos no ano passado. Esse ano também já participamos de mesas discutindo racismo, discutindo também a questão das ações afirmativas. Essa iniciativa, na verdade, faz parte de um sonho de todos nós que fazemos parte dessas universidades e que gostaríamos de nos unir para fortalecer essa luta. Então a estratégia da campanha foi exatamente aproveitarmos esse momento para dar vazão a esse sonho que a gente tinha. Então essa foi uma pequena introdução para situar essa nossa iniciativa.

Bem, eu passo agora a falar um pouco sobre a experiência da Universidade Estadual de Londrina e, sobretudo, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab-UEL), que tem capitaneado um pouco as ações relativas à questão do combate ao racismo e, também, da produção de conhecimento em relação à população afro-brasileira e africana.

O nosso Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Londrina, foi fundado em 13 de junho de 1985, com o nome de Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA), criado pelo professor Eduardo Judas Barros. Após a adoção das ações afirmativas e, sobretudo, com atuação muito mais voltada para a população afro-brasileira e africana, a comunidade interna e externa solicitou que nós mudássemos o nome para Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros.

Então, o Neab tem sido um lócus privilegiado para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão voltados ao apoio às ações afirmativas. Há também a promoção do reconhecimento e a valorização da história, memória e cultura negra, assim como a difusão da sua rede social, sobretudo no estado do Paraná. Nesse sentido, destacam-se algumas parcerias que consideramos que são fundamentais para desenvolvermos esse trabalho tão desafiador, conforme mostraram a professora Ione, o professor Delton e, sobretudo, o reitor Miguel Sanches Neto.

A nossa parceria é com o Movimento Negro de Londrina - praticamente todas as ações a gente desenvolve com o Movimento Negro -, com o Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo, que é um GT do Ministério Público e, também, com o Núcleo Regional de Educação (NRE-Londrina), sobretudo em relação à formação continuada para professores e professoras da rede pública. Cabe destacar aqui o protagonismo do Movimento Negro de Londrina e de lideranças como Dona Vilma, a Yá Mukumby, na luta para implementar, manter, avaliar e aperfeiçoar as cotas na UEL.

As parcerias do Neab da UEL com instituições da sociedade civil e do Movimento Negro têm contribuído para o fortalecimento das ações de combate ao racismo, das desigualdades, de combate à violência em todos os aspectos sociais e que vitima muito mais a população negra. Temos visto essa realidade que tem se recrudescido, sobretudo agora, nesse momento de pandemia.

Sobre o processo de adoção das ações afirmativas na UEL, nós consideramos três etapas. Num primeiro momento, em 2004, foi aprovado um sistema que condicionava a reserva de vagas ao número de inscritos, com um limite de até 20% para a população negra. Porém, os candidatos negros jamais chegaram a essa proporção em todos os cursos ofertados.

Em 2011, o sistema foi avaliado e as cotas foram aprovadas por mais cinco anos sem essa condição de proporcionalidade. A partir de 2011, portanto, efetivamente, se reservou 20% das ações afirmativas para negros provenientes de escola pública em todos os cursos. Aqueles cursos que eram os que praticamente não ingressavam negros na primeira etapa, passou então a ter 20% de população negra.

No início de 2017, o sistema foi novamente avaliado tendo em vista o acesso à UEL a partir do ano de 2018. Atualmente, a UEL reserva 50% das suas vagas, sendo 20% para estudantes oriundos de instituição pública, 20% para negros também provenientes de instituição pública, 5% para negros, independente da trajetória escolar, e 5% para pessoas com deficiência.

Vale a pena falar rapidamente sobre esses 5% de reserva para negros independente do percurso, porque é uma luta também em relação ao aperfeiçoamento das ações afirmativas, justamente porque o negro sofre desvantagem independente da sua trajetória. O fato de ter a cor de pele preta ou parda, de ser identificado como negro, ele já tem a desvantagem. Então a UEL, em parceria com vários colaboradores, discutiu essa possibilidade de ter também uma percentagem que não vinculasse a escola pública. Nós temos, então, 5% de reserva de vagas para negros independente do percurso, como tem também a UnB. Então a UEL e a UnB são as duas instituições no Brasil que têm cotas independente do percurso para a população negra. O sistema vai vigorar por 20 anos, com avaliação em dez. A UEL, entre centenas de universidades, como já mencionei,

é a segunda universidade no Brasil a adotar reserva de vagas para negros independente do percurso.

No dia 1º de julho de 2021, a UEL implantou ações afirmativas em todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Então, foi mais uma iniciativa de inclusão, tendo em vista que nós temos pouquíssimos docentes negros na carreira universitária. Para vocês terem uma ideia, nós somos mais de 1.600 professores na UEL e, daquelas pessoas que são consideradas pretas e se autoidentificam como pretas, nós temos apenas 13 pessoas entre 1.600 e aquelas pessoas que são consideradas pardas em torno de 67. Esses dados são de março de 2021.

Então, como mencionamos, o Neab sempre contou com o Movimento Negro de Londrina para apoiar as ações afirmativas e, desde o início, tem participado firmemente da Comissão de Homologação, que é a Comissão de Heteroidentificação, mas aqui se chama Comissão de Homologação, e também de todos os momentos de avaliação e de fortalecimento das ações afirmativas na UEL.

Nesse sentido, para que as políticas públicas sejam efetivas, como já mencionou o professor Delton, a professora Ione e também o professor Miguel, são necessários mecanismos de controle, como a Comissão de Heteroidentificação ou Homologação, que garantem que as cotas sejam realmente destinadas à população negra. Mas é também necessário o acompanhamento muito de perto dessas políticas, com transparência de diagnóstico para comunidade interna e externa.

Diante da vulnerabilidade da população negra é fundamental saber quantas pessoas negras estão na universidade, como está a situação dessa população, quantas pessoas possuem bolsas, como está o índice de evasão, o percentual de sucesso, como diz o professor Delton. Sobretudo, porque, se é frustrante não conseguir entrar na universidade, é muito mais frustrante quando se sonha ingressar na universidade e depois não ter as reais condições para permanecer e

concluir o seu curso. Não se pode fazer o que aconteceu na abolição, em que os negros receberam a “liberdade”, mas foram deixados ao deus-dará como parte de um projeto político da nação brasileira.

Ao longo de quase 20 anos, a UEL tem realizado esse processo de inclusão. Entretanto, o apoio à permanência merece bastante atenção. Sabemos das dificuldades que as universidades públicas, de forma geral, estão sofrendo. Sabemos dessas restrições orçamentárias, imposta apenas pelos governos que não valorizam o ensino superior e veem o ensino superior apenas como gasto, como despesa. Mas é fundamental que nós tenhamos condições também de permanecer, de ter uma trajetória de sucesso dentro da instituição.

Bem, eu passo agora também a mencionar a Comissão da Universidade para os Indígenas, que é a CUIA. A UEL está entre as primeiras cinco universidades do estado do Paraná e do Brasil, que acolhe estudantes indígenas desde o ano de 2002, por meio do vestibular indígena. A CUIA local foi instituída em 2009, sendo regulamentado o acesso e a permanência nos cursos de graduação para os estudantes indígenas contemplados com as vagas suplementares no âmbito da universidade.

Desde o ano 2002, a UEL vem promovendo diversas iniciativas para garantir esse ingresso e a permanência qualificada de estudantes indígenas, com destaque para o Programa de Formação Intercultural, um programa permanente de ensino criado em 2003, para dar suporte pedagógico necessário aos estudantes indígenas e, também, para o Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica dos Estudantes Indígenas. Esse ciclo intercultural é uma modalidade especial de graduação com duração de um ano, cuja finalidade é qualificar a permanência dos estudantes indígenas que ingressam na instituição, segundo o professor Wagner Amaral. Em abril deste ano, a UEL possuía 35 estudantes indígenas matriculados, sendo 19 indígenas já formados, envolvendo conjuntos de projetos de pesquisa

e extensão voltados à temática indígena, fundamentalmente para professores indígenas da região norte do Paraná.

Então, eu finalizo dizendo que não é somente a população negra, indígena e todos os grupos excluídos que ganham com acesso à universidade. A universidade ganha também em pluralidade. Várias universidades temiam que as cotas pudessem diminuir a qualidade dos índices que mediam a meritocracia das universidades e, nesses anos todos, 20 anos de ações afirmativas, desde a adoção da política nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, tem sido provado que as universidades não perderam qualidade. Todos nós ganhamos, as populações, os representantes das populações excluídas, mas também as universidades com a diversidade. E, sobretudo, é necessário que nós tenhamos espaço também para que a gente possa produzir, trazer outros saberes, outros conhecimentos, outras epistemologias, a partir desses povos que estão ingressando, superando o eurocentrismo no qual está baseada a nossa universidade.

Muito obrigada pela oportunidade, é uma honra imensa fazer parte dessa Campanha, juntamente com os seis parceiros das Universidades Estaduais do Paraná. Obrigada!

Antônio Donizeti Fernandes *

— Sou o professor Donizeti, desde já agradeço a possibilidade de conversar com vocês, trocando e fazendo essa rede a partir daquilo que o professor Delton já trouxera em sua fala e que a professora Ione nos faz pensar sob a perspectiva da necessidade de se ter uma postura de engajamento ao tratar da questão das relações étnico-raciais do ponto de vista acadêmico, daí a contenteza de compor aqui com vocês, Cida, Marivânia, Alex, Raquel, Sônia e Maria Nilza.

A gente aqui, do Neabi “Beatriz Nascimento”, nome tão importante do ponto de vista histórico para o Movimento Negro, tendo em conta a sua trajetória intelectual e o seu legado para a compreensão da questão da identidade - a luta do negro no pós-abolição, mais especificamente, pós anos de 1970 e 1980. Tem aqui como tarefa não só fazer referência à memória, mas mirar em sua trajetória a partir de seu “saber militante” sob a perspectiva de fazer avançar o debate e as ações do ponto de vista da educação e da formação da população negra a partir da pesquisa, ensino e extensão detidos sob a perspectiva crítica e do combate ao auto ódio¹ que, dia a dia, nos é ensinado.

Nesse aspecto, não podemos nos privar de lembrar sobre o processo de produção, oferecimento dos produtos culturais e, desde sempre, a força de trabalho do negro no país do ponto de vista da contribuição para construção de uma identidade nacional em formação, pertencimento poucas vezes lembrado durante a experiência educacional.

* Docente adjunto no Centro de Ciências Humanas e da Educação (CJ\CCHE) da Universidade do Norte do Paraná (UENP). Docente do curso de pós-graduação *lato sensu* em Ciências da Religião. Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas Beatriz Nascimento (Neabi-UENP). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-FFC, 2012). Possui pós-doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2018).

¹ ODÛDUWÀ, A. O. **O Pan-africanismo**: apontamentos e reflexões. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2019.

O nosso Neabi tem formação recente. É um Neabi que está em processo de institucionalização. A gente vem desenvolvendo ações tanto do ponto de vista extensionista como da pesquisa. Recentemente, tal como nos referimos anteriormente, realizamos estudos sobre a situação dos estudantes das turmas de 2019 em face do impacto da pandemia, assim como eventos de extensão, pesquisa e ensino. E o que a gente vem observando? São negros e indígenas os primeiros estudantes a sofrerem com o impacto da pandemia e que representam o maior número de evadidos dos cursos de graduação.

Nós, aqui do Neabi, buscamos sensibilizar a nossa direção quanto a este processo, lembrando-lhe sobre a necessidade de garantia à permanência. O que permite pensar em relação ao que o professor moçambicano, José Castiano, fala sobre a imagem e a necessidade de construir aquilo que nós procuramos. Daí podemos perguntar: O que queremos com o Brasil? O que queremos com a educação e a permanência de indígenas e negros na universidade?

É nesse aspecto, ou seja, é por esse caminho que o Neabi, enquanto vereda, possibilita pensar e propor ações diante do vivido - o pós-abolição - sob a mira da crítica à desnaturalização das desigualdades sociais interpretadas e definidas como sendo próprias da diversidade da ordem das relações sociais e de sua hierarquização conforme raça, classe e gênero. Daí que nesse sentido nós, do Neabi “Beatriz Nascimento”, nos fazemos presentes para pensar o norte do Paraná, enquanto uma das regiões onde há uma das maiores concentrações de negros em todo o estado - o que nos exige posicionamento como observatório e propositor de ações de modo a contribuir para pensar e se apresentar como referência e consulta às políticas e programas de ações afirmativas.

Vou encerrar a minha fala porque eu quero passar para os colegas e a gente entra na roda para trocar uns aús², uma cabeçada, uma rasteira. É isso. Muito obrigado.

² Refiro-me aqui aos movimentos, golpes e contragolpes do jogo da capoeira.

Marivânia Conceição Araújo *

— Boa tarde a todos e todas. É uma alegria estar aqui com vocês, com quem nos assiste pelo *YouTube* e com os meus colegas dos Neabs. É sempre uma satisfação estar com colegas com uma trajetória tão bacana, tão importante dentro das nossas universidades. Bom, a proposta é que a gente fale sobre os nossos Neabs, então vou falar um pouquinho. Trouxe *slides*, porque eu acho que algumas imagens são muito bonitas e significativas, então gostaria de compartilhar com vocês essas fotos.

Mas antes, gostaria de agradecer o convite feito pela Maria Nilza, para participar desse evento, e agradecer a professora Ione Jovino, pela participação e por estar, ainda que *online*, dentro da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e parabenizar as palavras do reitor Miguel Sanches e, também, do professor Delton Felipe, falando da importância da inclusão e da permanência na universidade. Todas essas falas são importantes e nos fazem refletir.

Vou mostrar para vocês um pouquinho do Neiab, que é o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Ele foi criado em 2007 dentro do Departamento de Ciências Sociais e depois outros professores, de outros centros, de outros cursos, somaram-se ao nosso grupo. Então vem daí a expressão “interdisciplinares”, da ideia de envolver diferentes áreas do conhecimento. É um grupo de pesquisas acadêmicas, de debates, de ação, e nossas ações são em prol da igualdade racial e social dentro da universidade, mas estamos pensando também em termos da sociedade brasileira.

* Professora titular da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Leciona no Programa de Mestrado em Ciências Sociais e no Mestrado Profissional em Políticas Públicas, ambos na UEM. Possui mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, 1997) e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp, 2004). É coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros (Neiab/UEM).

O NEIAB, desde a sua fundação, reivindica políticas públicas voltadas para a população negra, incentiva a aplicabilidade da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o Ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira - todos vocês devem ter conhecimento -, nós já publicamos três livros, jornal e temos feito várias atividades científicas, acadêmicas e, também, atividades culturais.

Nós reivindicamos, desde o nosso início, a inclusão das cotas raciais nas universidades, em especial a nossa. A nossa atividade de maior durabilidade, a mais antiga, é a Semana Afro-Brasileira, que acontece desde 2007. Então esse ano, 2021, nós já vamos para a 15ª Semana Afro-Brasileira e, nessa semana, que acontece em novembro, diversos temas são debatidos. Já debatemos o cinema negro, já debatemos a história da África, o negro na política, enfim, diferentes temas foram debatidos no Neiab.

Atualmente, nós estamos nas mídias sociais - acho importante falar sobre isso, que é um canal de comunicação, mas é também um canal de divulgação. Então hoje, tem o *Instagram*, tem o *YouTube*, o *Facebook*, sempre Neiab-UEM³. Então eu gostaria de convidar vocês a acessarem as nossas páginas, as nossas mídias e interagirem conosco.

O Neiab também promove o Colóquio Feminismo Negro. Desde 2014, nós, anualmente, fazemos uma discussão em julho para falar sobre a mulher negra e o ativismo da mulher negra em diferentes atuações dentro da sociedade. O Colóquio mais recente aconteceu em julho deste ano e debateu as mulheres em rede, mercado e tecnologia. E a cada ano nós homenageamos uma mulher negra. No primeiro ano, nós homenageamos Cláudia Silva Ferreira, aquela mulher que, infelizmente, foi assassinada pela polícia no Rio de Janeiro e a gente fez questão de, nessa homenagem, estar marcado, grifado, o nome dela, porque sempre que se falavam nela, falavam “a mulher que foi arrastada”. E não é isso, é uma mulher negra, que tinha família, filhos,

³ Facebook: Neiab-UEM: <https://www.facebook.com/search/top?q=neiab%20-%20uem>; Instagram: @neiabuem; e-mail: uemneiab@gmail.com. Para mais informações, acessar a página do Neiab na Internet: <http://sites.uem.br/neiab>.

uma trabalhadora e que foi injustamente morta. A nossa discussão e as nossas homenagens vão para diferentes mulheres, mas todas as negras. Já houve a homenagem à Elza Soares, à Ruth de Souza, inclusive ela fez um depoimento, que está na nossa rede social, no *Facebook*. Se tiverem curiosidade de assistir, é um depoimento bem bonito e emocionante que ela faz a nós, um agradecimento.

O Neiab tem publicações, a gente já publicou um jornal, nós publicamos três livros, o mais recente está *online*, que discute a aplicação da Lei 10.639/03 e foi coordenado pelo professor Delton Felipe, que falou conosco agora pouco. Ele é resultado do projeto financiado pela Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti.

Então nós temos diferentes ações e a nossa atuação está marcada predominantemente pela discussão por educação, educação e diversidade, a atuação da mulher negra - quando nós pensamos e discutimos o feminismo negro - e continuamente a luta por cotas raciais nas universidades.

Para fechar, eu gostaria de falar um pouco das cotas raciais na UEM. Há alguns anos houve o debate sobre cotas na universidade, mas no primeiro ano de debate e discussão nos colegiados superiores, as cotas raciais não foram aprovadas na UEM. Mas, como saldo positivo, houve a aprovação das cotas sociais. Então nós já temos as cotas sociais na UEM, cujo critério é a renda familiar do candidato ao vestibular. Passaram-se os anos, nós continuamos na nossa luta, na nossa reivindicação por cotas e, em 2017, 2018, novamente a proposta das cotas foi apresentada nos colegiados superiores. Houve uma comissão com professores de diferentes centros para discutir as cotas raciais na UEM. Nós, do Neiab, por nosso turno, começamos a nos mobilizar, nós fizemos um grupo chamado “Professores Pró-cotas”, que aglutinou professores da universidade, mas também discentes, técnicos, favoráveis às cotas, e recebemos pessoas de outras universidades. O reitor da UEL, Sérgio Carvalho, esteve conosco, o

professor Marcelo Tragtenberg (UFSC), diferentes pessoas, diferentes instituições participaram da discussão.

E depois de muita discussão, em 2020, simbolicamente no dia 20 de novembro de 2020, as cotas raciais foram aprovadas na Universidade Estadual de Maringá. Então nós ficamos muito felizes com essa vitória, fruto de muita reivindicação e muita luta. E no ano letivo de 2021, houve o primeiro vestibular com cotas raciais na UEM.

As cotas para negros que foram implementadas aqui são 20% das vagas do vestibular, sendo 15% de reserva que nós chamamos de cotas raciais-sociais, que estão relacionadas à renda familiar, e 5% para candidatos negros independente do percurso. Então nós conseguimos essa vitória com a ajuda e o apoio de alunos, de professores, de técnicos, da comunidade externa de Maringá e, também, da região, que têm interesse nessa política pública e essa política pública foi alcançada.

Mas, como nós sabemos, estamos sempre em luta, ela é sempre necessária e a nossa luta agora é por políticas para a permanência. Como a professora Maria Nilza e a professora Ione disseram, não basta só propiciar a entrada, é preciso garantir a permanência. Então nós, do Neiab, continuamos na empreitada, na luta por políticas públicas, políticas de assistência para que os alunos cotistas possam continuar na universidade.

Agradeço mais uma vez o espaço. Convido a todos para conhecer o nosso Neiab e convido a todos para quando acabar essa pandemia, que a gente se reúna presencialmente para poder confraternizar e festejar as nossas vitórias. Muito obrigada.

Aparecida de Jesus Ferreira *

— Boa tarde a todas, todos e todes. Eu agradeço a Cristiane Gonçalves, diretora de Ações Afirmativas e Diversidade, a professora Ione Jovino, pró-reitora de Assuntos Estudantis, e o reitor da UEPG, Miguel Sanches Neto, pelo acolhimento deste evento.

Agradeço também a participação de Delton Felipe, da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e a Maria Nilza da Silva, da UEL, pelo convite para participar desse projeto. É um prazer estar aqui com os Neabs e correlatos das universidades estaduais do Paraná nesse projeto da Cátedra da Unesco, que é tão importante. E nós, dos Neabs e correlatos, estamos atuando com estratégias de combate ao racismo, na luta contra o racismo.

Estou aqui representando o Núcleo de Relações Étnico-Raciais, Gênero e Sexualidade (Nuregs) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O Nuregs é formado por professoras e professores da UEPG, da Rede Estadual e Municipal de Educação, acadêmicos e de vários cursos de graduação e pós-graduação da UEPG, coletivos de estudantes negros/as da UEPG, coletivos de mulheres negras de Ponta Grossa, pessoas participantes dos vários movimentos negros de Ponta Grossa e região e outras instituições também.

O Nuregs, em 2020, completou dez anos de existência na UEPG, o que nos alegra muito. Entre as pessoas que estão atuando no Nuregs, há pesquisadores da UEPG que são estão localizados dentro dos cursos de graduação e pós-graduação de vários cursos. O Nuregs busca congrega professores e professoras e acadêmicos e acadêmicas interessados em discutir as questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade, com vistas à construção de propostas pedagógicas que

* Professora associada aposentada da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atuou no curso Letras - Graduação (Língua Inglesa, Prática de Ensino) e no Mestrado em Estudos da Linguagem na mesma instituição. Possui pós-doutorado (2015), e doutorado em Educação de Professores e Linguística Aplicada - Universidade de Londres, Inglaterra (2005). Membro do Nuregs Núcleo de Relações Étnico-Raciais, de Gênero e Sexualidade.

auxiliem na elaboração de políticas públicas e na implementação de ações que visem a desconstrução do racismo, estereótipos e preconceitos que se fazem presentes no cotidiano escolar.

O Nuregs tem como proposta também auxiliar na construção de uma educação antirracista democrática, humana, igualitária e equitativa. Para tanto, a proposta abarca três temáticas básicas das relações étnico-raciais, estas se desdobrando nos estudos afro-brasileiros e nos estudos indígenas, as relações de gênero e sexualidade.

Atuamos, na UEPG, em grupos de discussões e na implementação de cotas. Na UEPG, temos cotas também na pós-graduação. A UEPG foi uma das primeiras universidades a implementar cotas na pós-graduação, no Brasil, dentro do Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem, que é o programa que eu participo, que a Ione também participa e vários outros professores e professoras que também fazem parte do Nuregs.

O Nuregs traz informações para a melhora do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula a partir de reflexões sobre diversidade étnico-racial, identidade, branquitude, racismo, racismo institucional, antirracismo e letramento racial crítico. O Nuregs também objetiva integrar professores e estudantes da comunidade, para que os mesmos possam ter cursos específicos sobre os temas propostos pelo Nuregs, palestras, seminários, acesso às publicações de livros que o Nuregs publica. Nós também temos um acervo de livros que ganhamos de muitos Neabs e correlatos do Brasil inteiro e, também, alguns livros que foram adquiridos em projetos com editais que o Nuregs participou.

Temos grupos de estudos, pesquisas e, também, colaboramos com outros grupos de estudos e pesquisas correlatos também a esse grupo. Colaboramos com o embasamento teórico-prático com os professores para ser incorporado no currículo escolar, na educação infantil, no ensino fundamental I, no ensino fundamental II, no ensino médio, na graduação e na pós-graduação. Colaboramos com

reflexões e a construção de práticas pedagógicas básicas que visem a quebra de estereótipos, racismo e preconceito.

Nós trabalhamos também com reflexões, pensando a questão de implementações de políticas educacionais e políticas públicas, bem como a Base Nacional Comum Curricular, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a Lei Federal 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História, Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como a Lei 11.645, de 2008, que além de tornar obrigatório o ensino de História, Cultura Afro-brasileira e Africana, insere também as questões indígenas e que altera o artigo 26A da LDB de 1996. Também trabalhamos, nesse sentido, quando somos solicitados pelas escolas, universidades da região, pensando na colaboração dessas e da implementação dessas leis.

A criação do Nuregs não só reflete o oferecimento de novas possibilidades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, mas, também, com o seu pioneirismo na sua concepção de que estamos integrados aos mais de 150 Neabs no Brasil e nos demais núcleos de gênero e sexualidade, que existem no Brasil. Então, para nós é um prazer fazer parte desse grupo. Nós fazemos parte também da ABPN, da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as.

O Nuregs também atrela e desenvolve pesquisas junto ao nosso departamento, que é o Departamento de Estudos da Linguagem e do Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem da UEPG, considerando as necessidades dos nossos orientandos e das nossas orientandas em desenvolver pesquisa que se relacionem com as temáticas do Nuregs, desde tratar de questões relacionadas nas dissertações dos mestrados, nos doutorados e nos TCCs - Trabalhos de Conclusão de Curso -, nos projetos de iniciação científica, sendo tanto o Pibic (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) quanto o Provic (Programa Voluntário de Iniciação Científica), que nós temos aqui. E o Nuregs tem tido uma produção de pesquisa significativa

pelos professores que o integram, através de publicação de artigos, de periódicos e de publicação de livros.

Também estamos atuando em várias cooperações e intercâmbios nacionais e internacionais, com parceria com outras universidades e com outros Neabs também. O Nuregs tem participado de vários editais e conseguido fomento para suas pesquisas. Também atuamos fortemente em projetos de extensão e projetos de pesquisa. Os integrantes do Nuregs têm elaborado reflexões acerca de questões raciais interseccionadas com gênero, sexualidade, classe social em vários eventos, congressos e produzidos também por várias universidades do Brasil e fora do Brasil.

Então, eu convido as pessoas a visitarem o Nuregs que está disponível em várias redes sociais⁴, no *Facebook*, no *Instagram* e, também, nós temos um *blog* e lá estão disponibilizadas todas as nossas produções e publicações, que nós temos produzido.

Eu agradeço mais vez a oportunidade. Estou muito feliz em estar aqui com todas, todos e todes vocês. Muito obrigada pela oportunidade.

⁴Facebook: Nuregs Ponta Grossa: <https://www.facebook.com/mariana.fraga.92372>; Instagram: @nuregsuepg; Blog: <http://nuregsuepg.blogspot.com/>.

Raquel Terezinha Rodrigues*

— Boa tarde a todos, todas e todes. Gostaria de agradecer o convite feito pela professora Maria Nilza para fazer parte dessa equipe que decidiu pensar sobre esse tema mais que necessário. Também quero agradecer a UEPG por ter nos recebido na sua casa. Primeiro, ao reitor professor Miguel Sanches, à professora Ione e à professora Aparecida, que são parceiros do mesmo projeto e que estão na luta também com todas as outras universidades, para que a gente possa ter essas ações contra o racismo.

Todo mundo sabe que essa luta antirracista é uma luta de todos. Nos últimos eventos que nós tivemos, uma participação efetiva foi quando nós presenciamos a morte e o assassinato do George Floyd diante das câmeras, o que reforçou o movimento de que vidas negras importam. A partir desse movimento, que acabou ganhando o mundo, a luta contra o racismo vem tomando conta de todos os segmentos da sociedade. E como a universidade faz parte dessas instituições que compõem a nossa sociedade, ela não poderia estar de fora.

O que a professora Ione falou sobre a sua luta individual e pessoal contra o racismo, ela é uma luta que faz parte, obviamente, das suas experiências pessoais, mas é uma luta que todos nós compartilhamos e todos nós, todas e todes, temos um episódio dentre milhares de episódios que têm nos ocorrido, que a gente pode falar sobre o que é sofrer racismo na sociedade. O mais evidente, obviamente, é toda a nossa vida acadêmica, escolar, em que nós somos as únicas crianças negras na sala de aula. E o que afeta bastante todas essas crianças é que, geralmente, quando os professores estão falando sobre a abolição da escravidão, sobre o negro na sociedade, eles só colocam os negros como escravos e não como escravizados. Então

* Docente associada da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Literatura da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 1987); Graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 1995); mestrado em Literatura pela UFSC (1998) e doutorado em Literatura, Teoria Literária e Comparada pela Universidade de São Paulo (USP, 2009).

são 20, 30 crianças que voltam os seus olhares para aquela única criança negra que, desde o começo dos seus primeiros anos escolares, já entende o que é desigualdade e isso vai provocar um dano permanente ao longo da sua vida. Então, o debate sobre a erradicação do racismo é necessário para que haja essa transformação profunda e para que a gente possa construir uma sociedade mais igualitária.

O projeto que eu desenvolvo na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) é vinculado ao Grupo de Estudos Diálogos Literários, que é coordenado por mim e pela professora Dra. Carla Alexandra Ferreira, da Universidade Federal de São Carlos. A ideia inicial, na verdade, foi a leitura de mulheres negras e, a partir dessa nossa discussão sobre as ações que a gente poderia desenvolver dentro da universidade, ações antirracistas, eu acabei ampliando para então leia mulheres negras, indígenas e LGBTQIAPN+. Porque, na verdade, combater o racismo em um segmento só, a gente não vai conseguir, nós temos que nos unir.

E aí, quando nós nos deparamos com falas na universidade, com insinuações e, como disse a professora Nilza, que a gente não tem mais de 20 professores negros dentro de uma universidade, isso não pode ser uma divisão justa. Segundo o Richard Santos, que coloca como título do livro dele, a *Maioria Minorizada*⁵, é exatamente o que nós somos. Se nós somos a maioria da população, como pode no Departamento de Letras, a Universidade Estadual do Centro-Oeste ter somente eu como professora negra? No Departamento de Letras do nosso Campus de Irati ter só professor Edson, meu amigo. Então isso não é uma divisão justa.

E o tempo todo nós estamos sendo silenciados. Eu costumo sempre falar com as minhas alunas, com os meus alunos que, diferentemente de uma outra professora, que é uma professora branca - ela vai, apresenta suas pesquisas, ela apresenta o seu trabalho - ninguém nunca, jamais contestou nenhum ponto de pesquisa, por mais simples, para não dizer simplório, que fosse o trabalho dessas pessoas. Mas

⁵ Cf. SANTOS, Richard. **Maioria Minorizada**: um dispositivo analítico de racialidade. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

basta eu ter qualquer questão de pesquisa que as pessoas, quando acham muito bom, dizem: “Nossa! Tu trabalhas com isso? Não sabia que tu tinhas esse argumento em relação a essas coisas!”. Se eu estou numa banca de mestrado, doutorado, é de se supor que nós tenhamos a capacitação técnica para estar ali. E aí as pessoas se surpreendem tanto com a fala que dá a impressão de que “nossa, será que eu vivo falando tanta besteira por aí?”. Mas é isso, nós temos que provar todo dia que os diplomas que nós temos não são diplomas que nos foram dados por benesse dos reitores das universidades pelas quais passamos, no meu caso, a Universidade Federal de Santa Catarina, a UFSC, que é o meu amor primeiro, e depois a Universidade do Estado de São Paulo, a USP, onde eu concluí meu doutorado.

Estar nessa maioria minorizada é ter que provar todo dia que nós temos capacitação. Não bastou um concurso, uma banca de um doutorado dizer que nós temos capacidade, que nós temos um trabalho que tem seu mérito. Nós temos que mostrar para os nossos colegas que nós estamos ali porque o nosso trabalho é bom e o nosso trabalho merece ser bem ouvido.

Então isso é só uma das muitas situações que nós vivemos. Não é exclusividade minha, muito pelo contrário, todos os nossos colegas, todas as nossas colegas, os nossos alunos. Eu sempre digo para os nossos alunos que quando um sobe, todos os outros vão subir junto. Nós não temos nenhum mérito de estar onde nós estamos sem que a gente consiga trazer os nossos irmãos juntos. Isso a gente tem por conta também de prestar homenagem e render todo o nosso agradecimento aos nossos ancestrais, aos mais de quatro milhões que chegaram ao Brasil e, também, os que ficaram no mar, os que morreram logo em seguida da sua chegada no país, porque a resistência deles faz com que nós também tenhamos por obrigação resistir.

E aqui nós estamos mandando o nosso recado. Racistas não passarão! É esse o recado que nós estamos dando para todas as universidades, para o estado do Paraná, para a cidade de Guarapuava e para todas as pessoas onde a nossa voz conseguir alcançar. Racistas não passarão!

Sonia Maria dos Santos Marques*

— Boa tarde a todos e todas. Eu começo a agradecer a UEPG pela acolhida, pela organização desse evento e por essa possibilidade de compartilhar. Quero cumprimentar e agradecer também a todos que acompanham essas falas e essa troca de experiências, esse momento de partilha entre os entes das universidades estaduais do Paraná.

Quero agradecer também à professora Maria Nilza pelo convite para compor esse grupo. Temos uma história de conhecimento, mas tenho uma admiração pelo trabalho da professora Maria Nilza e pela sua característica agregadora, que possibilitou que nós nos reuníssemos para compor e fazer a execução desse projeto.

Cumprimento também a banca que nos antecedeu brilhantemente e aos colegas Alexsandro, Antônio, Aparecida, Maria Nilza, Marivânia e Raquel, por essa partilha. Então cumprimento esses colegas e agradeço por fazer parte desse momento. Acho que esse é um momento significativo, porque vários docentes e discentes das universidades se reúnem para lançar a campanha “Universidades Estaduais do Paraná na Luta Contra o Racismo” e vejo que os Neabs e os grupos correlatos das nossas universidades já empreendiam há muito tempo movimentos e ações relacionadas ao combate ao racismo em cada uma das suas instituições. E nesse momento tão complexo que vivemos no Brasil, em que a palavra “direito” está banalizada e foi destituída dos seus significados históricos, nada mais relevante do que a gente reafirmar a importância da luta antirracista, como todos os colegas anteriormente referiram.

Outra questão que acho importante a gente demarcar, é que a diversidade étnico-racial brasileira é um fato inegável. Se nós

* Professora associada do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), no Campus de Francisco Beltrão. Docente do curso de Mestrado em Educação no mesmo Campus. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 1987); mestrado em Educação pela Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2000) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2008). Atualmente é diretora do Centro de Ciências Humanas da Unioeste, no Campus Francisco Beltrão.

olharmos o cotidiano, os debates e as produções acadêmicas se ampliaram muito nas últimas décadas, felizmente pela ação e pelo trabalho dos nossos colegas, companheiros de várias instituições. No entanto, essa evidência não tem tido ressonância na equidade de acesso a bens materiais e simbólicos para a população negra. Então quando as universidades estaduais e do Paraná se reúnem para participar de um projeto, que tem como temática o combate ao racismo, nós cumprimos um compromisso histórico como homens e mulheres negros que existem e resistem numa sociedade profundamente racista.

A gente sabe dessa dificuldade que existe na sociedade brasileira, primeiro de reconhecer-se como racista, depois de se envolver em ações para debelar o racismo. Muitos dizem que não existe racismo no Brasil, outros afirmam que existe, mas que eles não são racistas. Mas o que é necessário nesse momento, e desde o contexto histórico anterior, é que nós estejamos envolvidos numa luta antirracista. Nós só vamos ter liberdade e democracia com uma variável fundamental dessa equação que é a luta antirracista.

E eu vou falar um pouquinho, então, do Grupo de Estudos Étnico-Culturais. O Grupo de Estudos Étnico-Culturais é um grupo que foi cadastrado no CNPq em 2004. Então eu e a professora Dra. Isabel Cristina Roesch estamos na coordenação desse grupo, a professora Isabel atua no Campus de Cascavel e eu atuo no Campus de Francisco Beltrão.

Nesse grupo, nós tentamos agregar atividades de ensino, pesquisa e extensão. No período de 2004 até agora, nós realizamos eventos bianuais, que são os “Seminários de Educação e Questões Étnicas”, e depois discutimos a questão das mulheres negras, a questão quilombola, enfim, várias temáticas que estão presentes nas nossas pesquisas e de todos os professores e discentes que participam do grupo de estudos e, também, de colegas, uma vez que chamamos colegas de outras instituições que, pelo seu processo formativo, podem contribuir conosco, com as pesquisas que realizamos e, também, com as pesquisas que os nossos orientandos realizam.

Nós já organizamos um curso de Especialização em Educação para as Relações Étnico-Raciais, que foi um curso quando ainda existia a Secadi - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão -, e que a ideia era justamente formar professores da educação básica que pudessem atuar como replicadores, pessoas que quisessem fazer a discussão das relações étnico-raciais no cotidiano das escolas. Esse curso teve frutos interessantes, uma das professoras, que fez o curso, hoje é minha colega de Programa de Pós-Graduação. Então acho que essa é a importância dessas ações associadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, elas dão frutos.

Também no grupo de estudos, nós participamos de editais estaduais e nacionais e fomos contemplados com recursos que nos permitiram realizar pesquisas, atividades de extensão e, também, a produção de materiais didático-pedagógicos, que é uma forma de a gente disseminar e fazer esse diálogo entre universidade e sociedade. Essa universidade encastelada não é a universidade que nós queremos, que nós sonhamos, que nós estamos empenhados em produzir. Nesse momento, eu vou fazer um parêntese sobre a minha mãe. A minha mãe tinha uma crença quase religiosa na educação, então mesmo nas maiores dificuldades, ela sempre dizia: “Vocês não vão sair da escola, porque a educação é central”.

Concordando com a professora Raquel, que me antecedeu, ela disse que nós temos a obrigação de trazer os nossos irmãos juntos. Então se a minha mãe, que estudou até segunda série do ensino fundamental, tinha essa crença na educação e na potência que a educação tinha para as três filhas, nós acreditamos nessa potência para sociedade. E essa educação vai ter esse sentido profundo se realmente o combate ao racismo for um componente necessário dessa estruturação, dessa construção cotidiana que é a educação.

Voltando às atividades do Grupo de Estudos Étnico-Culturais, nós também organizamos algumas publicações, orientações de mestrado, supervisão de pós-doutorado. Então o grupo de estudos é

essa possibilidade de troca, de diálogo naquele grupo específico e de diálogo com os outros grupos das outras universidades estaduais.

Então finalizo reafirmando um pouco do que a professora Raquel disse, que nós temos a obrigação de trazer nossos sonhos conosco. E eu sou professora numa universidade, a Unioeste, que tem um histórico de políticas de ações afirmativas. Em 2008, foi aprovada uma resolução que regulamentava o processo seletivo destinando 40% das vagas dos cursos de graduação para alunos provenientes de escola pública. Em 2013, a Unioeste aderiu ao Sistema de Seleção Unificada, o Sisu, e com a distribuição de cotas que passou a vigorar em 2014, 40% e depois 50%. Em 2016, também houve essa equiparação para cotas sociais, sendo 50% para entrada pelo Sisu e 50% com entrada pelo vestibular.

No entanto, a mesma universidade ainda não tem o acesso de estudantes negros garantida por políticas de ações afirmativas. Usando os dados da Proplan, que é a Pró-Reitoria de Planejamento da Unioeste, vejamos que em 2019, dos estudantes que entraram na universidade, 78% eram brancos, 2% se autodeclararam pretos, 15% se autodeclararam pardos e 2% se declararam amarelos. E nesse dado da Proplan não aparecem os indígenas porque existe um vestibular especial indígena.

Então, nós que atuamos como docentes e discentes na Unioeste, temos um desafio grande para vencer, que é termos cotas raciais para ingresso de negros na universidade, porque quando a gente olha os trabalhos, a gente vê que a Unioeste é uma universidade branca. Como disse a Raquel, anteriormente, que fala de uma universidade que também não tem cotas raciais, a Unicentro, é preciso que nós intensifiquemos a luta para que todas as instituições estaduais do Paraná tenham cotas raciais. E que nós possamos ter trazido junto uma população que tudo o que pede são direitos. O direito à educação é um direito fundamental, mas um direito continuamente negado na nossa sociedade.

Então eu agradeço a participação e convido os colegas da Unioeste que estiverem assistindo para se inserir nessa luta, que é nós conseguirmos que realmente as nossas universidades estaduais, todas elas, possam dizer que têm cotas raciais e que acreditam, de fato, na igualdade. É por meio de ações práticas e dignas que essa igualdade se constrói. Obrigada.

Alexsandro Eleotério de Souza* :

— Boa noite a todas, todos e todes. Início essa fala agradecendo aos que me antecederam nessa *live* e também a todos os meus ancestrais. E, de certa forma, já reivindico uma filosofia africana que gosto muito: Ubuntu – “Eu sou porque nós somos”.

Acho que essa *live* expressou muito isso. Cada professor que aqui falou, trouxe um pouco das suas experiências, experiências de vida, experiências acadêmicas, ou seja, teóricas, analíticas. E é muito interessante, foi uma *live* de muita emoção. Desde o início, a gente pode captar isso em todas as falas, porque ao falar sobre racismo na universidade, a gente não está falando apenas de um campo teórico, um campo científico, mas a gente está falando de experiências de vida. A professora Ione já inicia chamando a atenção para o fato de que, talvez, tenha demorado para compreender que era uma mulher negra, mas, por outro lado, ela já tinha observado que a existência dela já era um ato de resistência. E para o negro é um pouco disso, existir já é resistir. Os nossos corpos já são um fenômeno disso que a gente chama de racismo e sobreviver é uma coisa muito particular dos negros.

Outra coisa que acho muito bonita nessa nossa conversa foi os caminhos percorridos pelo “Projeto Unesco”. A gente tem uma versão de um “Projeto Unesco” que foi, primeiramente, apresentado em 1950. Naquele momento, encabeçado por Florestan Fernandes e Roger Bastide, o projeto tinha por objetivo a realização de pesquisas sociológicas visando trazer à luz as características das relações raciais no país, na época considerado como um “laboratório” sobre a questão, em razão de sua composição mestiça e da suposta ausência de segregação racial. Enfim, foi um processo demorado para a gente

* Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Coordenador do Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (Nera), da Unespar. Doutor em Ciências Sociais pela Unesp-Marília (2019) e doutor em Política Social pela UEL (2018), com estágio doutoral na Howard University - Washington-DC (2017).

conseguir explicitar o racismo. E o projeto Unesco, paradoxalmente aos seus objetivos iniciais, teve essa potência de conseguir explicitar o racismo e de demonstrar que vivemos sim em um país onde os negros são tratados de modo a não terem reconhecida sua humanidade. E o que a gente está fazendo aqui hoje, 71 anos depois, nada mais é do que a continuação daquele processo que aconteceu em 1950. E na fala dos meus colegas que me antecederam, a gente vê que nós não estamos sozinhos, sozinhas. Quem está falando aqui é Abdias do Nascimento, é Lélia Gonzalez, é Neusa Santos Souza, é Guerreiro Ramos, é um conjunto de intelectuais, de militantes de negros/as, que vêm reivindicando esse espaço. E a gente poder debater hoje o racismo na universidade é uma coisa espetacular, mas ainda é muito pouco.

Lembro que no início dos anos 2000, 2001, a população negra que finalizava o ensino superior era de 2,2%. Em 2017, esse percentual aumentou para 32%, e junto com esses 32% finalizando o ensino superior, vem a necessidade de outros avanços, que é o que gente está fazendo aqui hoje.

Esse debate sobre o racismo na universidade, esse debate sobre os espaços, sobre a academia, a professora Raquel coloca muito bem quando diz que não basta fazer um concurso, não basta mostrar que temos conhecimento, somos testados todos os dias. Para mim também é muito interessante enquanto pessoa, profissional e docente, estar como docente na Universidade Estadual do Paraná, que teve as cotas aprovadas no ano de 2019. Na Unespar, nós aprovamos cotas em 50% de reserva de vagas, sendo 25% para estudantes de escola pública, 20% para estudantes negros (pretos e pardos) e 5% para estudantes com deficiência, o que é um marco na instituição. A gente está fazendo o levantamento dos dados, ainda não temos dados exatos sobretudo por conta da pandemia, mas a gente está muito feliz. Recentemente, foi aprovado também cotas na pós-graduação.

A minha felicidade em participar desse processo se dá porque estou como docente, estou como coordenador do Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (Nera), mas, também, antes de ser docente, antes de ser coordenador do Nera, eu sou cotista. Sou da segunda turma de cotistas da Universidade Estadual de Londrina. Então eu pude participar, no primeiro momento, como beneficiário. Quando eu digo que sou cotista é porque mesmo já tendo finalizado a graduação e pós-graduação, acho que cotista é uma identidade que vou carregar para o resto da vida, porque faço questão e, também por outras nuances. Mas é muito interessante pensar que passei por todos esses processos, passei pela revisão do processo de cotas e agora estou aqui podendo dialogar com os meus amigos, podendo trocar e podendo falar sobre a participação também na implementação de políticas de ações afirmativas.

Isso posto, é interessante a gente compreender que os desafios são vários e há a necessidade de estarmos sempre trabalhando em várias frentes. Como foi dito, em algumas universidades o processo de implementação de cotas foi um pouco mais demorado e com um pouco mais de resistência. Em outras houve uma maior possibilidade e a gente conseguiu implementar esse sistema de cotas. Mas, diante do momento político, social e econômico, fica muito evidente que há muito o que fazer. Os colegas colocaram uma questão muito importante que é a dificuldade de adentrar a academia e, por outro lado, também o medo de uma frustração de não concluir o ciclo acadêmico, que é o que tem acontecido muito.

Acho que essa mesa, esse projeto Unesco, ele vem justamente para pensar essa diversidade dentro da academia. Nos últimos anos a gente vê surgir os coletivos de estudantes negros, esses coletivos podem ser compreendidos como sintoma do racismo dentro da universidade. Não é porque os estudantes estão adentrando que eles estão sendo realmente incluídos, pelo contrário, os coletivos de estudantes negros têm demonstrado isso.

É muito interessante, a gente vê o avanço nas bancas de heteroidentificação ou bancas de homologação dos estudantes negros. Houve debate em algumas questões, que envolvia uma questão de júri racial, mas a gente consegue entender hoje que isso é um mecanismo de proteção para essa política pública que é tão importante. A gente vê que essas políticas públicas são condicionadas a uma vigilância constante, sobretudo pelos beneficiários, por aqueles que estão preocupados com a inclusão dos negros, de pessoas com deficiência, de alunos de escola pública, dos povos indígenas, enfim. Há muito trabalho a ser feito ainda, mas esse trabalho tem sido feito e os resultados, que têm sido gerados, a comunidade toda começa a observar.

É muito interessante perceber que as políticas de ações afirmativas implementadas no início dos anos 2000, mudou não só a cara da universidade, não só os ambientes estão mais coloridos, mas os pensamentos saem da sua caixinha e, de repente, a gente começa a se defrontar com um conjunto de outras questões. Acredito que quando os nossos ancestrais, lá atrás, quando o Teatro Experimental do Negro propôs políticas de ações afirmativas, Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos e todos os membros não pensavam que quando fossem implementadas essas políticas, haveria a necessidade de se pensar também a questão da mulher negra, a questão da sexualidade negra e outras questões que os coletivos de estudantes têm trazido à tona.

Acho muito importante trazer uma outra filosofia africana, que é “Sankofa” - caminhar para frente sem nunca deixar de olhar para trás -, porque são processos. Acredito que esses processos são enriquecedores na medida em que a gente vai analisando e entendendo que essa luta não começa com o primeiro Projeto Unesco, em 1950, muito pelo contrário, essa luta começa com 1532, com a chegada do primeiro escravizado negro, porque os negros não eram escravos, eles foram escravizados.

Esse processo de resistência, então, já vem desde 1532 e tem passado ao longo dos últimos séculos e vem avançando. Em 2021, a gente já caminhou muito, mas a gente está percebendo vários retrocessos. Não obstante, a gente consegue perceber também que é uma história muito bonita e eu acho muito interessante que quando a gente vai falar da temática racial, não tem como a gente agir só pela razão. Há o entendimento de que um ambiente acadêmico é um ambiente racional, um ambiente da neutralidade e a entrada dos negros, seja enquanto discentes, seja enquanto docentes, demonstra que a coisa não é tão simples. Não é possível assumir uma racionalidade deixando de lado as emoções, porque até mesmo fazer ciência, como os professores trouxeram aqui, é um ato de militância, é um ato de resistência, é um ato de afrontar os cânones acadêmicos.

É muito interessante que a presença negra é uma afronta em espaços que não são delegados à população negra. E aí eu lembro, por último, do nosso querido Du Bois, sobre a questão da dupla consciência. Nessa noite, os que falaram aqui são todos docentes e são também negros, são docentes negros. E quando a gente fala em docentes negros, a gente tem que lembrar também que os discentes, o público que tem sido beneficiado, fazendo recorte racial, são discentes negros, independente da consciência que tenham ou não da sua negritude, mas são discentes negros. É disso que se trata. Acho que o objetivo, então, desse projeto que Maria Nilza nos convidou, é chegar um momento em que não precisemos mais debater “docentes negros”, “discentes negros” e, talvez, não debater mais a questão racial. Mas, para isso, a gente tem uma longa jornada.

Falei pouco, efetivamente, sobre as políticas desenvolvidas na universidade na qual atuo, por se tratar de uma universidade que implementou o sistema de cotas recentemente, assim como outras universidades também. Mas acho que esse debate é extremamente profícuo para a gente compreender que há um entendimento, em 2021, de que o racismo - embora algumas pessoas tentem negar, mas,

grosso modo no âmbito acadêmico há um entendimento - opera segregando, marginalizando, desumanizando, desrespeitando.

É interessante perceber também que, diante de um conhecimento - a gente vê surgir intelectuais negros e negras em vários âmbitos, não só nas ciências humanas, mas também nas exatas e em outras áreas do conhecimento que vem tomando corpo, sobretudo depois da implementação das políticas de ações afirmativas - fica cada vez mais nítida a dificuldade que os racistas ou aqueles que acreditam que os negros são inferiores, têm em sustentar essa falácia sobre uma inferioridade intelectual, psicológica e moral dos negros.

Bom, o que eu queria colocar era isso. E repito: “Eu sou porque nós somos,” Obrigado por me permitir participar dessa mesa, obrigado por antes de participar dessa mesa poder ouvi-los, foi um prazer estar aqui acompanhando as falas de todos que me antecederam. Obrigado a todos e todas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cátedra Unesco, ao lançar a campanha de combate ao racismo na educação superior, possibilitou aos docentes, discentes e a comunidade universitária das universidades estaduais do Paraná se encontrar, ainda que virtualmente, para compartilhar suas atividades, avanços e desafios na luta de combate ao racismo nesse nível educacional.

Os desafios são imensos, entretanto, a campanha mostrou a efetividade da atuação dos profissionais da educação em diferentes níveis e estratégias para garantir que estudantes, ao longo de anos e décadas, pudessem ingressar na universidade. A campanha mostrou que somente o acesso à universidade não garante o êxito ao longo da trajetória acadêmica. É necessária a vigilância criativa e atuante.

As diferentes estratégias são e devem ser implementadas constantemente, pois se o racismo há séculos interfere nas oportunidades de grande parte da população provocando as desigualdades em todos os aspectos sociais, notadamente na educação, as ações para o combate ao racismo e de ampliação das oportunidades para pessoas historicamente excluídas devem fazer parte de um planejamento de ações imediatas e a longo prazo. A luta é uma constante e cada

docente, estudante e membros da comunidade demonstraram a dinamicidade em busca de estratégias para enfrentar o racismo, especialmente na educação superior, em que poucas pessoas acessam instituições públicas, gratuitas e de qualidade.